Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Lamon Fernandes de Siqueira

Hipólito da Costa e a Maçonaria

A formação da Esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no *Correio Braziliense*

Mariana

2011

Lamon Fernandes de Siqueira

Hipólito da Costa e a Maçonaria
A formação da Esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no *Correio Braziliense*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.
Área de concentração: Estado, Região e Sociedade. Linha de pesquisa: Estado, Região e Identidade. Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Mariana
2011

Folha de aprovação.

Lamon Fernandes de Siqueira

Hipólito da Costa e a Maçonaria.

A formação da Esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no *Correio Braziliense*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo
Orientador
Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta
Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais

Prof[a]. Dr[a]. Cláudia Maria das Graças Chaves
Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto

Agradecimentos:

Agradeço ao Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo pela orientação e ajuda neste caminho de pesquisa histórica.

Agradeço a colaboração do Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta pelas sugestões valiosas para a realização deste trabalho.

Agradeço a Lídia, pelo amor e pelas várias leituras.

Agradeço aos meus pais, pelo amor.

Agradeço ao Pedro, ao Bruno e ao Brener pela amizade e companheirismo.

Agradeço ao Logos Solar e ao Divino Daimon, pela possibilidade da realização.

Resumo

Hipólito da Costa e a Maçonaria

Hipólito José da Costa foi um personagem de grande importância na formação do Estado Nacional brasileiro. Na historiografia, Hipólito foi conhecido como o mentor da geração da independência. Para além disso, foi também o grande militante da maçonaria no Brasil na primeira metade do século XIX. Esta investigação possui como objetivo a análise dos conceitos maçônicos na linguagem política que Hipólito José desenvolveu no jornal Correio Braziliense, periódico esse que teve participação fundamental na formação intelectual da geração que atuou na Independência brasileira.

A linguagem política praticada por Hipólito José foi composta por um simbolismo que remete tanto à tradição filosófica de pensamentos políticos, quanto também a uma tradição de pensamentos herméticos, sendo esta fundamental para o paradigma da maçonaria. O elo de ligação entre esses pensamentos, no *Correio Braziliense*, foi o conceito de virtude, o qual iremos abordar numa investigação reflexiva.

Palavras - chave: Maçonaria, Independência, Linguagem política.

Abstract

Hipólito da Costa and Freemasonry

Hipólito José da Costa was a character of great importance in the creation of the Brazilian national state. In historiography, Mr. Costa has been recognized as the mentor of the independence generation. Beyond that, he was the greatest campaigner for the masonry in Brazil in the first half of the XIX century. The present researche targets the analysis of Masonry which Hipólito José developed in the journal *Correio Braziliense*, which had a central participation in the scholarly formation upon the generation who acted on Brazilian independence.

The polítical language practiced by him was made up by a symbolism which comprehends as much the philosophical tradition of polítical thoughts and a tradition of hermetic thinking, being the latter, fundamental to the Masonic paradigm. The link between those thoughts, at *Correio Braziliense*, was the concept of virtue, which we are bound to approach in a reflexive survey.

Keywords: Freemasonry, Independence, Polítical language.

SUMÁRIO

Introdução

Este estudo tem como proposta geral a discussão do processo de composição da modernidade brasileira nas primeiras décadas do século XIX, observando como a emergência do espaço público moderno se relacionou com a propagação da Maçonaria e da Ilustração letrada na sociedade. Neste sentido, escolhemos o corpo documental do *Correio Braziliense,* obra máxima de Hipólito José da Costa, como nosso principal interlocutor. Tal escolha se deve à originalidade da obra de Hipólito, uma vez que o *Correio Braziliense* foi o inaugurador da opinião pública no mundo luso-brasileiro. O jornal tinha um cunho essencialmente político, porém abrangia não só a vida da administração pública, como também assuntos culturais da sociedade, por exemplo, a atenção dada pelo autor à questão literária de sua época. A ilustração foi uma forte característica de Hipólito. Ele foi bacharel em direito e compôs a famosa geração de 1790 de Coimbra.

O *Correio Braziliense* foi editado em um período histórico privilegiado entre 1808 e 1823. Suas edições mensais noticiaram o processo de crise do sistema colonial da América Latina, especialmente do Brasil e relataram também as independências da Venezuela, entre outras nações vizinhas. Hipólito deixou um pensamento elaborado sobre o Brasil e, entre suas ideias, destaca-se uma proposta de reforma do Estado e da sociedade luso-brasileira. Neste sentido, ele inaugurou o debate sobre a função da opinião pública e se colocou na responsabilidade de defender os interesses sociais em relação à administração do Estado. A defesa da Maçonaria, nos textos de Hipólito, é apoiada justamente no discurso de que a Maçonaria colabora com a prosperidade da sociedade.

Nos vários escritos de Hipólito da Costa, podemos afirmar, talvez sem correr o risco do erro, que a temática da Maçonaria é constante durante toda sua carreira de homem público. Primeiramente, relatada de forma tímida – no diário que o jovem Hipólito escreveu durante sua aventura oficial nos Estados Unidos da América –, em seguida, a Maçonaria foi tema de dois livros que ele escreveu anos mais tarde. No primeiro livro, *Narrativa da Perseguição,* Hipólito nos dá testemunho de sua experiência de vida, quando foi preso pela Inquisição portuguesa pelo fato de ser maçom. No segundo livro, *Sketch for the History of the Dionysian Artificers,* escrito na maturidade de sua vida, Hipólito nos brinda com uma análise mística sobre os mitos da

vida maçônica. Impossível dissociar o homem de sua formação e de sua produção literária, por esse motivo, o tema da Maçonaria repercute na principal obra de Hipólito, o *Correio Braziliense*. Ele, um entusiasta da Maçonaria, utilizou largamente os conceitos maçônicos para compor seu vocabulário político e se posicionar perante a opinião pública, da qual foi um grande colaborador. A rede maçônica estava também envolvida com a própria origem do jornal *Correio Braziliense*, uma vez que foi sob o patrocínio dos maçons que Hipólito conseguiu inaugurar e manter seu jornal, tarefa esta que não era apenas cara do ponto de vista econômico, mas também perigosa sob a perspectiva política, já que o *Correio*, por ser um crítico da administração pública, foi censurado e proibido em Portugal e no Brasil.

Os bons desafios para a escrita desta dissertação partem deste duplo ponto: a trajetória de vida de Hipólito, marcada pelo fato de pertencer à Maçonaria, e a compreensão do que vem a ser a própria Maçonaria. O encontro destes dois pontos coexiste na formação de nosso próprio espaço público moderno, uma vez que podemos compreender que as práticas maçônicas foram essenciais para o estabelecimento da Ilustração da sociedade europeia, e também para o desenvolvimento da própria sociedade civil[1].

A Maçonaria deve ser compreendida na sua temporalidade, pois assim podemos perceber como ela mudou seus sentidos e suas funções. Originalmente a Maçonaria se ocupou das virtudes. Primeiramente marcada pelo profundo questionamento metafísico, a Maçonaria estendeu-se pelos campos da moral e das letras. O relato mais antigo que cita a Maçonaria moderna já nos demonstra sua tendência à razão, à lógica, isto é, às Luzes. A primeira admissão na Maçonaria que foi autenticada pelos historiadores é relativa a Robert Moray (1609-1673), e data de 1641. A referência que nos deixou é que a loja já existia antes de sua iniciação. Moray foi um filósofo naturalista e também um soldado escocês. A segunda admissão mais antiga de que temos o relato, registrada em seu diário em de 16 de outubro de 1646, é de Elias Ashmole (1617-1692). A loja seguramente já existia antes de sua admissão. Ambos, Moray e Ashmole foram membros fundadores da *The Royal Society of London for the Improvement of Natural Knowledge*, também conhecida como a Sociedade Real de Londres, ou apenas Sociedade Real. Moray foi o primeiro presidente da Sociedade Real, e seu empenho foi notável para promover a fundação da Sociedade e "convencer a Carlos II para instituí-la

[1] KOSELLECK, 1999, p. 65.

sob o seu patrocínio" [2]. A segunda geração da Sociedade Real foi proeminente com Sir Isaac Newton, talvez seu membro mais ilustrado. Uma face não conhecida de Newton foi seu interesse real pela alquimia. Ele possuía cópias dos livros alquímicos *Fama* e *Confessio*, e também do *Theatrum Chemicum Britannicum*, de Ashmole, e todos possuíam anotações [3]. A respeito deste traço alquímico de Newton, Yates afirma: "Sendo um homem profundamente religioso, igual à Jonh Dee, Newton preocupava-se muito com a busca do Único, do Deus Uno, e com a Unidade divina revelada na Natureza" [4]. Na origem desta combinação entre Luzes científicas e pensamento alquímico, estava a formação da própria Maçonaria.

As Constituições de Anderson, publicada em 1723, contém a história da Arte Real, isto é, o segredo maçônico, que deveria ser lida aos neófitos admitidos nas lojas maçônicas. *As Constituições* é um marco para o salto internacional da Maçonaria inglesa, uma vez que o texto do mestre maçom, o reverendo James Anderson, foi adotado pela Grande Loja Inglesa, sendo esta a loja que projetou a Maçonaria no mundo Atlântico e, em grande parte, colaborou para a organização da Maçonaria mundial. A Grande Loja Inglesa foi formada em 1717, com a união de três lojas londrinas, cujo objetivo foi estabelecer uma regulamentação para a atividade maçônica. A Arte Real, segundo as Constituições, é a história da própria geometria e da arquitetura. Nos relatos contidos nas *Constituições*, Anderson descreve todos os povos que possuíram e dominaram a Arte Real, começando de Adão, e passando por todas as gerações patriarcais bíblicas. Tal livro abarcou também as civilizações distintas que se destacaram nos feitos arquitetônicos: os egípcios, babilônicos, gregos, romanos, indianos, assírios etc., até a introdução da Arte Real na Inglaterra, com o alvanel Inigo Jones, à época de Rei Jaimes I, e chegando também até o soberano da época, "a sua presente majestade, o Rei George" [5].

A Maçonaria tinha a si mesma como uma escola de virtudes, mas possuía também um relato místico e esotérico, apoiado, sobretudo, no culto às virtudes, isto é, o esoterismo moral. O conhecimento do mundo virtuoso não ficava restrito às ciências, mas era apoiado também na compreensão metafísica do mundo. Neste sentido, Hipólito escreveu um livro de cunho esotérico e moral, no qual ele trabalha no esclarecimento sobre a filosofia hermética, ou seja, a interpretação alquímica da Maçonaria e sua

---

[2] YATES, 1972, p. 252.
[3] Ibidem.
[4] Ibidem, p. 255.
[5] ANDERSON, 2009, p. 137.

relação com a Antiguidade e o mundo mítico. O livro *Sketch for the History The Dionysian Artificers*, de Hipólito, foi publicado na língua inglesa em 1820, e a proposta do livro trabalhou no mesmo sentido das alegorias e origens da Maçonaria, tema que também foi trabalhado nas Constituições de Anderson. Interessante notar que Hipólito faz uma distinção dos mitos como alegoria moral e não como criação do Cosmo. Já nas primeiras páginas de seu livro, Hipólito afirma:

> The mysteries of the Ancients and the associations in which their doctrines were taught, have hardly been considered in modern times, but with a view to decry and ridicule them.
> The systems of ancient mythology have been treated as monstrous absurdities, debasing the human reason, conducting to idolatry, and favouring depravity of manners.
> However, they deserve attention, if the motives of their inventors, rather than the profligacy and ignorance of their corruptors be contemplated.
> When men were deprived of the light of revelation, those who formed systems of morality to guide their fellow creatures, according to the dictates of improved reason, deserved the thanks of mankind, however deficient those systems might be, or time may have altered them; respect, not derision, ought to attend the efforts of those good men; though their labours might have proved unavailing [6].

A Maçonaria demonstrou funções múltiplas, mas sempre focadas no mundo da virtude. Primeiramente, ela assumiu a função esotérica moral e, logo em seguida, a função das Luzes científicas. Posteriormente, a Maçonaria assumiu também a função política.

Quando a Maçonaria atingiu a esfera pública, colaborou para o surgimento da sociedade civil, tal como salienta Jürgen Habermas. A esfera pública, isto é, a união de pessoas privadas em um público[7], é a forma de sociabilidade que conduziu à eclosão da sociedade civil. Segundo Habermas, foi nestes locais que o Antigo Regime foi duramente criticado, especialmente pelas elites intelectualizadas provenientes da burguesia e da nobreza. A crítica foi praticada originalmente em seu aspecto literário,

---

[6] COSTA, 2007, p. 1. Numa tradução livre: Os mistérios dos Antigos e as associações em que eram ensinadas as suas doutrinas quase não foram considerados nos tempos modernos, mas com vista para condenar e ridicularizá-los. Os sistemas de mitologia antiga têm sido tratado como monstruosos absurdos, rebaixando a razão humana, que conduz à idolatria, e favorecendo a depravação de costumes. No entanto, eles merecem atenção, se os motivos de seus inventores, ao invés do desperdício e da ignorância de seus corruptores ser contemplada. Quando os homens foram privados da luz da revelação, aqueles que formam sistemas de moral para guiar seus semelhantes, de acordo com os ditames da razão melhor, mereceu o agradecimento da humanidade, no entanto deficiente desses sistemas pode ser, ou o tempo pode ter alterado-os; respeito, não escárnio, devem participar dos esforços dos homens de bem, embora seu trabalho poderia ter provado inútil.

[7] HABERMAS, 1984, p.42.

especialmente acerca das questões da filosofia moral, pois era a forma discursiva mais profunda sobre aspectos que buscavam legitimar a jurisdição do Estado.

Neste debate sobre a legitimidade sobre o poder do Estado e o poder da própria monarquia, eclodiu a crítica do sistema absolutista. Segundo Koselleck, essa crise é originada de uma camada detentora do poder financeiro e que progressivamente passou a ser a maior patrocinadora de uma monarquia cheia de vícios[8] e que agia de forma imoral, uma vez que se apropriava de forma ilegítima do capital burguês. Nesse sentido, a opinião pública foi se estabelecendo como a maior autoridade no mundo burguês sobre a legitimidade política e a criação de leis[9].

Hipólito da Costa foi consciente do papel da opinião pública e colaborou de forma magistral na formação da opinião dos personagens que atuaram diretamente no processo de Independência brasileira. No Brasil, parte expressiva do público do *Correio Braziliense* foram os maçons. A Maçonaria regular formou no Brasil sua primeira loja em 1801, segundo o relato de José Bonifácio.[10] A partir desta data, a Maçonaria estendeu suas lojas aos principais centros urbanos do Brasil, como Minas Gerais e Bahia, sendo principalmente ativa em Pernambuco e Rio de Janeiro.

Nosso propósito de investigação é perceber o vocabulário maçônico de Hipólito da Costa e buscar analisar como este vocabulário, imbuído do poder moral e esotérico da Maçonaria, compôs a lógica do pensamento político de Hipólito. Essa proposta de aperfeiçoamento da sociedade propunha a reformulação do mundo político luso-brasileiro, sob uma ótica da virtude e da razão. Nesse sentido, buscamos compreender como o universo maçônico compôs a linguagem política de Hipólito. Esses aspectos do ideário maçônico transmitido na publicação do *Correio Braziliense* possuem uma linguagem "dupla", passando uma mensagem para um público leitor aberto e, ao mesmo tempo, uma mensagem hermética para um público restrito aos iniciados no segredo maçônico. Assim, a linguagem dupla[11] atuava em duas dimensões do público, pois chegava a um público amplo e socialmente abrangente, mas também atingia um público restrito culturalmente à Maçonaria, socialmente elitizado. Ao último grupo, a mensagem maçônica chegava de forma potencialmente maior, pois ela tocava nas virtudes cultuadas pela Maçonaria. Nesse sentido, a "escrita secreta" expõe o texto a leitores que

---

[8] KOSELLECK, 1999, p. 72.
[9] HABERMAS, 1984, p. 71.
[10] BARATA, 2006, p. 71.
[11] POCOCK, 2003, p. 52.

irão interpretá-lo a partir de duas referências distintas, as que dominam a rede de sentidos maçônicos e as que são leigas no assunto.

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentaremos as propostas de Habermas e Koselleck para a discussão do conceito de esfera pública, momento no qual recuperamos a formação histórica da opinião pública, a partir do estabelecimento do Estado absolutista. Nosso objetivo é também demonstrar como a relação entre Ilustração e Absolutismo foi permeada pela crítica moral, cuja principal instituição fomentadora foi a Maçonaria, juntamente com as Repúblicas das Letras. Essa crítica foi mantida pelo segredo maçônico e, segundo Koselleck, a participação no segredo foi determinante para a natureza da própria Maçonaria[12]. Interessante notar que Koselleck destaca que a Ilustração e o segredo, desde o início, "apareceram como gêmeos históricos" [13].

No segundo capítulo, observaremos os principais traços biográficos de Hipólito José da Costa e sua atuação na esfera pública. Assim, buscaremos também compreender o contexto geral do mundo luso-brasileiro, especificamente com a investigação do mundo das letras e da relação com o espaço público. Observaremos, assim, o processo de formação do homem público ilustrado e sua relação com a Ilustração da sociedade luso-brasileira. Investigaremos também a inserção e o desenvolvimento da Maçonaria em Portugal e no Brasil, e como foi a relação da autoridade governamental frente ao trabalho maçônico.

O terceiro e último capítulo constitui a análise do *Correio Braziliense* e da argumentação traçada por Hipólito sobre a Maçonaria e a composição do discurso político embasado no elaborado pensamento civilizatório. O pensamento ilustrado de Hipólito foi a base na qual ele apoiou sua crítica ao despotismo do Estado e à ineficiência da administração pública. Apoiado também por um pensamento liberal, o qual visava a estabelecer o estímulo à sociedade privada defendida por uma monarquia constitucional, Hipólito destacou em seu jornal que a prosperidade nacional estava vinculada ao poder moral e virtuoso estabelecido pela opinião pública, visto por ele como mecanismo capaz de intermediar o abismo existente entre a sociedade civil e o governo.

---

[12] KOSELLECK, 1999, p. 63.
[13] Ibidem, p. 56.

A emergência da esfera pública burguesa e a Maçonaria

1. A formação social da opinião pública e a esfera privada

A imprensa redefiniu a esfera pública, atribuindo-lhe uma nova função. Segundo Habermas, este processo de "re-funcionalização" [14] criou um mecanismo de disputa pela moral, através da opinião pública. A função da opinião pública era estabelecer a moral para um público amplo. Por sua vez, a moral pressupunha a razão e a forma correta de entendimento das questões privadas e, principalmente, públicas. Essa razão pública iluminista estava fundada em uma ideia de virtude incompatível com a tradição da razão de estado. Inevitavelmente essa nova concepção de razão e virtude ocupou a esfera política, criando um rival para o governo e o Estado absolutista, uma vez que a razão conduziria à crítica.

A disputa em torno da opinião pública levaria inevitavelmente à crise da razão de estado que legitimava o absolutismo, sendo que esta crise foi fruto de um paradoxo inerente ao processo político do sistema, que colocou em lados opostos o Estado e a Ilustração. A questão central que moveu este embate foi justamente o uso da razão e a interpretação da moral. Esta situação, que radicalizou-se na Europa ao longo do século XVIII, foi visível também na América Portuguesa. Em nossa pesquisa, percebemos que o *Correio Braziliense* atua no interior dessa crise em sua forma peculiar no Brasil e em Portugal. O vocabulário da opinião pública e da moralização da razão orientou a linguagem utilizada por Hipólito no seu jornal. Nosso objetivo neste capítulo será resgatar o processo que desencadeou esta re-funcionalização da esfera pública. A compreensão deste processo histórico é de fundamental importância para nossa investigação, uma vez que estão envolvidas, como protagonistas, duas forças sociais de grande relevância para nosso contexto: a Ilustração e a Maçonaria.

Para Reinhart Koselleck, a sociedade civil e a própria Ilustração foram, em muitos sentidos, desdobramentos da própria Maçonaria, quando esta também assumiu

[14] HABERMAS,1984, p. 213.

novas funções[15]. Neste sentido, observaremos aqui o processo histórico no qual a Maçonaria confunde-se com a esfera pública e, como ambas, ao se influenciarem, sofreram mudanças e assumiram novas funções.

A esfera pública foi definida por um processo que apresentou constantes transformações durante os séculos em que o absolutismo foi a principal forma política da Europa. Em último sentido, a monarquia absolutista reivindicou toda a esfera pública para si e, neste campo, não admitiu rivais. Essa atitude consciente fez parte de uma estratégia maior, que teve como pano de fundo um combate pelo poder político, no qual a monarquia se contrapôs à nobreza e à Igreja. No espaço público, a nobreza tinha nos Conselhos o resguardo de seu poder político. Nos Conselhos, os nobres faziam sua própria representação pública, mostravam-se publicamente frente aos seus iguais, o que permitiu a preservação ou conquista de valores sociais, como a distinção e a etiqueta, e a forma de se portar publicamente. Na esfera política, os Conselhos eram as principais instituições que podiam impedir a monarquia de criar novos impostos. E foi justamente para este espaço, onde a nobreza tinha seu poder político de fato, que a monarquia dirigiu sua ação para neutralizar o poder político ali existente.

Com o paulatino esvaziamento do poder político das Cortes em favor da Coroa, este espaço de se mostrar publicamente migra para a residência do monarca, o centro do poder político. A Corte, inicialmente a residência real, foi, por muito tempo, o local da apresentação pública, onde era observada a etiqueta como norma de comportamento que determinava, por sua vez, a própria distinção. Nas cortes renascentistas, havia uma vida cultural intensa, estimulada pelos modelos do humanismo. Para lá, concorriam artistas, músicos, pintores e poetas. Era também onde se apresentavam os novos livros, através de palestras e torneios, e onde novas peças teatrais encontravam o seu público por definição. A Corte renascentista recuperou o gosto pelo mecenato.

A esfera pública moderna surgiu, por sua vez, como desdobramento do processo político do absolutismo, no qual há um esvaziamento do poder público da nobreza, mas em contraparte, nutre-se também um paradoxo, quando aumenta o poder privado dos nobres e dos burgueses. Ambos encontravam-se destituídos do poder político e reduzidos, igualmente, a simples súditos do monarca. Socialmente, porém, resguardavam grande importância, seja pelo domínio financeiro da sociedade, por parte dos burgueses; seja pela distinção jurídica que a aristocracia possuía.

---

[15] KOSELLECK, 1999, pp. 69-76.

Segundo Jürgem Habermas, inicialmente podemos compreender a esfera pública moderna como: "a esfera das pessoas privadas reunidas em um público".[16] Estas reuniões, em seu princípio, foram organizadas pela autoridade governamental, pois ocorriam para debater com o próprio governo as leis que regulamentavam a troca de mercadorias e do trabalho. Estas questões possibilitaram uma discussão que foi generalizada e, por vezes, voltou-se contra a própria autoridade[17].

Esse movimento foi impulsionado pela constante racionalização pública e pela constante adoção da razão nos princípios públicos, principalmente nas questões financeiras e administrativas do próprio Estado. Por outro lado, a adoção destas medidas racionais na administração do Estado era de suma importância para o governo, uma vez que o Estado passava por um processo de rápida expansão, como no caso português, em que se evidenciou a emergência de um império marítimo de vastas extensões, com várias colônias em distintos continentes. Apenas com uma administração governamental racionalizada era possível governar terras tão diversas e tão distantes, com um contingente populacional crescente e com novas demandas.

A esfera privada, por sua vez, constituiu-se na sociedade civil, retraída do lar, mas logo se organizou em sociabilidades, isto é, adotaram pontos de encontro para além da fronteira do lar, mas ainda em espaços privados. Estabeleceram encontros em salões, cafés, locais onde há público e onde concorriam outras pessoas distintas: nobres, burgueses, artesões, militares, magistrados, médicos, poetas, literatos, músicos e pintores. Observavam atentamente a Corte, pois tinham como referência de comportamento a aristocracia cortesã. A confluência dessas pessoas tão diferentes convergia para o gosto pela literatura, o que estabeleceu uma singular e primeira esfera pública literária. Segundo Habermas, a esfera pública literária não surgiu por si mesma, mas:

> (...) ela preserva uma certa continuidade em relação à representatividade pública da corte. A arte do raciocínio público é aprendida pela vanguarda burguesa da classe média culta em contato com o "mundo elegante", na sociedade aristocrática da corte [18].

A esfera pública burguesa foi constituída como contraste com a publicidade e etiquetas da Corte. Voltada para a cidade, o centro da vida econômica e cultural, a esfera pública burguesa foi constituída em seu primeiro caráter como uma *esfera*

[16] HABERMAS, 1984,p. 42.
[17] Ibidem.
[18] Ibidem, p. 44

pública literária. A esfera literária, moldada na arte do raciocínio público, preencheu os cafés, salões e teatros. Carregava uma nítida marca surgida de um encontro dos "aristocratas humanistas e intelectuais burgueses que logo passaram suas conversações sociais, em abertas críticas". [19] Como homens de sua época, o legado dos humanistas foi evidenciado pela Ilustração, que revia toda cultura clássica e continuava a referência à Antiguidade. Foram homens que se voltaram para o passado e carregavam, abertamente, o legado da Antiguidade Clássica. Neste clima de época, a figura do filósofo detinha grande destaque, quando a ele era creditado o domínio da arte do raciocínio. Essa cultura era estimulada nos centros de circulação e encontro dessa camada social culta, porém sem poder político. Nos cafés, academias, salões, clubes etc., a literatura era dinâmica e tinha grande circulação. A concentração do poder público no absolutismo constituiu também um balanceamento com a sociedade, ampliando a esfera privada.

Segundo Habermas, a separação entre Estado e Sociedade era percebida na delimitação da esfera pública com o setor privado, que compreende a sociedade civil.[20] No exercício da esfera pública literária, ocorreu um desdobramento natural de sua função. Primeiramente, ocupava-se apenas da literatura, mas, ao transformar-se, passou a exercer a crítica política. Em um primeiro momento, a esfera pública política passou a intermediar, "através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade".[21] Em um segundo momento, a crítica ampliou-se. As revistas críticas que tinham ampla circulação nos cafés, teatros, academias e salões assumiram a leitura pedagógica e jurídica do Estado. Enquanto ocupava-se de esclarecer o mundo, o público politicamente consciente contestava juridicamente os poderes soberanos da monarquia, através da literatura jurídica e filosófica.

Nestes lugares ocorria um encontro social que, aos poucos, desafiaria o acordo com o Estado. Pessoas privadas, de setores diferentes da sociedade, encontravam-se nos ambientes de efervescência cultural, nos locais onde a vida artística e intelectual concorria para legitimar-se, onde circulava a literatura e também a música. Aristocratas, burgueses, profissionais liberais, artesãos e militares transitavam nestes pontos e se encontravam com uma mesma vida cultural. A cidade passou a assumir o papel público que anteriormente cabia apenas à Corte. O papel público da cidade foi estabelecido como espaço para que as pessoas se mostrassem publicamente. Esse processo foi

[19] HABERMAS, 1984, p. 45.
[20] Ibidem.
[21] Ibidem, p. 46.

incentivado pela restrição da Corte, quando esta se fechou para o círculo particular do soberano. Enquanto na cidade, nos salões e cafés, ocorreu um fenômeno de circulação social, entre pessoas de diversos *status* e classe, a Corte tornou-se um lugar inacessível, pois era a residência da família real, onde ela se mantinha em reclusão e distanciamento da sociedade. Os espetáculos, antes mantidos na corte, foram ganhando novos espaços de legitimação na cidade, o que contribuiu para a aceleração da atividade cultural.

Os pontos de encontro da "intelectualidade" tornaram-se também espaços onde a literatura concorria para se legitimar. Nestes cafés, a intelectualidade burguesa e a aristocracia humanista promoviam uma crítica "inicialmente literária e, depois, também política, na qual começa a se efetivar uma espécie de paridade entre os homens da sociedade aristocrática e da intelectualidade burguesa" [22]. A igualdade entre estes homens aconteceu, inicialmente, pela exclusão do poder político, porém burgueses e nobres eram socialmente reconhecidos. A burguesia estava prestes a dominar os pontos chaves da economia, enquanto a aristocracia mantinha privilégios sociais e um foro jurídico diferenciado. No entanto, ambos estavam excluídos dos postos de comando no Estado e na Igreja.[23] No apogeu do poder absolutista, na França à época de Luís XIV, surgiu uma nova elite social, que foi diversificada e heterogênea, porém, "cuja característica comum residia no fato de que se viam destituídos ou privados de qualquer liberdade de decisão política no Estado moderno, representado apenas pela pessoa do monarca absoluto".[24] Ao lado dos burgueses estavam vinculados os aristocratas, uma classe social que possuía uma tradição política antiga que "no entanto parecia ter sido amputada com a dissolução das assembléias dos estados pelo Estado absolutista".[25] Por muito tempo a nobreza lutou contra o monopólio do poder na mão real e, no caso da França, com a morte do Rei Sol, cultivou sua autonomia e sua consciência política.

A centralização das sociabilidades, como espaço da intelectualidade, colaborou enormemente para a cristalização do sentimento de "igualdade". Nestes centros, a busca pela superioridade da razão foi estimulada pela emancipação do mecenato e, juntamente com ela, a crítica. Ao longo do século XVIII, a função destes locais de sociabilidade pode ser percebida quando lhes era creditada a honra de receberem a "primeira edição" das obras a serem publicadas. Lá, nos salões, era para onde corria o discurso - a palestra ou o concerto musical - que apresentava e defendia a nova obra frente aos olhos de seus

[22] HABERMAS, 1984, p. 48.
[23] Ibidem, p. 49.
[24] KOSELLECK, 1999, p. 57.
[25] Ibidem.

pares [26]. O próprio sentido da discussão - onde prevalece a persuasão e não a força - pressupõe igualdade entre os debatedores, igualdade essa mantida na razão como parâmetro de justiça e moral. Também foi nas academias literárias, nos clubes e nas lojas maçônicas que uma nova experiência de liberdade e igualdade ganharia corpo.

2. A organização civil fora do Estado

Em uma sociedade em que o Estado absoluto não admitia rivais na esfera pública, a vida política de forma pública não poderia ser tolerada, devido ao pressuposto conceitual do próprio absolutismo. Dessa forma, os sujeitos privados, aristocratas e burgueses, ao serem excluídos das questões públicas, igualavam-se e construíam uma experiência compartilhada de exclusão. A questão pública só poderia ser debatida desta forma se reunidos fora do Estado. As sociedades secretas foram, neste sentido, a resposta para a exclusão promovida pelo modelo político do Antigo Regime. Elas existiam na esfera privada, longe do olhar do público tradicional e da mão do Estado, e organizavam-se em sigilo, em segredo[27]. Sua camada original eram os homens de letras oriundos tanto da burguesia quanto da aristocracia.

De todas as formas de organização secreta, a que foi mais abrangente ao longo dos séculos das Luzes foi a Maçonaria. Nela, os homens reuniam-se com o intuito de conhecerem a luz das iniciações, de modo que, ao fim do processo iniciático, o maçom conhecesse a essência da própria ilustração, a razão e a sociabilidade, o comércio de ideias em um ambiente livre e igualitário[28]. A participação nas sociedades, ao longo do século das luzes, compartilhava o pressuposto comum da igualdade de *status* entre seus membros. Neste sentido, os maçons se reconheciam como irmãos, mesmo quando possuíam diferentes graus filosóficos ou funções dentro das lojas.

O processo de sociabilidade e união da burguesia ilustrada, originário da Maçonaria, adentrou outros espaços, desdobrou-se e alcançou formas distintas e efeitos inesperados.

[26] HABERMAS, 1984, p. 49.
[27] Ibidem, p. 50.
[28] KOSELLECK, 1999, p. 69.

3. Opinião pública, crítica literária e o mundo financeiro

Este processo de maturidade dos setores intelectualizados demonstrou que a formação do público foi tolerada pelo governo apenas dentro da dimensão privada, uma vez que o governo absoluto dos príncipes reclamava para si a esfera pública e não permitia rivalidades no meio público. A reunião de pessoas privadas, dentro da própria esfera privada, foi realizada por um contingente letrado, de classes sociais diferentes, unidos pelo gosto artístico. Este processo de expansão de uma esfera pública inerente ao interior de uma esfera privada, isto é, uma reunião de pessoas privadas em um público, foi um processo que demonstrou uma compensação do monopólio da esfera pública por parte do governo. Anteriormente, a esfera privada foi restrita apenas ao núcleo familiar, porém, com a ilustração da elite social, a esfera privada expandiu-se impulsionada pelo mundo dos negócios. Foi uma expansão natural que ocorreu internamente, porém, acabou por extrapolar a dimensão privada e veio se chocar com o domínio absoluto do mundo público, produzindo mesmo uma redefinição conceitual do que seria público e privado.

O mundo dos negócios e o mundo cultural tinham um mesmo protagonista: os burgueses, então uma classe social em formação. Mesmo tendo origens diferentes, estes dois aspectos da vida da cidade logo se entrelaçaram. Assim, podemos pensar num movimento natural de privatização da cultura, onde a arte tornou-se uma valiosa mercadoria, voltada agora não apenas para a Corte, mas para um mercado privado[29]. Com isso, os burgueses compartilharam/disputaram mais um traço social com a aristocracia. Durante os séculos anteriores, foi ela quem estimulou a atividade artística pela forma do mecenato.

A esfera privada viu o seu foro interior modificado, quando ela assumiu uma função nova, em que a subjetividade e a interiorização tornaram-se, paulatinamente, uma característica da crítica literária. Isto ocorreu quando a própria crítica absorveu e foi absorvida pela consciência burguesa, o seu principal público[30]. Deste modo, a crítica literária estava relacionada com a esfera íntima do burguês.

A formação do público não deve ser pensada nos extremos entre o “grande público” e nem no “público exclusivo”. O público não era restrito ao ponto de ser fechado, uma vez que a possibilidade de expansão sempre era bem vista e desejada

---

[29] HABERMAS, 1984, p. 53.
[30] Ibidem, p. 72.

pelos produtores culturais e também pelos consumidores de cultura, isto é, pelos "leitores, ouvintes, espectadores". Isto permitiu que o público, formado nas academias, pudesse apropriar-se do objeto para a discussão e ter alguma influência sobre a produção do objeto artístico. No papel de interlocutor, e também de consumidor de cultura, o público crítico conseguiu estabelecer certas normas do produto a ser consumido, ou seja, consegue em alguma medida condicionar e "educar" o próprio padrão cultural[31], assim determinando o gosto, ou a moda de época.

Neste contexto, o crítico possuía um papel decisivo, uma vez que a ele era atribuída a função de julgar a própria produção cultural. Segundo Habermas:

> Nas instituições da crítica de arte, da crítica literária, teatral e musical é que se organiza o julgamento leigo do público já chegado à maioridade ou que suponha ter chegado a ela. A nova profissão que corresponde a isso recebe no jargão da época, o nome de "árbitro das artes". O "árbitro" assume um tarefa dialética peculiar: ele se entende ao mesmo tempo como mandatário do público e como seu pedagogo [32].

A crítica da arte e da cultura foi institucionalizada pelo jornal e pela revista de críticas, que são "criações típicas do século XVIII" [33]. O jornal assumiu um papel decisivo para a emancipação cultural da ilustração, uma vez que se transformou em veículo de circulação de saberes do debate. Este fenômeno, que dinamizou a circulação do saber, permitiu, também, uma tomada de consciência cultural. Para Habermas: "Por outro lado, só mediante a apropriação crítica da filosofia, da literatura e da arte é que também o público chegou a se esclarecer, até mesmo a se entender como processo vivo de Iluminismo".[34] Os indivíduos conscientizados passaram a criticar o poder do Estado. Essa crítica estabeleceu-se nas próprias instituições de discussão e foi possível graças à "re-funcionalização" da esfera pública literária[35].

Em grande medida, a transição de função ocorrida na esfera pública da crítica literária para a crítica política teve como protagonista a crítica da literatura jurídica. Ao longo do século XVIII, a esfera pública chegou à sua capacidade política depois de dois séculos de um processo no qual a literatura desenvolveu a "controvérsia de Direito Público em torno do princípio da soberania absoluta" [36]. A esfera pública burguesa

---

[31] HABERMAS, 1984, p. 53.
[32] Ibidem, p. 57.
[33] Ibidem, p. 58.
[34] Ibidem.
[35] Ibidem, p. 68.
[36] Ibidem, p.69.

originou sua consciência política quando exerceu uma constante pressão contra a monarquia absoluta a fim de estabelecer leis "genéricas e abstratas" que beneficiassem seu próprio interesse comercial. Interessante notar que, a princípio, este processo crítico foi visto como apolítico. As pessoas privadas que raciocinavam publicamente, estabelecendo assim a opinião pública, tinham como objetivo "racionalizar a política em nome da moral" [37]. A opinião pública foi, deste modo, um mecanismo social poderoso, pois a publicidade agiu como princípio de mediação entre política e moral.

Habermas destaca o caso francês, no qual foi percebido que a atitude da burguesia financeira foi relativamente bem sucedida, pois suas exigências podiam ser negociadas junto ao Monarca, uma vez que a Coroa era um cliente em potencial, já que o soberano tinha que recorrer constantemente aos empréstimos[38]. A burguesia foi, como grupo social, formada politicamente ao longo do desenvolvimento do Absolutismo. E segundo Koselleck, o grupo burguês:

> Era formado por negociantes, banqueiros, coletores de impostos e homens de negócios. Eram burgueses que trabalhavam e especulavam, alcançavam riqueza e prestígio social e freqüentemente compravam títulos de nobreza; desempenhavam um papel de liderança na economia, mas de modo algum na política [39].

Esse grupo, que compunha a aristocracia financeira, foi o credor da monarquia. Neste sentido, Koselleck destaca uma passagem de Antoine de Rivarol, que diz: "Quase todos os súditos são credores do senhor... que é escravo como todo devedor" [40]. Estas palavras de Rivarol foram escritas pouco antes da Revolução de 1789 e demonstram a delicada relação entre soberano e súditos. O ponto de tensão na conexão econômica entre a elite financeira e o soberano recaiu nas altas tributações do lucro dos negócios, os quais eram recolhidos pela administração governamental de forma arbitrária, e totalmente imoral. Neste sentido, percebemos que a consciência política dos burgueses passou por este processo financeiro, por meio do qual, primeiramente, defendiam seus próprios negócios, ao passo que também perceberam que se "tornaram credores de um Estado, cujo poder político não estava em suas mãos" [41]. A tomada de consciência política foi sustentada por uma cultura literária crítica já estabelecida, porém, foi evidenciada moralmente quando sentida diretamente na fonte de suas riquezas.

---

[37] HABERMAS, 1984, p. 126.
[38] KOSELLECK, 1999, p. 58.
[39] Ibidem.
[40] Ibidem, p. 58.
[41] Ibidem.

Segundo Habermas, este processo de afirmação da burguesia foi determinante para a tomada de consciência. Segundo ele: "[...] por fim, (a burguesia) aprende a se auto-afirmar, ou seja, afirma a opinião pública como única fonte legítima das leis" [42]. Ao longo do século XVIII, essa pretensão da burguesia começou a se materializar quando a opinião pública ganhou traços legislativos.

A opinião pública foi quem conduziu o discurso moral que, por sua vez, foi a voz da sociedade civil então reduzida à dimensão privada. Utilizando o pensamento desenvolvido por Hobbes, podemos investigar como o poder absoluto dos príncipes foi um preço a pagar para obter a paz na guerra civil religiosa. Habermas afirma que:

> (...) o estabelecimento da paz, ou seja, o término da guerra civil religiosa, parecia não ser possível se não ao preço de que o poder público fosse monopolizado na mão do monarca e a sociedade civil, como toda a sua disputa religiosa, fosse neutralizada como esfera privada[43].

Essa realidade foi sentida também nos países ibéricos quando Espanha e Portugal estavam unidos pela mesma dinastia, e Espanha tinha um papel à frente na condução das guerras civis.

Este processo cultural, no qual a opinião pública emerge da esfera privada, leva a própria moral a reclamar a esfera pública. De todos os seus colaboradores, uma classe de pensadores se destacou justamente pelo peso de seu julgamento, e estes foram os filósofos. Em último sentido, os filósofos tinham um poderoso julgamento sobre a questão moral, uma vez que a eles era creditada a maestria na arte do raciocínio. Apesar da aparente preeminência acadêmica, não foram exclusivamente acadêmicos. E segundo o pensamento de Kant, os filósofos deveriam fazer uso da razão pura, e esta era "independente dos interesses do governo" [44].

4. Maçonaria: A esfera privada, o segredo e a emancipação da sociedade civil

A ampliação da esfera privada, em sua dimensão interior, evidenciou um fenômeno social típico da Ilustração, que foi a formação de sociedades secretas. Se não era possível a participação na esfera pública, onde regem as leis do Estado, a esfera privada transformou-se em um novo palco de sociabilidade. Com a proteção do segredo,

---

[42] HABERMAS, 1984, p. 71.
[43] Ibidem, p. 127.
[44] Ibidem, p. 129.

ocorreu a emergência de uma sociedade civil moderna, uma vez que, no interior da própria esfera privada, os súditos começaram a levantar o debate sobre as questões públicas. Ocorre, assim, uma mudança de função da própria esfera privada, uma vez que, protegidos pelo segredo, as pessoas privadas formavam críticas à questão pública. Historicamente, esse processo é perceptível na Maçonaria. Dentro da Maçonaria e das sociedades literárias, a crítica, que em um momento anterior foi unicamente literária, passou a exercer uma função política. Assim, a vida pública começou a ser debatida nestes locais privados.

A Maçonaria reuniu a elite social de uma forma singular, uma vez que ela propunha a si mesma como fonte de irradiação da luz e da Ilustração. Na Maçonaria, porém, não havia a predominância do homem de letras, tal como ocorreu nas academias literárias, mas havia uma reunião horizontalizada, se pensarmos socialmente. Em uma mesma loja, poderiam se reunir o rico comerciante, o aristocrata ilustrado, o burocrata, o militar, o artesão, o taberneiro, o músico etc. O contato dessas pessoas entre si, estimuladas pelo espírito de fraternidade e cooperação mútua, permitia que o produtor cultural e o patrocinador estivessem próximos. Na sociabilidade estimulada pela relação maçônica, os homens do comércio fechavam seus negócios, os militares traçavam planos de guerras e os músicos compunham. E todos eram tocados pela crescente crítica política.

5. A Maçonaria entre a opinião pública e a política

A jurisdição moral recaiu fora do Estado sendo os filósofos os principais colaboradores da moral. Dos trabalhos filosóficos que orientaram a burguesia em seu entendimento moral, destacamos o do filósofo inglês John Locke, que, em 1670, publicou o "Ensaio sobre o entendimento humano". O livro foi lançado na Holanda, quando Locke cumpria um exílio de seis anos. Reinhart Koselleck chama atenção para este ensaio, pois ele propõe uma divisão de leis que regem a sociedade e o governo. Locke buscava, em suma, orientar a vida do cidadão para seu entendimento do mundo público. Neste sentido, o filósofo divide o universo social em três leis distintas: a lei divina, a lei civil e a lei moral. "A lei divina regulamenta o que é pecado e o que é o dever". Era transmitida ao homem pelos profetas e por revelação divina. "A lei civil que regulamenta o crime e a inocência", isto é, "a lei do Estado, ligada à coerção cuja tarefa consistiu em proteger o cidadão". Por último, Locke manifestou a lei

determinadamente moral, “que é a medida do vício e da virtude”, esta foi a lei dos filósofos[45].

A formulação de Locke passou por profunda revisão dos princípios do direito político e do direito natural proposto por Hobbes, que os havia reunido a fim de justificar o poder do Estado. Porém, a contribuição maior foi à exposição da lei dos filósofos, quando esta foi imbuída de enorme autoridade sobre a opinião pública, que também foi denominada lei “da opinião e da reputação”. Para Locke, estas leis originavam do “foro interior da consciência humana”[46]. Essa afirmação demonstra o processo de formação da inteligência burguesa que se emancipou das antigas formações morais. Segundo Koselleck, essa definição de Locke foi fundamental para que na Inglaterra ocorresse um fenômeno de maturidade política e social no qual a “burguesia moderna alcançou pela primeira vez seus traços características e que serviu de modelo ao continente” [47].

Duas formações sociais foram fundamentais para a propagação da lei moral na Europa, as lojas maçônicas e as repúblicas das letras[48]. O florescimento da Ilustração está no íntimo destas formações sociais. Porém, foi nas lojas maçônicas que a lei moral encontrou o auxílio necessário para sua propagação social. Diferente das repúblicas das letras, onde não havia uma instituição, mas sim, uma concentração de intelectuais num movimento cosmopolita, as figuras predominantes era do acadêmico ou do erudito. Já nas lojas maçônicas, a cultura filosófica e moral estava em contato direto com os burgueses, então patrocinadores e consumidores da nova cultura filosófica, e esse contato ocorria de forma institucionalizada dentro da organização das lojas. A Ilustração e o segredo, desde o início, “apareceram como gêmeos históricos”.[49] A Maçonaria e a república das letras foram independentes e seguiram cursos autônomos. Porém, ambas constituíram, de um modo bastante próximo, uma resposta ao Absolutismo. E foi justamente a formação da consciência crítica, oriunda destas duas formas sociais, que minou as bases do absolutismo.

No século XVIII, o Estado não poderia permitir uma forma política autônoma, o que causava um conflito direto com a sociedade civil. Por ter sua ordem ameaçada, o Estado obrigou que essas reuniões acontecessem no refúgio da clandestinidade, no foro

[45] KOSELLECK, 1999, p. 50.
[46] Ibidem.
[47] Ibidem, p. 49.
[48] Ibidem, p. 56
[49] Ibidem.

interior privado. A Maçonaria cumpria com excelência esta obrigação colocada pelo soberano, porém, ao mesmo tempo, fez de tudo para contorná-la. Exerciam assim, segundo Koselleck, um poder político indireto [50]. Ela não podia decidir sobre as questões políticas, tais como a política externa nos assuntos de guerra e paz, mas podia influenciar nas decisões, uma vez que ela exercia o poder da persuasão moral. Para tanto, o funcionamento das lojas maçônicas se dava exclusivamente em torno do segredo. "O silêncio, a discrição e o vínculo em torno de um segredo eram obrigatórios para os maçons, a ponto de determinarem a natureza de sua sociedade" [51].

Inicialmente, o segredo está vinculado à função protetora das lojas maçônicas. Suas reuniões não podiam acontecer publicamente, pois não eram toleradas pelo Estado. Assim, as lojas reuniam-se exteriormente ao próprio Estado, numa dimensão social própria. Para isto, desenvolveram sua organização particular, seu próprio estatuto e suas leis específicas.

O segredo envolvia uma dimensão específica e prática das lojas, e neste sentido variava de loja para loja, pois era relativo ao trabalho concreto que cada uma realizava. O segredo foi envolvido com um véu pela ritualística maçônica. O ritual maçom, a cerimônia própria de cada um deles, era específico em cada loja. O segredo, assim, possuía uma correlação com a própria mística dos trabalhos maçons, o que já não era da função política, mas sim, uma função mística. Segundo Koselleck:

> De acordo com as doutrinas, diferenciavam-se notavelmente as determinações do conteúdo do mistério maçônico, ou seja, os conteúdos concretos do trabalho secreto. De um sistema a outro, o segredo tomava, para os próprios irmãos, outro caráter. Conforme a época, as circunstâncias sociais e as particularidades nacionais, ganha expressões totalmente distintas. Pelos mais diferentes caminhos, os maçons esforçavam-se em alcançar o objetivo geral da arte real, isto é, "polir" o homem rude, uma "pedra bruta", e elevar os irmãos às regiões da luz [52].

O segredo na Maçonaria estava diretamente relacionado à questão do aperfeiçoamento moral. O comportamento era a primeira base do trabalho maçom, sendo também o último objetivo em uma compreensão espiritual do próprio maçom. A virtude ou o vício não podem tomar um caráter apenas social, mesmo sendo perceptíveis, primeiramente, ao nível social. A virtude, tida como qualidade da própria

---

[50] KOSELLECK, 1999, p. 63.
[51] Ibidem, p. 63.
[52] Ibidem, p.64.

alma, deveria ser estimulada através do comportamento adequado e, através disto, ir adentrando na profundidade do próprio espírito. O vício era tudo aquilo que impedia o florescimento da virtude. Ambos tinham no comportamento sua primeira expressão, porém, ambos residiam em sua força no interior do próprio homem. A Arte Real dos maçons considerava esta lógica. Para o homem se tornar real, ele deveria expurgar toda a falsidade de seu interior. A arte real, ao passo que era um trabalho moral, era essencialmente um trabalho místico.

A Maçonaria simbólica é dividida em graus filosóficos. Três são os graus básicos: aprendiz, aquele que acabou de ser aceito nos trabalhos da loja e está se iniciando como maçom; companheiro, aquele que já trabalha com regularidade nas lojas, porém que ainda não acumulou a experiência necessária para conhecer os trabalhos a fundo; e mestre, aquele que teria acumulado a experiência necessária para buscar o domínio da Arte Real. Estes são os três graus tradicionais, os quais são praticamente universais em toda a Maçonaria. Porém, em cada loja existe a possibilidade da escolha de um rito específico que será praticado em todas as reuniões. Cada loja, ao começar o trabalho, escolhe seu próprio rito. Normalmente, o rito está relacionado com a potência maçônica à qual a loja é subordinada. Os ritos maçônicos são vários, e todos eles têm um ponto em comum: todos afirmam buscar o aperfeiçoamento do grau de mestre. São, assim, chamados de graus filosóficos, nos quais o mestre maçom, no seu processo de aperfeiçoamento moral e espiritual, vai conhecendo os arcanos. Desta maneira, cada ritual possui seus próprios graus, e cada grau tem seu segredo. Cada segredo, por sua vez, carrega seu arcano. No último grau, estaria contido o último arcano, chamado também de “O Grande Arcano”. Neste sentido, percebemos que o mestre maçom, em seu trabalho de aprofundamento nos graus filosóficos acreditaria se aproximar, cada vez mais, do próprio centro das luzes e isto lhe permitiria participar da força moral que irradia a própria ilustração. [53]

O segredo maçom cumpria com o sentido místico, mas também com o sentido social. Nas lojas, de origem exclusivamente burguesa, procurava-se também abranger a aristocracia, “socialmente reconhecida, mas também privada de direitos políticos, de modo a lidar com ela sobre a base de uma igualdade de direitos”.[54] Nas lojas, o maçom ganhou um espaço único onde as diferenças sociais eram niveladas. Essa construção social, as lojas maçônicas, fazia com que os maçons tivessem uma atividade que os

---

[53] ADOUM, 2006.
[54] KOSELLECK, 1999, p. 65.

colocava em oposição à ordem social tradicional. Com isso, uma nova tensão na relação com o Estado absolutista surgiu, mesmo que por muito fosse suportada. Segundo Koselleck: "A igualdade política dos súditos conduzia a uma equiparação social das diferenças entre os estados. Mas a realização dessa igualdade ainda não significava a destruição do sistema político do Estado absolutista".[55] Este paradoxo entre Maçonaria e Estado absolutista foi permitido, via dissimulação, pelo segredo. Nas lojas, a igualdade social só era possível por ser exterior ao Estado. Isso inaugura também uma dimensão política que permitiu e sustentou a consciência crítica dos maçons.

6. O poder político indireto: A divisão entre moral, política e direito natural

A loja maçônica, ao se situar fora do Estado, rompeu também, de forma moral, com a dominação política do monarca. Dentro das lojas, "o irmão não era mais um súdito do poder estatal, mas um homem entre outros homens: pensava, planejava e agia livremente".[56] A liberdade em relação ao domínio do monarca foi o grande traço político das lojas, mais ainda que a igualdade social. O autogoverno das lojas e a criação de sua própria constituição – que estabeleceu sua legalidade interna – foram possíveis num espaço fora da influência do clero e longe das interferências do Estado. Desde o início, "o segredo tinha a função de rejeição e proteção" [57]. Interessante destacar que este fato inverteu as funções básicas do Estado. O Estado pressupunha a proteção de seus súditos; no lugar disto, as lojas maçônicas adotaram a proteção em relação ao próprio Estado.

O segredo, para fazer valer sua função protetora, dividia a política da moral. Segundo a própria constituição da Maçonaria, os maçons deveriam rechaçar a política, em todas as suas formas. Aqui, a política é entendida como as facções políticas, ou grupos políticos que disputavam a aproximação do monarca, ou o controle da câmara, ou também, os rebeldes e revolucionários. Dessa forma, os maçons assumiram uma posição apolítica. Essa atitude dos maçons foi essencial para unir a sociedade civil, uma vez que ela não se vinculava politicamente a nenhum grupo. Segundo Koselleck:

> Assim como o Estado absolutista, até então, havia neutralizado politicamente as tensões religiosas, os burgueses queriam superar

---

[55] KOSELLECK, 1999, p. 65.
[56] Ibidem.
[57] Ibidem.

> moralmente todas as diferenças confessionais. Na franco-Maçonaria, a doutrina moral civil realiza-se socialmente. "Com o que a Maçonaria torna-se o centro de união entre pessoas que de outro modo, teriam permanecido em perpétua distância" [58].

Nas lojas, ao abandonarem a autoridade política, os maçons acabaram com uma limitação à sua própria organização. A desvinculação da política levou as lojas a adotarem uma compreensão moral e a elevarem, assim, a virtude ao trono do soberano. Sob o domínio absolutista, a liberdade só era possível perante o segredo. Em um primeiro momento, sem afetar o Estado, as lojas constituíram, perante seu foro interior, a liberdade civil. O segredo permitiu o exercício da liberdade e cumpriu outra função igualmente consciente: "unir, de maneira genuína, o mundo burguês dentro da sociedade" [59].

O segredo carregou a promessa da luz. A revelação do mistério permitiu o acesso ao esclarecimento, o que desvela o mistério. A iniciação na Maçonaria afirma que o maçom adentra a uma vida nova e melhor. "A iniciação significava "a descoberta de um mundo novo, oculto no seio do mundo antigo"".[60] A participação comum dos maçons num mesmo *arcanum* proporcionava a igualdade entre os irmãos e abolia a diferença de estados. O segredo também ligava os maçons a um nível diferente, maior: não importava qual a graduação na hierarquia do maçom, e não importava onde ele havia sido iniciado. A participação na iniciação conduziria o maçom ao espírito fraterno e cosmopolita, a partir de então ele seria um irmão de todos os maçons, estaria em uma dimensão própria, separada dos outros externos à Maçonaria. O segredo maçom criou um mundo à parte do Estado e da religião, uma esfera única e inovadora, que exigiu do maçom uma distinta e sólida interpretação moral do mundo.

Ao mesmo tempo em que o segredo unia os maçons, o segredo também rejeitava todo o mundo externo ao seu suposto mundo virtuoso, esse mundo externo era conhecido também como o "mundo profano". Havia ainda o temor da traição, o que era conscientemente evocado com insistência. Estes elementos, segundo Koselleck, "contribuía[m] constantemente para reforçar entre os irmãos a consciência de seu próprio mundo, do mundo novo, e da obrigação de servi-lo".[61] Neste sentido, o segredo também reforçou a identidade dos irmãos, criando um sentimento de união e superioridade, o que consolidou culturalmente uma nova elite da sociedade.

---

[58] The Constitutions of Freemasons 1723., *apud*, KOSELLECK, 1999, p. 66.
[59] Ibidem, p.68.
[60] WEISHAUPT, *apud*, KOSELLECK,*Op. Cit.*, p. 68.
[61] KOSELLECK, *Op. Cit*, p. 69.

Na interpretação esotérica, a palavra *arcanum*, de origem latina, semanticamente remete à "arca", uma alusão bíblica da aliança que a divindade fez com os homens, representada simbolicamente pela Arca da Aliança, que na literatura sacra é uma das relíquias de Moisés.[62] Assim, quanto mais graus filosóficos, mais próximo se ficava do saber que prometia desvelar a natureza humana, e também a natureza divina, ou seja, o conhecimento do homem e do universo. Neste sentido, o *arcanum* dos graus filosóficos era a chave de compreensão do próprio homem. Para uma melhor compreensão, podemos refletir sobre as palavras "esoterismo" e "iniciação", pois ambas possuem sentidos próximos. As duas palavras significam "voltar-se para dentro". Iniciação significa também "iniciar algo". Assim, podemos concluir que tanto os termos "místico", "esotérico" e "iniciado" são aplicados a sujeitos que participam de um saber particular, mas que, sobretudo, buscam desvendar o próprio mundo interno, observando que dentro de si mesmo estaria sua divindade, ou seja, seu próprio espírito. Por isso, o entendimento da Arte Real, como a arte do real, da realidade, daquilo que não admite a falsidade. A falsidade, neste sentido, seriam os vícios, aquilo que poderia ser modificado pelo tempo. O real seria o próprio Ser, aquilo que é indiferente ao tempo, o eterno que reside dentro da própria consciência humana. A Arte Real, o trabalho místico, é assim o esoterismo moral, a busca pela virtude.

Os graus filosóficos criaram uma hierarquia própria dentro da Maçonaria. Quanto mais iniciado no segredo, esperava-se, para o maçom, maior reconhecimento, prestígio e influência por seus iguais. Em todo caso, isso dependia apenas da própria sociedade. Koselleck afirma que: "a divisão em graus fomentava um ímpeto constante de subir na hierarquia, o que, por sua vez, levava a uma elevação permanente dos graus; o último *arcanum* prometia a participação na fonte de luz do Iluminismo". [63] Os mestres maçons, como todos os graus filosóficos, constituíam a elite da sociedade maçônica, e eles possuíam as chaves da moral e da organização da própria Maçonaria. Apenas entre os autênticos mestres maçons havia o sentido completo para as palavras liberdade e igualdade. Para o entendimento maçônico, eles eram livres, uma vez que conheciam a fonte do próprio saber e eram iguais ao compartilharem esse mesmo saber.

Mas, para isto, antes era necessário subordinar-se. Primeiramente, o maçom era recebido no grau de aprendiz, e deveria prestar obediência às leis que unia este novo mundo simbólico. No cume, estavam os irmãos "invisíveis". Eles eram os superiores

---

[62] ADOUM, 2010, p. 138.
[63] KOSELLECK, 1999, p.69.

desconhecidos, que poderiam observar a conduta do aprendiz. E eles estavam sempre em algum lugar, pois o sistema de diversificação dos graus significava sempre alguém acima e, a partir do grau de companheiro, significava também, alguém abaixo. A questão é que apenas os superiores sabiam de seus iguais. Os que possuíam menor grau não reconheciam os graus superiores aos seus, pois eles ainda não haviam sido revelados. Os superiores podiam assistir a qualquer ritual, mas os inferiores não. Segundo Koselleck: "Ao mesmo tempo, estavam presentes onde quer que fosse e podiam a qualquer momento constituir um tribunal para julgar o comportamento e a conduta dos outros membros".[64] Assim, o segredo organizava os próprios maçons, quando este estabelecia a hierarquia.

A graduação no segredo garantia um saber superior e concreto à camada dirigente. Os diferentes graus constituíam um sistema que permitia apenas um único movimento, que era "para dentro e para cima, mas não para baixo ou para fora".[65] Esse sistema contribuía para a mistificação da Maçonaria. Criava-se um ímpeto para atingir o cume desconhecido. Esse movimento denotava o sentido do progresso, que "já regulamentava tudo o que passava na atualidade". [66]

A moral cosmopolita da Maçonaria formou-se internacionalmente por viajantes, marinheiros, comerciantes, filósofos, oficiais e nobres. Pessoas de diferentes países, de diferentes religiões, de diferentes setores sociais e classe econômica foram unidas pelos mesmos símbolos, que recordavam uma identidade moral. Neste sentido, Koselleck afirma: "As lojas tornaram-se a instituição social mais forte do mundo moral no século XVIII".[67] Foi ao longo deste século que percebemos o peso arrebatador da Maçonaria, quando os homens do Estado começaram a vincular-se às lojas para atingir suas finalidades políticas e, também, consolidar suas posições.

A primeira reunião das lojas maçônicas para estabelecer um controle maior de suas atividades aconteceu na Inglaterra. Em 1717, a *Grand Lodge* "pretendeu submeter as esparsas lojas já existentes a um controle rigoroso e uniforme" [68]. Na *Grand Lodge* eram regulamentadas as novas lojas maçônicas e também reconhecidas como legítimas. A *Grand Lodge* estabeleceu uma constituição, escrita pelo reverendo James Anderson no ano de 1723, que dava diretrizes gerais para o funcionamento das lojas. Também a

---

[64] KOSELLECK, 1999, p. 69.
[65] Ibidem.
[66] Ibidem.
[67] Ibidem, p. 71.
[68] Ibidem.

Grand Lodge inglesa reconhecia como iguais outras Grandes Lojas de outras nacionalidades, o que permitia, a cada país, ter sua própria potência regulamentadora. As exceções foram as lojas irregulares, que eram formadas por maçons em diversas partes do mundo, mas sem se sujeitar às diretrizes das Grandes Lojas. Eram lojas autônomas e normalmente de existência breve, porém, ainda assim, participavam da cultura maçom e, por muito, compartilhavam o segredo. As lojas irregulares são um grande desafio para a historiografia, uma vez que elas não deixaram registros de funcionamento.

A base da sociedade maçônica foi o segredo. Esse elemento uniu em um elo de confiança os irmãos iniciados nos trabalhos da sociedade. "O segredo é o direito natural, porque é o elo da confiança, base da sociedade humana." [69] Ao assumir o encargo de unir em interação a sociedade emergente da Maçonaria, e também de conduzir a reciprocidade de confiança entre seus membros, o segredo adquire a "dignidade e a prioridade do direito natural". Ao se chocar com o direito natural, "todo o direito positivo se esvanece".[70] A obrigação do maçom de manter-se em silêncio exigia dele um autocontrole moral contínuo. Além de ser moralmente reto, cabia ao maçom mostrar-se como tal, ou seja: "virtuoso, independente e soberano". [71] Um bom maçom deveria ser seu próprio juiz, ser julgado por sua própria consciência.

O segredo possuía a qualificação de julgar moralmente o mundo externo, isto é, a sociedade, o Estado e as religiões. Nada escapava de sua sentença moral. Ao se resguardar em uma dimensão própria, onde vigorava uma auto-jurisdição, o segredo permitiu a ampliação da consciência privada. "Convertida numa grande consciência, numa consciência do mundo, a sociedade se separa voluntariamente deste mesmo mundo mediante o segredo".[72] O fato dos maçons rejeitarem a política implica, paradoxalmente, em assumir a consciência política. A separação entre política e moral comprometeu a política vigente sob auspícios e sob o julgamento da moral. "Diretamente apolítico, o maçom é, no entanto, indiretamente político" [73].

Os políticos e os segmentos conservadores da sociedade que não participavam do segredo, por sua vez, temiam o pior das lojas maçônicas. Eles teciam acusações aos maçons, condenando-os por conspiração contra o trono e o altar. Essas acusações são

---

[69] MAISTRE, *apud* KOSELLECK, 1999, p. 72.
[70] KOSELLECK, *op. cit*, p.72.
[71] Ibidem, p.73.
[72] Ibidem, p. 74.
[73] Ibidem, p. 75.

corroboradas pelo fato de que as lojas maçônicas eram obrigadas a dar refúgio a revolucionários moralmente íntegros, ainda que, cabia às lojas rejeitar a revolta.[74] A moral vinculada aos princípios maçônico, por sua vez, rebatia as acusações de conspiração. O respeito à lei natural, "fazia três quartos e meio do maçom".[75] Essa lei seria o bom senso, aquilo que está presente nos bons costumes da sociedade. Os maçons recorriam mais uma vez à inocência moral para responder as acusações e afirmavam: "A religião e o Estado não teriam sido acometidos pelas revoluções mais sangrentas, se conhecessem e praticassem, como os maçons, esta virtude da qual fazem um crime". [76]

A dialética entre moral e política foi fomentada pelo segredo maçom. O segredo também criou a antítese política no mundo da ilustração. Aquilo que deveria unir o mundo civil e subjugar o Estado recaía na esfera privada, um domínio incentivado, paradoxalmente, pelo próprio Estado.

Em seus trabalhos, Lessing deixou longas explanações sobre a Maçonaria da qual participou, notadamente os *Diálogos para franco-maçons entre Ernst e Falk*. Neste notado texto, Lessing adentra no *arcanum* político da Maçonaria. Os maçons se diferenciam do mundo quando eles adotaram o esoterismo como conduta própria, um esoterismo que necessariamente orientaria a uma educação moral. Neste sentido, o bom maçom deve fazer um trabalho integral da conduta moral, isto é, ao mesmo tempo em que ele adota a virtude para seu comportamento cotidiano, deveria também levar a virtude para o mundo externo, sob o anonimato da ação filantrópica. Neste sentido, o segredo dos maçons seriam suas ações verdadeiras. As ações dos maçons eram dirigidas às imperfeições e males do mundo. O ponto de vista moral permite que a Maçonaria se erga em um front maior, pois ela se coloca na auto-responsabilidade de lutar contra os males inevitáveis do mundo, aquilo que impede a divulgação da virtude que, segundo Lessing, seriam basicamente três:

> Em primeiro lugar, a divisão do mundo humano em diversos Estados, delimitados por "abismos" e "muros de separação", que sempre entram em "colisão" em virtude de interesses diversos. O segundo mal fundamental é a estratificação que resulta da hierarquia social dentro dos Estados. O terceiro, finalmente, é a separação dos homens pelas diversas religiões. Assim, Lessing esboça um mapa dos três principais pontos de ataque dos franco-maçons cosmopolitas: Estados, ordens e igrejas [77].

---

[74] The Constitutions of Freemasons, 1723., *apud*, KOSELLECK, 1999, p.75.
[75] URIOT *apud*, KOSELLECK, *op. cit*, p.73.
[76] KOSELLECK, *op. cit.* p. 75.
[77] Ibidem, p.77.

O esoterismo parte da prerrogativa da elevação espiritual. Assim, o maçom esotérico se via em uma condição confortável e sublime, acima do bem e do mal. A atitude dos maçons, que tinham numa utopia moral sua orientação prática, buscou corrigir os males do mundo. “Se o mal desaparece, o bem torna-se tão evidente que se suprime. Assim, Lessing traçou o objetivo a longo prazo da atividade moral”. [78] Necessariamente, o conteúdo moral da proposta maçônica veio atacar a raiz, concreta e histórica, das causas dos males do mundo, o que tornou inevitável o choque com o Estado. Porém, a virtude maçônica não buscava um combate direto, uma revolução por meio de armas. Para os maçons, sua missão utópica consistia em transformar o Estado em algo supérfluo, suprimido pela virtude. [79]Tal intuito poderia ser conseguido com uma educação moral da sociedade. Em sua essência o segredo é uma força moral, capaz de unir o mundo burguês emergente, mas antes de tudo, o segredo é uma visão mística sobre o próprio homem e sobre o mundo.

7. A construção social da cultura

O segredo que resguarda o ideário maçônico carrega uma linguagem “dupla”, transmitindo uma mensagem para um público leitor aberto e, ao mesmo tempo, uma mensagem hermética para um público restrito aos conhecedores dos mistérios. Esta ambiguidade presente nessa fonte é de caráter dialético, pois se, de um lado, este discurso político atinge um público amplo, e socialmente abrangente, por outro lado, atinge também um público privado, circunscrito culturalmente à Maçonaria, socialmente elitizado e com uma mensagem potencialmente maior, pois ela tocava nas virtudes cultuadas pela Maçonaria, e ajudava a compor um sentido maior. Nesse sentido, a “escrita secreta” expõe o texto a leitores que irão interpretá-lo a partir de interpretações e símbolos distintos, que compunham o próprio segredo [80].

Para entender as tradições de pensamento presentes na Maçonaria, é necessário pensar em cultura como algo historicamente criado, e não como algo natural, inato à sociedade. **Cultura**, segundo Denis Cosgrove,[81] é: “*um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular*”. Segundo o mesmo autor:

---

[78] LESSING, *apud*, KOSELLECK, 1999, p. 79.
[79] Ibidem, p. 78.
[80] POCOCK, 2003, p. 52.
[81] Denis Cosgrove é pesquisador de geografia cultural.

"*A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos, pelo contrário, têm que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana*". Ainda segundo Cosgrove: "(...) *Uma religião, por exemplo ou um credo político, só podem sobreviver se as pessoas os praticarem*". Assim, Cosgrove continua:

> Transformações na cultura vêm de mudanças rápidas ou lentas, em sua prática, no ato da reprodução cultural, mas a cultura é sempre potencialmente capaz de ser trazida ao nível da reflexão consciente e da comunicação. Isto é de fato o que fazemos quando examinamos a expressão cultural ao estudar as humanidades. Assim, a cultura é ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas[82].

Nesse mesmo sentido, para a síntese conceitual do antropólogo Clifford Geertz: "*cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas*[83]". As estruturas de significado são expressas por símbolos, ou melhor dizendo, por linguagens simbólicas. Essas linguagens, que podem ser formatadas pela linguagem escrita, pela linguagem numérica, pela linguagem pictórica etc., carregam em si um significado, um sentido, um valor e uma ideia. O símbolo, segundo o pensamento clássico, é o modo existenciário pelo qual o *Logos*, ou o discurso, se faz presente na materialidade, isto é, a cristalização de um pensamento.

Diferentemente da cultura mundana, na qual o significado do símbolo é público, e todos têm acesso a eles, na cultura Hermética, o símbolo é público. Todos podem vê-lo, uma vez que ele é ostentado publicamente, porém o seu significado é secreto, restrito a um grupo de homens que participam desta cultura em especial. Para a Maçonaria, o significado do símbolo é protegido pelo segredo do juramento, pelo voto consciente do silêncio. Assim, a compreensão do sentido dos símbolos herméticos é relativa à iniciação do maçom no segredo, em cada grau em que o maçom é iniciado, ele compreende o arcano contido nele e vai, desta forma, desvelando os símbolos da própria Maçonaria. Desta forma, mesmo para um iniciado na ordem maçônica, os arcanos não são evidentes, pelo contrário, é uma conquista paulatina até dominar o sentido de todos eles. A opção do véu do mistério e do ocultismo tem suas raízes na história do próprio hermetismo, o que, inclusive, contribuiu para os vários sentidos do conceito de

---

[82] COSGROVE, 1998, pp. 103,104.
[83] GEERTZ, 1989, p. 21.

hermetismo[84]. Na Maçonaria, o saber determinava a ascensão na própria instituição. Quanto mais graus um maçom detinha, maior seu conhecimento concreto e prático, e mais próximo da origem da própria Luz. A cultura está intrínseca à estrutura de poder. Segundo Cosgrove:

> (...) um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é, às vezes chamado de hegemonia cultural. Há portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade, e etnicidade [85].

Utilizando-se de uma visão cristão-esotérica e embasada em conceitos metafísicos que remetiam à alquimia medieval, os maçons desenvolveram uma linguagem própria, que evocava a construção de uma humanidade virtuosa. Nesse sentido, os maçons construíram sua identidade e seus símbolos, que nunca foram partes de uma cultura hegemônica, mas, mesmo assim, sempre se mantiveram em paralelo e rivalizando com a cultura dominante.

A Maçonaria desenvolveu uma cultura própria a partir de uma releitura da tradição hermética que desde o século XV estava em evidência na Europa e, em especial, na Inglaterra[86]. A Inglaterra, na transição do século XVIII para o XIX, vivia uma ascensão do pensamento hermético, criando uma atmosfera próspera para a popularização da Maçonaria. Essa tendência teve início com as contribuições do célebre astrólogo real e matemático Jonh Dee, do final do século XVI, sendo que seus postulados e obras foram uma importante referência na formação intelectual das gerações posteriores, inclusive da revolução científica[87]. Na Inglaterra do século XVI, permitiu acontecer o encontro entre a ciência, o humanismo e a metafísica, o que em grande medida foi estimulada pelo governo da rainha Elisabete. Décadas depois, ainda sob essa influência cultural, foi formada a Maçonaria, com a participação direta de Sir Fancis Bacon.

No próximo capítulo, discutiremos a formação da esfera pública no mundo luso-brasileiro e, de forma especial, a inserção da Maçonaria em Portugal e Brasil. Neste

---

[84] Na cultura contemporânea, hermético significa algo fechado e inacessível. Contudo, na cultura maçônica, Hermético advém de Hermes, a divindade grega que simbolizava o conhecimento e a sabedoria.

[85] COSGROVE, 1998, pp. 104, 105.

[86] YATES, 1972, p. 255.

[87] Ibidem, p. 256

contexto, buscaremos perceber a trajetória de vida de Hipólito da Costa, e principalmente, investigar o percurso da atuação do mesmo na esfera pública.

A formação ilustrada de Hipólito José da Costa

1. A formação de Hipólito

Neste primeiro momento, daremos destaque aos traços biográficos de Hipólito José da Costa, no intuito de destacar sua formação intelectual e política e relacioná-la com a sua trajetória de homem público. Parte substantiva da contribuição política de Hipólito foi publicada via o periódico *Correio Braziliense*, editado por ele no período de 1808 a 1822. No intuito de compreender seu posicionamento expresso nesse jornal, tentaremos perceber como eles estão intimamente ligados à sua experiência de vida, particularmente sua crítica ao mundo luso-brasileiro.

Considerando-se que o processo de independência do Brasil tem suas origens diretamente conectadas com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, Hipólito José da Costa foi um de seus grandes pensadores. Baseados nesse fato, veremos como Hipólito, então ilustrado com grande experiência internacional, redigiu, editou e publicou um jornal que sacudiu o mundo luso-brasileiro. Seu conhecimento erudito está intimamente relacionado com a vasta formação intelectual e política de Hipólito. Neste capítulo, nos deteremos em alguns momentos essenciais dessa formação, para que, a partir desse ponto, possamos demonstrar, nos capítulos seguintes, a hipótese central deste trabalho, ou seja, a existência de um vocabulário político maçônico no *Correio Braziliense*.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na Colônia de Sacramento, ao extremo sul do Brasil, no dia 25 de março de 1774. Seu pai, Félix da Costa Furtado de Mendonça servia como militar nas tropas reais. Era alferes do exército e atuava em campanha contra o avanço espanhol que ocupava a Colônia do Sacramento e parte do Rio Grande do Sul[88]. Ao sul da continental geografia da América Portuguesa, ocorriam com frequência disputas territoriais entre colonos espanhóis e portugueses. Félix de Mendonça, por sua vez, era natural da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema, no Rio de Janeiro.

Em 1777, com a vitória dos espanhóis, Félix de Mendonça e sua família mudaram-se para o Rio Grande do Sul, tendo Hipólito pouco mais de dois anos de idade. Até o ano de 1782 ficaram em Porto Alegre, depois se estabeleceram na região de

---

[88] RIZZINI, 1957, p. 3.

Serro de Santana, local que hoje corresponde a Pelotas. Lá adquiriram grandes propriedades, o que lhes trouxe o conforto financeiro e a ascensão social. Em 1797, o prestígio conferiu à família o brasão de nobreza [89].

Os estudos de Hipólito provavelmente começaram no sítio no qual seu tio, Padre Mesquita, fora seu instrutor[90]. Pelos títulos que possuía Padre Mesquita, era possivelmente um homem ilustrado. É provável que tenha sido no Rio Grande do Sul, provavelmente em Porto Alegre, que Hipólito se preparou para o ingresso na Universidade de Coimbra, o que aconteceu no ano de 1792.

Chama atenção a intimidade e desenvoltura de Hipólito com as línguas estrangeiras. Das línguas mortas, o latim e o grego se destacam; das vivas ele apresentou grande conhecimento do português, do qual escreveu estudos gramaticais, e do inglês, língua com a qual viveria a maior parte de sua maturidade. Difícil mensurar com qual língua ele se relacionou mais. Hipólito mostrou sua proficiência no uso da língua portuguesa quando foi o principal redator no mundo luso-brasileiro do começo do século XIX. Já em seu manejo da língua inglesa, ficou conhecido como tradutor, e, também, por ter desenvolvido gramáticas do inglês para o português, além de dar aulas de língua portuguesa para ingleses[91]. Mecenas Dourado, um de seus biógrafos, considera a possibilidade dele ter tido conhecimento razoável das línguas francesa, espanhola e alemã [92].

Para além da enorme obra do *Correio Braziliense*, Hipólito também publicou outros livros, sendo suas publicações independentes: *Narrativa da Perseguição*, publicado em 1811; *Gramatica Ingleza*, publicada em 1811, com edição mais conhecida de 1825; *História de Portugal*, composto por uma Sociedade de Literatos, no qual redigiu o capítulo referente ao reinado de D. Maria I, na edição de 1809; *Sketh for the History of the Dionysian Artificers*, monografia de 47 páginas publicada em 1820[93]. José Agostinho de Macedo atribuiu a autoria das *Cartas a FrancoMaçonaria* a Hipólito, apesar desse a ter negado[94]. Já em sua passagem pela Casa Tipográfica do Arco do Cego, quando tinha um trabalho vinculado às publicações oficiais e régias, Hipólito publicou: *Descrição da árvore açucareira* em 1799, ainda na Filadélfia; *Descrição de*

---

[89] DOURADO, 1957, pp. 25-27.
[90] Ibidem, p.31.
[91] Ibidem, p. 112.
[92] Sobre o conhecimento sobre a língua francesa, ver páginas 140-1 em Hipólito José da COSTA. **Diário da Minha Viajem para Filadélfia**. Relato de um momento em que cuidou da esposa de um amigo. Ela era francesa e, segundo Hipólito, ela não dizia uma palavra de inglês.
[93] RIZZINI, 1957, p. 16.
[94] DOURADO, *op. cit*, p. 124.

uma máquina para tocar bomba a bordo dos navios em 1800; *História do Banco da Inglaterra*, em 1801. Nesse mesmo ano, ainda vinculado à casa editorial do Arco do Cego, publicou a tradução dos *Ensaios Políticos Econômicos e filosóficos*, de Benjamin Rumford[95].

Sobre sua formação, Hipólito José da Costa deixou um relato interessante quando transcreveu o que teria respondido ao interrogatório, feito pelos inquisidores, no momento em que ele se encontrava preso. Informou aos seus algozes que não tinha certeza de quando começou a estudar, apontando os nove anos como a idade provável em que começou a estudar latim.

> P.: Sabe ou suspeita razão por que de tão tenra idade o fizeram entrar para o estudo da gramática latina?
> R.: Não.
> P.: O compêndio da gramática latina era o antigo dos jesuítas ou algum dos modernos:
> R.: O Novo Método do Padre Antônio Pereira.
> P.: Que línguas mortas estudou além da latina?
> R.: Grega.
> (...)
> P.: Que graus acadêmicos tem?
> R.: Bacharel formado em Leis e bacharel em Filosofia, pela Universidade de Coimbra.
> P.: Que mais estudos tem feito além destes, por que obteve os graus acadêmicos?
> R.: Matemática, geografia, História, em geral, Belas Letras [96].

É interessante observar como a Inquisição trabalhou numa tentativa de sondar a formação de Hipólito, no interesse de procurar as falhas na doutrina religiosa. É o que vemos outra em outra passagem de:

> P.: Os seus professores, quando lhe ensinavam a traduzir os clássicos gentios, faziam-lhe observar os erros abomináveis que, muitas vezes, se propagam por esses livros, onde há sempre mais ou menos vestígios das falsas superstições dos antigos?
> R.: Sim.
> P.: Que línguas vivas estudou?
> R.: Todas aquelas que na Europa são mais necessárias, já pelas relações que as suas respectivas nações têm conosco, já pelas obras científicas que nessas línguas se acham escritas.
> P.: Que motivos teve para estudar essas línguas?
> R.: O desejo de me pôr em estado de poder aprender as ciências, o que não poderia bem fazer sem entender os livros que nessas línguas estão escritos.
> P.: Quando começou a aprender as línguas vivas, sabia o perigo que havia na leitura dos livros ímpios que nessas línguas se acham escritos, principalmente no francês, inglês e alemão?[97]

[95] DOURADO, 1957, p. 80.
[96] COSTA, 1974, p. 60.

> R.: Como o Tribunal do S. Ofício tem o cuidado de proibir os livros maus e deixar correr somente os bons, não devia eu presumir que me pudesse chegar à mão algum livro ímpio; portanto, nessa parte tinha a minha consciência sossegada, porque não poderia supor, sem ofensa do crédito daquele Tribunal, tão vigilante nos seus deveres, que consentiria chegar-me à mão livros dessa natureza.

Transparece, nesta passagem, o cuidado dos inquisidores no que toca às ideias estrangeiras, em especial a literatura francesa, inglesa e alemã, justamente onde se desenvolviam os traços mais críticos e radicais da filosofia das Luzes. Observamos também, neste fragmento, como os estudos clássicos eram temidos devido às alegorias ao universo mitológico dos antigos, o que era tratado como superstição, mas também, um desvio religioso, isto é, um traço de heresia.

Em Coimbra, Hipólito estudou leis, filosofia e matemática. No ano de 1796, formou-se bacharel em Filosofia e, em 1797 tornou-se bacharel em Direito. Conhecia também botânica, medicina[98] e música. Aos 24 anos de idade, Hipólito José da Costa recebeu de D. Rodrigo de Souza Coutinho, então seu protetor e Ministro da Marinha e do Ultramar, o trabalho de viajar à República dos Estados Unidos da América, um jovem e independente país, a fim de estudar a botânica para a aplicação agrícola de culturas financeiramente rentáveis no Brasil[99]. Hipólito chegou à Filadélfia em 13 de dezembro de 1798,[100] e permaneceu por quase dois anos no país americano, regressando para Lisboa entre setembro e outubro de 1800 [101].

Dos gêneros agrícolas que Hipólito pesquisou, destacam-se o cânhamo, o algodão, o tabaco, a cana, o índigo e principalmente a cochonilha. Sua investigação obteve relativo sucesso, mesmo que dos vários produtos selecionados e recolhidos, quase nenhum tenha chegado a Portugal, devido à falta de logística e de transporte para o reino luso.

Dessas artes e ciências, ele deixou o registro em seu *Diário de minha viajem à Filadélfia*. Da música, ele apreciava o piano, e até chegou a alugar um em sua passagem pelos Estados Unidos da América [102]. Também foi nos Estados Unidos que se

---

[97] COSTA, 1974, p. 61.
[98] Idem, 2004, p. 65.
[99] Para maiores informações sobre a viagem de Hipólito a Filadélfia ver a dissertação de Thais Helena dos Santos Buvalovas in: "O diário de Minha Viagem a Filadélfia: Impressões de um Ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)".
[100] COSTA, *Op. Cit.*, p. 50.
[101] RIZZINI, 1957, pp. 4 e 5.
[102] Ibidem, p.123

dedicou às aulas de botânica e medicina, além de ter aplicado seus conhecimentos médicos, em um momento quando cuidou de uma jovem que estava doente [103].

A aplicação de seus conhecimentos de botânica foi maior, pois, como naturalista em atividade, buscou conhecer as inúmeras espécies comerciais que poderiam ser adaptadas no Brasil. Hipólito teve uma formação ampla e foi um exemplo do letrado luso-brasileiro dos finais do século XVIII.

2. Ilustração e Maçonaria em Portugal

Para compreender o contexto que Hipólito José da Costa viveu no mundo luso-brasileiro, temos que resgatar um processo longo, no qual destacaremos a *cultura letrada em Portugal* e seu desenvolvimento, que, para o recorte deste texto, culmina com a publicação do *Correio Braziliense*. Assim, apresentaremos uma visão panorâmica do desenvolvimento da cultura letrada moderna nas terras lusitanas, tendo o foco na relação de estímulo entre a política pública e as letras. Cabe destacar o momento de transição e de profundas modificações por Portugal passou, dos finais do século XVIII a começo do século XIX. O segundo filtro que iremos estabelecer para analisar esse longo processo de modernização do reino português será a chegada e o desenvolvimento da Maçonaria no reino lusitano. A escolha do foco de investigação sobre a cultura letrada e a Maçonaria está relacionada com os dois principais marcos da vida de Hipólito, sendo ele um homem público, súdito de um monarca absoluto, que tinha profundas relações com a imprensa e com a Maçonaria.

Com a ascensão de D. José I em 1750, Portugal iniciou um projeto de modernização que tinha como objetivo o desenvolvimento de uma política econômica fortalecida e, associado a isso, o reforço da autoridade régia. A sucessora de D. José I, D. Maria I, continuou com essa política, consagrada na historiografia com o nome de “Reformismo Ilustrado”, na qual os homens públicos a serviço do Estado tiveram papel de destaque. Essas reformas ilustradas patrocinadas pela Coroa visavam também a uma atualização no campo científico-cultural, pois tornava-se cada vez mais corrente a ideia de um atraso lusitano. Para tanto, tinham o desafio de harmonizar as tendências contraditórias entre as tarefas de conservar e reforçar o poder do Estado absoluto e as

[103] COSTA, 2004, p. 124.

exigências crescentes de modernização política em sentido liberal [104]. A apropriação das Luzes pela Coroa e pelos letrados de Portugal impulsionou a sociedade portuguesa a um processo de dessacralização, que já acontecia anteriormente, mesmo com a resistência interna de alguns elementos e setores tradicionais da sociedade. A dessacralização permitiu um novo tipo de relação com as autoridades, e esse processo produziu em alguns indivíduos uma "mentalidade subterrânea, iconoclasta e anti-religiosa" [105]. Nesse sentido, Luiz Carlos Villalta escreve: "*essa nova relação era desrespeitosa e alternadamente seduzida e decepcionada pela novidade e, sobretudo, pouco inclinada à crença e à adesão"*; marcava-se por uma atitude crítica, descolada das dependências que fundavam as representações antigas, compreendendo a organização de uma percepção crítica e de combate ao Antigo Regime e, sobretudo, a comportamentos imediatos e não propriamente conscientes, mas de sentido igualmente contestatório.

O processo de desenvolvimento da cultura letrada evidenciado com o ministério de Pombal tem como precursora a atuação dos "estrangeirados". Ana Rosa Cloclet afirma que, já na segunda década do século XVIII, indivíduos de destaque se reuniam diversas vezes, e de forma clandestina, para discutir a filosofia do século, o que já acenava para uma renovação cultural do reino[106]. O afastamento desses sujeitos de Portugal foi um dos fatores que propiciou o intenso contato com as Luzes do estrangeiro. Esses primeiros ilustrados eram vistos como "estrangeirados", um termo pejorativo para a época,[107] e por muitos eram considerados uma ameaça à ordem política e religiosa do reino. Formavam um grupo pequeno, com grande influência na política, pois desempenharam um papel de grande importância nas relações internacionais de Portugal. Esses homens, ao se distanciaram de sua pátria, tiveram uma percepção diferenciada e, em consenso, foram enfáticos ao denunciar o que consideravam o atraso cultural do reino lusitano. Sobre eles recaía a responsabilidade de difundirem a cultura e as técnicas do tempo, utilizadas nas nações europeias "cultas". A causa do atraso de Portugal foi atribuída geralmente a dois fatores: ao protagonismo do comércio e das manufaturas inglesas, que sufocavam as iniciativas locais, e à hegemonia do pensamento da Segunda Escolástica. A Segunda Escolástica foi uma tradição de pensamento seiscentista que buscou responder as questões da razão e da fé. Amparados no pensamento filosófico de Aristóteles, os pensadores da Segunda Escolástica

---

[104] CHARTIER, apud VILLALTA, 2009, p. 6.
[105] Ibidem.
[106] SILVA, 2006, pp.36-37.
[107] FALCON, 1982, p. 227.

resgataram a leitura de Tomás de Aquino. Um dos principais nomes da Segunda Escolástica foi Francisco Suárez, um jesuíta que contribuiu para o pensamento filosófico e jurídico. Ele discutiu o conceito de Soberania e, em sua interpretação, Suárez via que a origem do poder político era divina, porém, Deus transmitiu o poder político para toda a comunidade que, por sua vez, transmitiu, novamente, o poder político para o Rei. Essa interpretação de Suárez colaborou para a formação do pensamento político de filósofos da geração seguinte, com Thomas Hobbes e depois com John Locke.

Esses homens que estavam em harmonia com o espírito filosófico da época assumiram a responsabilidade quase missionária de difundir a cultura e as técnicas mais avançadas utilizadas e desenvolvidas pelas demais nações europeias. O reino lusitano estava em situação de fragilidade econômica e militar, o que o tornou impossibilitado de manter um exército ou marinha suficientemente capaz de assegurar sua autonomia em caso de guerra. Cabe lembrar as inúmeras tensões internacionais que aconteciam no momento, pois as grandes potências disputavam a hegemonia na Europa e no mundo. Coube aos diplomatas ilustrados negociar a firme posição de neutralidade da Coroa Portuguesa, a fim de proteger o reino de inimigos potencialmente maiores [108].

Para reverter essa percepção de inferioridade, a política portuguesa ilustrada desenvolveu um processo de modernização no aparato administrativo e institucional, no intuito de ser capaz de suprir as grandes demandas do império ultra marinho português. A aposta para a eficiência do Estado foi lançada na formação de um novo tipo de homem público ilustrado, minimamente qualificado nas Ciências e Letras, para contribuir com as reformas do Estado. Nessa formação, o contato direto, intenso, mas controlado e filtrado com as Luzes, foi fundamental.

A presença da Maçonaria em Portugal teria começado, segundo a tradição literária maçônica, em 1727.[109] A precocidade da chegada do movimento maçônico, que teve início em Londres em 1717, deve ser compreendida no contexto de aproximação entre Inglaterra e Portugal, e o peso que a nação inglesa exercia no reino lusitano. O tratado comercial de Methuen, de 1703, e os tratados de aliança política e militar estabelecidos na guerra de Sucessão de Espanha – que ocorreu entre 1703 e 1713 – fortaleceram o elo entre as duas nações. A colônia inglesa em Lisboa era numerosa, e

[108] NOVAIS, 1986, pp. 17-56.
[109] MARQUES, 1982, p. 22.

também a maior colônia estrangeira no reino lusitano.[110] Os acontecimentos das Ilhas Britânicas chegavam rapidamente a Portugal, quer pela relativa proximidade com o país, quer pelos grandes interesses em comum entre seus negociantes e homens de Estado. Em Portugal, a aceitação da cultura britânica era grande, estando atrás apenas da influência francesa e italiana. Com o estabelecimento da Grande Loja de Londres, em 1717, a Maçonaria ganhou peso notável na sociedade inglesa. Grandes comerciantes, militares, lordes e elementos da corte rapidamente aderiram à ordem. O fenômeno maçom não ficou restrito à Inglaterra. Logo chegou a todas as nações que possuíam vínculos comerciais ou políticos com os ingleses. Em 1738, a Grande Loja de Londres havia registrado mais de 270 oficinas de maçons ao redor do mundo, sendo 149 delas na própria Inglaterra. Havia lojas em praticamente todos os Estados da Europa, independentemente se o credo predominante fosse católico ou protestante[111]. A primeira loja de Portugal estava em harmonia com esse fenômeno inglês. Era composta em sua maioria por ingleses, e ficou conhecida como a Loja Inglesa em Lisboa[112].

Apesar de não ter grande projeção num primeiro momento, a loja inglesa de Lisboa sobreviveu e, na década de 1730, teve seu registro efetuado na Grande Loja londrina, com o número 135.[113] Por ter sido formada quase que exclusivamente por protestantes, essa loja também foi chamada de *Loja dos Hereges Mercantes.* Entre 1733 e 1735, outra oficina maçônica foi estabelecida em Lisboa, a Loja Irlandesa, esta de composição religiosa majoritariamente católica. Até o momento da reação católica, as lojas em Portugal estavam em relativa paz.

O papa Clemente XII publicou a bula *In Eminenti Apostulatus Specula*, de 28 de abril de 1738, sendo esta a primeira formulação que condenava a Maçonaria entre os católicos. A Inquisição portuguesa interveio, e, até 1741, apenas a loja inglesa permaneceu em funcionamento, e com grande discrição. Em 1741, foi fundada uma loja francesa, que funcionou até 1743, quando foi denunciada, e a Inquisição interveio condenando-a pelo o crime de heresia[114]. Apenas com o ministério de Pombal as lojas voltaram a funcionar com regularidade em Portugal.

Sebastião José de Carvalho e Melo foi, sem dúvida, um personagem ímpar na história portuguesa. Ao mesmo tempo em que renovou a cultura letrada no intuito de

[110] MARQUES, 1982, p. 21.
[111] Ibidem, p. 27.
[112] Ibidem, p. 23.
[113] Ibidem, p. 25.
[114] Ibidem, p. 34.

modernizar a sociedade, também estabeleceu traços do absolutismo em Portugal. Segundo a literatura maçônica e as denúncias inquisitoriais, o Marques de Pombal teria sido maçom[115]. Em sua política deixou clara a tolerância à Ordem maçônica, a qual prosperou com sua decisão de não persegui-la. Em 1751, o papa Benedito XIV reeditou a bula de seu antecessor que condenava a Maçonaria. Sua nova bula era a *Providas Romanorum*, e, mesmo com ela, Pombal, ao subjugar a Igreja Católica ao poder régio, não aderiu ao desígnio do Papa. Nesse momento já não era autorizada a perseguição dos maçons em terras portuguesas.

Com a entrada de Pombal no ministério, ele assumiu a difícil missão de reverter o diagnóstico que apontava para o atraso de Portugal nos campos político, científico/literário, militar e econômico. No intuito de mudar a sensação de atraso que atingiu o reino português, D. José I, em seu reinado, elegeu Pombal como seu "primeiro-ministro" a fim de cessar a fragilidade de Portugal diante das grandes nações. O estrangeirado Sebastião José de Carvalho inaugurou uma série de reformas que visaram a dinamizar o reino lusitano. [116] Pela excelência de seu trabalho, Carvalho e Mello foi intitulado Conde de Oeiras em 1759 e Marquês de Pombal em 1769.[117] As reformas e a ilustração decorrentes do planejamento do Marquês de Pombal procuravam romper com a hegemonia da Segunda Escolástica junto ao governo e às estruturas administrativas do Estado. A ruptura com a forma de pensamento da Segunda Escolástica inaugurou um novo paradigma para a monarquia portuguesa, conduzindo o antigo reino para um regime de caráter absolutista e para uma centralização inédita no reino lusitano. Segundo Antônio Manuel Hespanha, com Pombal ocorreu a preeminência da Coroa frente aos antigos poderes que rivalizavam na esfera do reino.[118]

Kenneth Maxwell afirma que Portugal, na década de 1750, foi a corporificação do Iluminismo, e que as reformas que transformaram Portugal em um regime absolutista seguiram a inspiração pombalina de um absolutismo lógico e planejado. Seu autoritarismo era essencial para o processo de restabelecimento do controle nacional

[115] MARQUES, 1982, p. 38.
[116] Pombal serviu representando a Corte portuguesa em Londres, no período de 1739-1743, e em Viena, no período entre 1745-1750. Ver Kenneth MAXWEL, 1996, pp. 4, 9.
[117] Utilizaremos a tradição historiográfica de referir a Sebastião José de Carvalho como Marques de Pombal. Observando, porém, os momentos diversos de seus títulos.
[118] HESPANHA, 1994, p. 527. Segundo este autor, a monarquia consolidou-se como poder preeminente, ao submeter os pólos políticos concorrentes, os Senhores. Ao mesmo tempo ocorreu a extensa conservação da autonomia de poderes políticos locais, principalmente no interior do reino.

sobre a economia e para a revitalização do Estado, afastando assim a influência da nobreza e do clero sobre o governo [119].

Das várias reformas pombalinas, interessa para este trabalho a reformulação pedagógica, a qual introduziu uma formação mais secular e atualizada dos homens públicos envolvidos na administração do reino. Os principais alvos de recrutamento foram tanto a nobreza, cujos integrantes estavam em processo de se tornarem administradores e militares competentes, quanto os filhos dos homens de negócios, que estavam em processo de enobrecimento[120].

A reforma pedagógica foi o principal veículo para a realização das reformas do reino. Para estimular a economia e capacitar os comerciantes, Pombal instituiu em 1759 as Aulas de Comércio, o que favoreceu a formação técnica. As aulas de comércio priorizaram, como aluno, os filhos dos negociantes e dos nobres comerciantes, o que influiu na transformação social, amolecendo a intransigência do antigo estamento feudal que dissociava os nobres dos burgueses. Em 1766, foi aberto o Colégio dos Nobres, a fim de compor uma nobreza ilustrada que prestasse serviços à monarquia [121]. Com a preocupação de consolidar a classe mercantil do reino, Pombal, em 1773, aboliu a distinção entre os cristãos novos e velhos. A implementação de novos valores e a difusão de novas ideias tornaram urgente uma ampla reforma do ensino público, que abarcou desde a formação fundamental até a Universidade [122].

As reformas pedagógicas atingiram fortemente a tradição católica de ensino protagonizada pelos jesuítas e que, entre 1540 a 1750, tiveram peso principal na sociedade lusitana. O ataque de Pombal aos jesuítas foi vital para suas reformas, pois ao mesmo tempo em que subordinou a Igreja ao poder real, Pombal assumia para o Estado a função do ensino. A solução elaborada foi a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses. Inevitavelmente, em 1760, começou uma série de lutas contra o papado, que levou ao rompimento de Portugal com o Vaticano por nove anos, tempo no qual Pombal tentou secularizar a sociedade e o Estado português. Nesse momento, o tribunal da Inquisição foi submetido ao rei, transformando-se numa poderosa ferramenta de poder do Estado, e a principal reforma pedagógica começou a tomar corpo na Universidade de Coimbra. A laicização do ensino atuou como um frágil elo entre, de um

---

[119] MAXWELL, 1996, p. 19.
[120] SILVA, 2006, p.66.
[121] MAXWELL,*Op. Cit.*, p. 114.
[122] SILVA, *Op. Cit.*, p. 68.

lado, a ilustração da sociedade, e de outro, a tradição católica, forjando uma tensão entre os saberes científicos e a política religiosa de Portugal.

Uma consequência das reformas pedagógicas foi a revisão que atualizou os conteúdos ensinados. Nesse sentido, a instituição que sofreu maior impacto foi a Universidade de Coimbra, que sobre a direção dos jesuítas possuía no modelo da Segunda Escolástica a sua matriz. Em 1772, Coimbra recebeu seu novo estatuto, no qual se implantava, de forma ampla, uma agenda ilustrada. O brasileiro Francisco de Lemos foi o reitor que implantou a reforma.[123] O objetivo central das reformas pedagógicas foi formar homens letrados com capacidade de assessorar a monarquia.

3. Jogos de força internacional no século XVIII

A União Ibérica marcou o fim da grande expansão de Portugal e da conquista de novos domínios coloniais. Com a Restauração de 1640, novas dificuldades políticas aconteceram, pois o reino lusitano encontrava-se fraco num momento que seus vizinhos estavam melhor estruturados, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico e militar. De toda forma, países como Espanha, França e Inglaterra passaram a ameaçar diretamente Portugal, num momento em que os grandes países europeus buscavam conquistar novos domínios. Para manter seus territórios, tanto do reino, quanto das colônias ultramarinas, a Coroa portuguesa habilmente lançou seus diplomatas em uma série de negociações internacionais, que visavam a garantir as possessões lusitanas. Assim começou uma série de "concessões comerciais a fim de manter a integridade territorial das colônias ultramarinas, sobretudo dos domínios da América" [124].

As vantagens oriundas da colônia transformaram-se em valorosas moedas para as negociações, com as quais Portugal se empenhou para manter a política de neutralidade. Com isso, desenvolveu uma tendência de não envolvimento em confrontos das potências europeias que vieram a ocorrer entre os séculos XVII e XVIII. Para isso, a Coroa portuguesa utilizou com frequência a exploração dos conflitos europeus, com uma habilidosa negociação diplomática, o que assegurou a independência lusitana e também os domínios coloniais.

[123] MAXWELL, 1996, p. 162.
[124] NOVAIS, 1986, p. 19.

Nessa lógica entrou a relação de aliança política e comercial com a Inglaterra. A aproximação entre Portugal e Inglaterra era antiga. Os tratados assinados entre as duas nações previam o estreitamento comercial, através de uma série de favorecimentos alfandegários entre os reinos. Também a aliança política buscava efetivar um tratado de defesa mútua, principalmente após a Restauração portuguesa, quando a Inglaterra já despontava como potência. Nesse sentido, "percebe-se a permuta de enormes vantagens comerciais aos ingleses, por proteção política" [125].

Dos inimigos de Portugal ao longo do século XVIII, a Espanha ganhou notoriedade devido aos inúmeros choques ocorridos, que se transpuseram em ataques contra os domínios portugueses, seja em sua porção europeia, seja também em suas colônias, sobretudo na porção sul do continente americano. Com a perda da maioria dos domínios portugueses no oriente, decorrente dos conflitos inerentes à União Ibérica, após a Restauração, Portugal voltou-se, sobretudo, para o Atlântico. Os conflitos de grande escala que ocorreram no século XVIII entre as grandes potências antagonizaram a Inglaterra e a França. Os ingleses logo obtiveram a preponderância em mar, e os franceses, no continente. Essa série de conflitos permitiu a sobrevivência de aliados menores, tal como Portugal.

A Guerra de Sucessão Espanhola, no começo do século XVIII, e as Guerras Revolucionárias, do final do século XVIII e começo do XIX, permitem-nos pensar em um paralelo para identificar os quadros de alianças internacionais que foram traçados. De um lado, França e sua aliada Espanha, de outro, Inglaterra, com a qual Portugal aliou-se [126].

A manutenção dos domínios ultramarinos deve ser entendida num contexto no qual fica explícita a concorrência colonial. A percepção do grande peso do mercado colonial já há muito era evidente, e era justamente esse mercado que fazia pender o fio do frágil equilíbrio das potências europeias. Era também a expressiva riqueza dos mercados coloniais que despertava a ambição das potências e elevava as tensões internacionais.

Dos conflitos internacionais que antagonizaram França e Inglaterra ao longo do século XVIII, a Guerra dos Sete Anos foi o de maior gravidade, e suas consequências levaram o mundo atlântico a grandes transformações. Os constantes atritos gerados pela competição do comércio colonial e pelas tensões territoriais entraram em um ponto de

---

[125] NOVAIS, 1986, p. 23.
[126] Ibidem, p.29.

inflexão, desencadeando uma guerra jamais vista entre essas potências. Foi uma guerra imperial longa, e financeiramente onerosa, que redefiniu o mapa político da Europa e das possessões coloniais, principalmente na América. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) teve como resultado um novo arranjo do poder colonial. A aliança franco-espanhola foi derrotada, e isso fez com que eles perdessem muitos territórios coloniais. Tal derrota fez com que a Espanha perdesse suas possessões na Flórida e a França sua colônia do Canadá. Para a vitória militar dos ingleses, foram vitais os navios norte-americanos[127].

A intensa competição entre as grandes potências durante a segunda metade do século XVIII, em especial a Inglaterra e a França, passou a se desdobrar em guerra no além-mar, e visava a assegurar novos territórios e mercados. A Espanha e a França, ligadas por alianças dinásticas à família Bourbon, se opuseram à Inglaterra, que expressava um potencial crescente, tanto produtivo quanto militar. Nesse contexto, Portugal se aproximava cada vez mais da Inglaterra, provocando a rivalidade com a vizinha Espanha.

Com o fim da Guerra dos Sete Anos, a competição que envolvia as potências não terminou, e uma nova guerra veio dar um tom diferencial à disputa imperial. As nações que haviam perdido viram na guerra colonial da América do Norte uma oportunidade de revanche e de enfraquecimento do Reino Unido. A França respondeu com prontidão aos rebeldes norte-americanos, seguida pela Espanha, e ambas declararam guerra ao Reino Unido. A historiografia registra a intervenção da armada francesa como decisiva para vitória da Revolução Americana[128]. Por outro lado, os anos de guerra para a França tiveram alto custo, o que pesou para a falência do tesouro francês, incidindo na perda da autoridade da monarquia e para o fomento do antagonismo interno na França, que levou a um desdobramento maior com a Revolução Francesa[129].

Em meio a esses conflitos de grande escala, Portugal, com sua fragilidade militar, usou da diplomacia para negociar a neutralidade a fim de proteger o reino da guerra. O esgotamento da política de neutralidade lusitana se deu com a inflexão entre manter a aliança com os ingleses e atender as demandas da Espanha e da França, que visavam restringir o comércio britânico. Essa tensão levou à invasão de Portugal por tropas Espanholas em 1762 e a um constante atrito nas fronteiras sul da América Portuguesa.

---

[127] MCFARLANE, In: MALERBA, 2006, p. 387.
[128] Ibidem, p.393.
[129] Ibidem, p. 394.

Em um momento posterior, com os desdobramentos da Revolução Francesa com Napoleão, novamente Portugal viu-se encurralado entre as exigências francesas para fechar os portos, ou a guerra, o que levou a monarquia portuguesa a perder o controle de seu território natal com as invasões napoleônicas.

Tanto a Independência das Treze Colônias, quanto a Revolução Francesa foram sentidas diretamente no mundo lusitano. Em relação à primeira, criou-se um temor de que a América Portuguesa se rebelasse e seguisse a orientação das Treze Colônias. Já a Revolução Francesa e seus desdobramentos com Napoleão causaram a transferência da Corte para o Brasil[130].

No imaginário dos setores cultos da sociedade da época, havia se tornado possível não apenas a emancipação política, mas também a quebra total do Antigo Regime, tendo como modelo a bem sucedida independência dos Estados Unidos da América e também a Revolução Francesa, como a qual toda uma sociedade altamente hierarquizada entrou em crise profunda. As duas revoluções afetaram diretamente as maiores potências de então, o que dava vigor ao imaginário ilustrado. A pronta repressão à Inconfidência Mineira demonstra o temor que tinha a Coroa lusitana de uma revolução na América Portuguesa. O processo da ilustração na América Portuguesa entraria em choque com os interesses coloniais[131]. Isto evidenciou uma nova disputa, na qual estava, de um lado, a manutenção entre os novos direitos pela ex-colônia, e, de outro, o retrocesso à antiga submissão a uma metrópole do outro lado do Atlântico.

Para a Maçonaria em Portugal, a Guerra dos Sete Anos criou as condições favoráveis para a expansão. Esse processo foi desencadeado com a chegada do Conde de Lippe em 1762, quando reestruturou o exército português que estava envolvido na Guerra dos Sete Anos. O Conde de Lippe era um maçom conhecido, e em seus regimentos constavam várias lojas militares. Ele se cercou de oficiais também maçons e trouxe-os consigo para Portugal. Segundo A. H. de Oliveira Marques:

> Foi grande o impacto destes mercenários na Maçonaria portuguesa. Fundaram-se, pelo menos, três lojas, uma em Lisboa, outra em Valença e outra no Funchal e, possivelmente, outras ainda, em Coimbra, Almeida, Elvas, Olivença, Estramoz, etc., onde quer que existissem guarnições militares importantes. E quando não houve oportunidade, ou iniciativa, para a instalação de oficinas, houve “irmãos”, dispersos por todo o Portugal,

[130] VILLALTA, 2000, p. 21.
[131] COSTA, 2004, p. 27.

> difundindo os ideais maçônicos e contribuindo para o seu melhor conhecimento por parte dos Portugueses[132].

Como já visto, a política de neutralidade portuguesa ficou cada vez mais dificultada com o acirramento da disputa internacional. O conflito teve desdobramentos no governo português, quando ocorreu a divisão entre o "partido inglês" e o "partido francês", que tinham, como lideranças respectivamente, D. Rodrigo de Souza Coutinho (futuramente Conde de Linhares), e D. Antônio de Araújo de Azevedo (Conde da Barca) [133].

4. O ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho

Em 1777, com a morte de D. José, Pombal deixou seu cargo de ministro. Com a rainha D. Maria I, muitas tendências do período pombalino continuaram, porém em uma dinâmica muito específica, na qual o Antigo Regime já apontava sua grande crise. Com o fim do ministério pombalino, imediatamente ocorreu uma pronta repressão às lojas maçônicas, especialmente entre os anos de 1777-79.

Durante as tensões culturais do reinado de D. Maria I, ocorreu a disseminação das Academias Literárias, motivadas pelo protagonismo do duque de Lafões, especialmente no ano de 1779. As Academias Literárias foram polos de encontro de letrados com o espírito Ilustrado, que estavam em contradição com o ultramontanismo do clero[134]. Oliveira Marques aponta que, dos propositores da academia, três eram maçons iniciados no estrangeiro: o Duque de Lafões e abade Correia da Serra e Domingos Vandelli [135].

Após as perseguições do final da década de 1770, ocorreu relativa paz nos trabalhos da Maçonaria em Portugal. Uma afirmação não comprovada, mas de grande verossimilhança, é da proteção e filiação do príncipe herdeiro D. José à Maçonaria, e também de ser o Grão-Mestre da mesma em Portugal. Essa afirmação é mantida pelas tradições literárias maçônicas.[136] D. José faleceu em 1788, e, com ele, a proteção régia à Maçonaria. Com o começo da Revolução Francesa em 1789, a Inquisição em Portugal trabalhou com maior esforço para combater os desvios da ortodoxia, tendo como alvo claro os libertinos. Segundo Villalta, nesse momento a Maçonaria e a libertinagem se

---

[132] MARQUES, 1982, p. 41.
[133] VILLALTA, 2009, p. 8.
[134] SILVA, 2006, 110.
[135] MARQUES, *Op. Cit.*, p. 54.
[136] Ibidem, p. 53.

confundiram aos olhos da Inquisição e da polícia portuguesa [137]. Pina Manique, então Intendente Geral da Polícia, atuou fazendo um trabalho de destaque, sendo grande sua repressão e combate à Maçonaria em Portugal [138].

Mesmo com a sistemática repressão aos maçons, ocorreu a expansão das lojas em Portugal durante a década de 1790. Nesse momento, a alta nobreza, os ricos comerciantes e os intelectuais estavam cada vez mais em harmonia com a Maçonaria.[139] No ano de 1799, a repressão retornou com grande força, dirigida por Pina Manique. Sua ação recaiu numa loja recém instalada em Lisboa, na qual concorriam maçons ingleses e portugueses. Pina Manique mandou prender mais de duas dezenas de maçons, tanto ingleses quanto portugueses, alguns até juntamente com as famílias. Pela primeira vez, a Grande Loja Inglesa interveio e escreveu para o príncipe regente D. João solicitando a libertação dos presos, no que foi atendida[140].

D. Maria I foi rainha de Portugal entre 1777 a 1816. Seu reinado foi conhecido devido à revisão do posicionamento do governo relativo à Igreja e à nobreza, no que se distanciava do tratamento duro que Pombal havia oferecido a estes segmentos sociais. O reinado de D. Maria I também é conhecido pela continuação da política ilustrada e pela propagação de homens de saber nos domínios portugueses. A partir de 1792, a rainha começou a demonstrar instabilidade mental, o que veio a afastá-la dos assuntos do governo, passando o governo a seu filho, o Príncipe D. João. Em 1799, com a confirmação por uma junta médica da irreversibilidade da doença, D. João assumiu integralmente como Príncipe Regente. Com a incapacidade da rainha e a regência do príncipe D. João, evidenciou-se o nobre e ilustrado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, um discípulo e afilhado do Marquês de Pombal. D. Rodrigo ocupou os ministérios chaves na regência de D. João. Ele possuía o perfil ilustrado, isto é, possuía a formação no conhecimento técnico voltado para uma atividade pragmática e racional. D. Rodrigo regressou ao reino em 1796 e foi um dos principais articuladores das reformas. Ele deu atenção ao desenvolvimento das instituições ligadas à ciência e buscou compor um novo quadro de poder que envolvesse a nobreza cortesã e o ideário ilustrado pragmático, juntamente com o estímulo aos comerciantes luso-brasileiros. Tal como a tendência dos estadistas da época, D. Rodrigo também estava vinculado à Maçonaria[141].

---

[137] VILLALTA, 2009.
[138] MARQUES, 1982, p. 55.
[139] Ibidem, p. 40.
[140] Ibidem, p. 75.
[141] Ibidem, p.79.

No plano internacional, a rivalidade entre Inglaterra e França ganhou novo vigor com a aliança franco-espanhola, firmada em 1795. Essa conjuntura forçou Portugal a abandonar definitivamente a política de neutralidade, que caracterizou o reino lusitano nos séculos XVII e XVIII. D. Rodrigo, ao analisar essa nova situação, percebeu nos ingleses uma aliança favorável a Portugal, ao mesmo tempo em que notou a redundante fragilidade das defesas do reino. O primeiro projeto que respondia a essa situação foi a possibilidade de uma reforma financeira, no intuito de patrocinar o exército e a marinha. Nesse mesmo sentido, ele procurou diminuir as contas do Estado, sendo as representações no estrangeiro e o clero os principais afetados com os cortes [142].

Na dimensão interna do reino, os domínios coloniais que asseguravam o fomento de expressivas cifras ao tesouro real estavam cada vez mais fragilizados. A crise colonial já havia se anunciado com força. As inconfidências em Vila Rica, Salvador e Rio de Janeiro apontavam o descontentamento das elites e populações locais com as políticas metropolitanas do império português. Atento aos opressivos movimentos internacionais e à fragilidade da principal colônia, D. Rodrigo defendeu o projeto ousado de constituir o Império Luso-Brasileiro, tendo a corte estabelecida no Brasil[143], ideia essa já esboçada anteriormente por ilustrados portugueses, com os estrangeirados.

Por um lado, havia a necessidade da formação dos homens públicos ilustrados na administração lusitana, para que se desenvolvesse um processo de modernização no reino e, por outro, havia a necessidade de controle desses homens e de suas ideias, para que a razão ilustrada não entrasse em conflito com os interesses do Estado absoluto. O advento da ilustração portuguesa, que começa já no início do século XVIII[144], criou, principalmente após as reformas pombalinas, uma inquietude no campo das ideias políticas, morais, religiosas e pedagógicas. Nesse sentido, tem importância fundamental a atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho, quando ocupou a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, de 1796 a 1801[145], e quando foi Presidente do Real Erário e Ministro e secretário de Estado da Fazenda, de 1801 a 1803. Para atuação em seu ministério, D. Rodrigo absorveu a ilustração como principal apoio para a ação administrativa cotidiana. D. Rodrigo procurou cercar-se de informações sobre as capitanias do Brasil. Maria Beatriz Nizza da Silva salienta que: "Assim como Pombal tinha inaugurado o cômputo da população brasileira através de mapas a serem enviados

---

[142] SILVA, 2006, p. 179.
[143] Ibidem.
[144] Ibidem, pp. 36-37.
[145] SILVA, 1999, p. 183.

para Lisboa pelos governadores, também D. Rodrigo ordenou uma série de mapas informativos*"*. Com esses mapas, ele conseguia ter acesso a dados demográficos (nascimento, morte, ocupação), comerciais (importação e exportação, e fluxo portuário), militares (contingentes de Tropa de Linha e de Tropa Auxiliar), dentre outros. Maria Beatriz Nizza destaca ainda que: "a elaboração destes mapas ficaria a cargo dos párocos, dos magistrados, dos oficiais da Alfândega e dos negociantes, e era com base em tais dados quantitativos que se poderia delinear uma política ultramarina". [146] Os princípios fundamentais da administração colonial adotados por D. Rodrigo foram publicados em obra de sua autoria intitulada "Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América", que possivelmente foi escrita entre 1797 e 1798. Para ele, o Brasil requeria uma atenção especial, tanto pelas riquezas proporcionadas na conjuntura dos últimos anos do século XVIII, quanto "pelo que ele pode ser" [147].

Muitas melhorias deveriam acontecer para possibilitar a futura prosperidade do mundo luso-brasileiro. Essas reformas, embasadas no saber e no uso adequado da razão, percebiam que a agricultura seria a fonte de riquezas no Brasil, e que as artes não seriam tão proveitosas quanto o cultivo agrícola. Outro sustentáculo da riqueza deveria ser explorado de forma rígida: o comércio. Para tanto, os ilustrados apontavam a necessidade do desenvolvimento das vias de transporte, tal como o fez Freire de Castilho, que sugeriu o desenvolvimento da navegação fluvial dos rios brasileiros.[148] O uso das matas e das minas também atraiu a atenção de D. Rodrigo. Sua preocupação com as matas e arvoredos recaía em sua conservação. Acerca do conjunto das matas e minas, ele afirmava: *minas e bosques necessitam ser regulados por princípios científicos, em que se acha calculada a utilidade geral, e não abandonados aos interesses dos particulares*[149].

Para o estudo das potencialidades do Brasil, D. Rodrigo designou alguns filósofos[150] que o cercavam, principalmente, formados pela Universidade de Coimbra. Esse é certamente um dos contextos fundamentais para a compreensão da trajetória de Hipólito José da Costa, como detalharemos a seguir.

---

[146] SILVA, 1999, p. 183.
[147] COUTINHO, *Apud*, NOVAIS, 1986, p. 117.
[148] SILVA,*Op. Cit.*, p. 184.
[149] Ibidem, p. 72-75.
[150] Maria Beatriz Nizza da Silva ressalta que o termo filósofo tinha, nessa época, o sentido de naturalista.

5. Um “filósofo” a serviço do reino na Filadélfia

Ao concluir sua formação em Coimbra no ano de 1797, Hipólito José da Costa logo se colocou a serviço do Estado Português sob as ordens diretas do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Coube a Hipólito voltar ao Novo Mundo, aos Estados Unidos da América, para observar gêneros agrícolas com potenciais econômicos e também analisar aspectos da organização social, em especial o sistema penitenciário. Os Estados Unidos da América era um jovem país recém independente, porém com uma economia dinâmica e uma sociedade em formação. Na viagem aos Estados Unidos, Hipólito iniciou sua carreira de autor na esfera pública literária. Deixava transparecer todo o espírito investigativo e ilustrado da época. Seu *Diário de minha viagem para Filadélfia 1798-1799* registra as preocupações do jovem luso-brasileiro e mostra, de forma curiosa, sua ligação com o mundo das ciências naturais, e também sua aproximação com a Maçonaria, organização na qual iria se filiar ainda em sua estadia na Filadélfia.

Hipólito, quando embarcou para a América do Norte, fez uma viagem ligeiramente tormentosa. Enfrentou escassez de comida e criticou, de forma firme, a displicência do capitão por permitir a falta de mantimentos. Em seu trânsito no navio, ele aproximou-se do piloto da embarcação e deixou registrado que o mesmo era maçom, “fato esse que eu mesmo inquiri”.[151] Com ele, Hipólito desenvolveu uma relação de amizade, momento registrado em suas anotações, nas quais destacou suas conversas mantidas na cabine do navio. Sua viagem durou 59 dias, de Lisboa a Filadélfia.

Sua curiosidade no novo país foi ampla. Buscou conhecer a sociedade em todos os seus aspectos: divisão étnica, religiões, culturas, economia, letras, e o sistema político e jurídico. Portou-se ali como um investigador que pesquisava uma nova sociedade. Começou a conhecer outras religiões, das quais participou de alguns ritos e, em seu diário, deixou registrado que visitou os cultos metodistas e judeus. Descreveu também os presbiterianos e os puritanos. Aos últimos, criou alguma resistência, principalmente pelo modo forçado com que os puritanos fizeram com que ele guardasse festas. Mesmo sendo católico, Hipólito manteve-se aberto a conhecer outras religiões, demonstrando sua adesão ao princípio da liberdade religiosa e de culto, o que estava em harmonia com as noções ilustradas de seu tempo.

---

[151] COSTA, 2004, p. 46.

Em sua passagem pelos Estados Unidos, Hipólito foi apresentado, em primeiro de janeiro de 1799, ao presidente John Adams,[152]ao ex-presidente e general George Washington, e também ao futuro presidente Thomas Jefferson. Conheceu ainda senadores e pessoas ligadas diretamente ao Estado. Em sua experiência, Hipólito relatou, em tom curioso, a aproximação dos líderes da nação com a sociedade civil, e a informalidade que se dava entre os governantes e os governados. Ele observou também, de forma anedótica, o uso de roupas velhas e casacos puídos pelo tempo, que os senadores utilizavam sem o menor problema. Seu tom crítico veio de alguém formado em uma sociedade de Corte, na qual as vestimentas e os trajes demonstravam autoridade, riqueza e, principalmente, a distinção da plebe[153], algo que se chocava diretamente com a república democrática na qual estava inserido.

Em seu primeiro ano nos Estados Unidos, Hipólito expressou, a todo o momento, seu espírito filosófico, investigando racionalmente os mais diversos aspectos daquela nova sociedade. Seu objetivo era claro: analisar as estruturas e aprender os benefícios que ela trazia, para transladá-los e adaptá-los à próspera colônia do Brasil. Primeiramente, sua atenção recaiu sobre os gêneros que a terra produzia. Ele observou atentamente à botânica, e, sobretudo, as plantas que possuíam potencial econômico. Procurou por herbários, correndo longos caminhos para ter acesso a eles e para encontrar com pessoas de saber notável sobre os gêneros agrícolas. Dos vários mestres em botânica que Hipólito teve nos Estados Unidos, um contribuiu de forma entusiasmada: Mr. Hamilton, que se encontrou com Hipólito por inúmeras vezes. William Hamilton foi um botânico cujos conhecimentos foram admirados por Hipólito. Ele fazia notas dos ensinamentos em seu diário, relatando vários de seus encontros. Hamilton possuía um celebre horto em Woodlands, onde recebeu o jovem Hipólito por várias vezes. De seus encontros, um jantar teve destaque, por tornar-se uma verdadeira aula. Diz Hipólito sobre seu primeiro encontro com Mr. Hamilton:

> Hoje (24 de fevereiro de 1799), fui jantar na casa de Mr. Hamilton,(...) e que é um sábio muito apaixonado de botânica; tinha na sua casa muitas plantas da China e do Brasil. (...) Ele prometeu-me sementes, etc. (...) Farei um catálogo de todas as plantas que ele tem [154].

---

[152] COSTA, 2004, p. 54.

[153] Nobert Elias, no livro A Sociedade de Corte, na página 86, afirma que o consumo doméstico depende do nível social, do status ou prestígio possuído ou almejado. Alguém que pode e não mostra-se de acordo com seu nível social adequado perde o respeito da sociedade que o cerca. Assim, demonstra os valores hierárquicos da corte estabelecidos numa norma de etiqueta, que constantemente mudava, sempre variando de acordo com a vontade do monarca.

[154] COSTA, *OP. Cit.*, p.66.

Para a formação agrícola, Hipólito foi orientado por Mr. Budinot[155]. Elias Boudinot era diretor da Casa da Moeda, mas possuía um notável conhecimento em cultivo agrícola[156]. Também ele assistiu a aulas de medicina, em lições públicas que Dr. Rush ministrava. Hipólito descreveu as aulas como medicina prática, e sua ênfase foi na doença da Febre Amarela (que atacou constantemente os EUA durante esses momentos em que Hipólito lá estava) e anatomia.[157]Nesse intuito, ele também visitou um hospital, do qual deixou uma descrição em seu diário[158]. De todas as ciências da natureza que Hipólito estudou, o que motivou registro de maior entusiasmo, em seu diário, foram as aulas de Filosofia Natural (estudo muito próximo da química), ouvidas do Dr. (...)[159] de Water-House em Cambridge[160]. Hipólito também estudou com Dr. Mittschill, que foi “lente e Química da Universidade de Nova York”.[161] Com ele, Hipólito estudou sobre Higiene Pública. Hipólito também procurou conhecer novas máquinas e seus respectivos funcionamentos, descrevendo com precisão uma dessas máquinas em seu diário. Descreveu também uma “ponte de madeira de um arco só”, que conheceu no museu do estudioso Charles Wilson Peale, que mantinha um museu particular com o seu nome [162]. Do universo científico norte-americano, Hipólito também registrou o encontro com o alemão Mullemberg, que, segundo ele “o maior botânico dos Estados Unidos, mas tão grosseiro que era intolerável”.[163] Hipólito também se encontrou com Humphrey Marshall, um célebre botânico Quaker, com quem havia se correspondido.[164] De seus encontros científicos, Hipólito destaca o tratado com John Bartram, que também era naturalista, porém, uma pessoa simples que vivia no campo. Foi em sua casa, em companhia de sua família, que Hipólito passou, segundo ele próprio, sua melhor tarde na América[165].

Uma característica ressaltada do país norte-americano foi seu sofisticado sistema de educação, que levou Hipólito a fazer a seguinte observação: “presentemente há sete

---

[155] COSTA, 2004, p. 66.
[156] DOURADO, 1957, p. 63.
[157] COSTA, *Op. Cit.*, p. 65.
[158] Ibidem, p. 67.
[159] Muitos dos nomes dos ilustrados norte-americanos que Hipólito encontrou não estão presentes no Diário. Foram comparadas duas edições do Diário de Hipólito, e em ambas não existiam. Isto nos faz pensar que estão inacessíveis no original, ou que os nomes foram omitidos propositalmente pelo autor.
[160] COSTA, *Op. Cit.*, p. 137.
[161] DOURADO, *Op. Cit.*, p. 64.
[162] Ibidem, p. 65.
[163] COSTA, *Op. Cit.*, p.59.
[164] Ibidem, p. 65.
[165] Ibidem, p. 62.

Universidades, dezesseis colégios, e sessenta academias" [166], número esse que certamente parecia a ele contrastar com a precariedade da América Portuguesa.

O sistema de leis da sociedade norte-americana chamou a atenção de Hipólito. Logo ao desembarcar na Filadélfia, ele buscou conhecer a Suprema Corte e se atualizar com suas leis[167]. Ao investigar a estrutura da sociedade norte-americana, visitou uma prisão, a qual descreveu minuciosamente. De suas anotações, chama atenção o interesse dado ao fim das punições corporais, o que ele salientou que contribuiu para diminuir a criminalidade. Sua atenção recaiu sobre a sociedade de auxílio aos presos, com o nome de *For aleviatin the miseries of the public prison*. Seu tom crítico considerou os aspectos positivos, mas também não poupou os negativos, e dentre eles destacou a má administração da prisão, chamada de *Batteremigs House*[168].

A impressão que Hipólito teve dos Estados Unidos da América foi forte. Sua sociedade era diferente dos parâmetros europeus, principalmente pela simplicidade da vida e pela pobreza geral nas famílias norte-americanas. Um destaque curioso está no relato que ele deixou sobre a simplicidade e a beleza das mulheres[169] que, diferentemente das portuguesas, menos belas, eram mais ornamentadas por joias.

Nova York foi uma experiência singular para a formação política de Hipólito. Lá encontrou uma sociedade moderna, com uma cultura sofisticada e miscigenada, radicalmente diferente do mundo lusitano. As leis de Nova York permitiam uma sociedade dinâmica e nova, deixando Hipólito entusiasmado, principalmente com o processo de leis sobre a abolição da escravatura e pelo fato do *negro fôrro ser habilitado cidadão, podendo votar e ser votado* [170]. Esse entusiasmo deveu-se também ao começo da ascendência econômica dos negros na sociedade. Hipólito registrou, em seu diário, uma assembleia realizada pelos negros, na qual era tanto luxo que aquele que ia mal vestido era destratado[171]. Nesse mesmo sentido, ele demonstrou entusiasmo com as leis de abolição da escravatura no estado de Nova York[172]. Também marcante foi o aspecto da miscigenação cultural que envolvia os índios. Sobre isso, registrou que havia: *dos muitos exemplares de índios casados com mulheres brancas e vice-versa* [173]. Outro ponto de importância para ele foram as leis de *igualdade da partilha da*

---

[166] COSTA, 2004, p. 198.
[167] Ibidem, p. 51.
[168] Ibidem, pp. 80-81.
[169] Ibidem, p.116.
[170] Ibidem, p. 109.
[171] Ibidem, p. 107.
[172] Ibidem, p. 108.
[173] Ibidem, p. 150.

herança[174], que favoreciam todos os herdeiros, considerando a viúva, os filhos e as filhas.

Quando visitou Nova York, deixou relatada sua opinião sobre os prédios públicos da cidade, sobre a semelhança da arquitetura com a encontrada na Filadélfia e fez uma análise das defesas militares. Em especial, criticou o mau posicionamento de duas baterias marítimas situadas atrás da ilha de Manhattan[175].

A política dos Estados Unidos da América foi outro tema importante para Hipólito. Ele descreveu com muito cuidado o sistema de votos do país[176] e fez um relato dos partidos políticos no final do século XVIII, divididos entre democratas e federalistas. O partido democrata foi visto como o representante da parte pobre da população. Sobre isto, ele registrou a seguinte passagem:

> *é a parte ínfima do povo, isto é, sapateiros, carreiros, etc..., eram os democratas, e tudo, qual que eles chamam gentleman era do partido oposto, exceto poucos, que por interesses particulares são os chefes do partido democrata*[177].

Já os federalistas são descritos por Hipólito como os homens *de maior honra*, *os homens com instrução em química, botânica, matemática, medicina e jurisprudência*[178]. Aparentemente, Hipólito se aproximou dos democratas quando participou de um jantar do partido[179], para o qual foi convidado e também por assinar um periódico, o *Aurora*, o qual acompanhava quase que diariamente e que tinha por seu editor Benjamin Franklin-Bache, neto de Benjamin Franklin. O *Aurora* foi o órgão público do partido republicano democrático, causou grande impressão em Hipólito e talvez tenha inspirado a edição do *Correio Braziliense*. De toda forma, a liberdade de imprensa e a novidade que a publicidade carregava vieram conduzir em Hipólito uma ferramenta que futuramente ele veio a dominar: a opinião pública.

De seus contatos com a alta esfera do poder político nos Estados Unidos da América, Hipólito deixou um último registro: em 26 de Dezembro, ele relata o funeral do ex-presidente e general George Washington, o qual ele não compareceu, devido a não possuir as vestimentas apropriadas, nem dinheiro para comprá-las[180].

---

[174] COSTA, 2004, p. 162.
[175] Ibidem, p. 120.
[176] Ibidem, pp. 129-130.
[177] Ibidem, p. 129-130.
[178] Ibidem, p. 126.
[179] Ibidem, p. 141.
[180] Ibidem, p. 155.

6. O contato com a Maçonaria

Ao conhecer a sociedade dos Estados Unidos da América, Hipólito José da Costa deixou prevalecer em seu diário a importância que a Maçonaria teve naquele tempo. Na Filadélfia, próximo de onde desembarcou, ele notou um dos poucos prédios públicos que identificou como uma casa maçônica, por ser *ornamentada com os símbolos da ordem, o esquadro e o compasso*[181]. Sua aproximação com os Pedreiros-livres foi paulatina. A princípio, permaneceu o caráter de curiosidade, mas foi se desenvolvendo um interesse pessoal a partir de sua investigação sobre a questão maçônica, sustentada, claramente, pela importância que a Maçonaria tinha na sociedade e política dos Estados Unidos. Uma anotação demonstrou seu interesse sobre a Maçonaria, quando destaca em seu diário: *na Aurora, de Filadélfia, de hoje, vinha uma publicação das lodges dos franco-maçons que cortei e guardei como curiosidade...*[182]. Outro momento foi quando esteve em Nova York e relatou: *Estive com um francês, Mr. Mourgece, que me perguntou a outro Mr. Olive, aquele sendo um rapaz da França, me emprestou um livro em inglês onde vem transcrito toda a Maçonaria, palavras, sinais, etc, etc*[183].

Nova York, pelos sinais deixados no testemunho escrito, foi o marco diferencial para a aproximação definitiva de Hipólito com a Maçonaria. Ao chegar naquela cidade, reconheceu, entre os poucos prédios públicos dali, uma imponente *Lodge de Pedreiros Livres, com suas armas, ou insígnias em ambas as extremidades do edifício*[184]. Também presenciou o enterro de *Tomás Weaver, capitão de artilharia em S. Paulo, com as honras militares, e da Maçonaria, ou pedreiros-livres* [185].

Em primeiro de agosto do ano de 1799, descreveu uma situação peculiar, que envolveu os maçons de Portugal e Estados Unidos da América. Este testemunho foi de fato marcante para Hipólito pois, em outras duas publicações, no livro *Narrativa da Perseguição* e no jornal *Correio Braziliense*, podemos averiguar a transcrição da mesma passagem citada abaixo, o que demonstra uma comoção de Hipólito com o ocorrido. Segue na íntegra seu testemunho:

> Ontem esteve comigo um português de Madeira, que fugiu de lá por uma perseguição que fizeram aos Pedreiros Livres, e se estabeleceu

[181] COSTA, 2004, p. 60.
[182] Ibidem, p.85.
[183] Ibidem, p.88.
[184] Ibidem, p. 185.
[185] Ibidem, p 175.

> aqui. Quando chegou ao porto de New York, onde não conhecia ninguém, e a precipitação com que fugiu não lhe deu lugar nem a trazer uma carta de recomendação, arvorou uma bandeira branca com estas letras azuis – azilum querimus – pelo que, quase todos os Pedreiros Livres de New York foram a seu bordo, recebendo depois de tratado com aquela hospitalidade que caracteriza esta sociedade [186].

Se o trecho acima destaca um envolvimento emotivo de Hipólito com a mobilização do socorro maçom, nesse segundo momento, sobre o qual há uma passagem que segue abaixo, deixa transparecer a inspiração causada em Hipólito pela mobilização dos maçons na Revolução dos Estados Unidos da América. Sua investigação sobre os maçons recai em uma conversa estabelecida com o *velho cônsul inglês, Mr. M. Donogh.*[187] Inspirado após sua conversa com o cônsul, Hipólito vai só averiguar a Bunker-Hill, o local descrito por Mr. M. Donogh, sobre o qual escreveu:

> (...) onde se deu a primeira batalha na revolução da América, e aí achei uma pirâmide com as armas dos pedreiros-livres em cima, e com uma inscrição que devia ser erigida pela lodge dos pedreiros livres em memória do general Dr. Joseph Warren. (Nota: este homem nunca tinha sido militar, ainda que tenha estudado a tática teoricamente pois que a sua profissão era médica; eu falei com seu irmão que é um médico, Dr. Warren professor em Cambridge), Warren foi morto na batalha, naquele lugar, e que era, naquele tempo, Grande mestre dos maçons, de Massachussets [188].

Possivelmente Hipólito José da Costa foi admitido como membro da Maçonaria na Loja Washington, número 59, na Filadélfia, em 12 de março de 1799[189]. Ele não relatou sua iniciação no diário, tão pouco disse que havia se filiado à Ordem. Em seu livro *Narrativa da perseguição*, Hipólito afirma que sua admissão foi feita no estrangeiro, na Filadélfia, porém não esclarece quando. Dessa forma, vemos Hipólito honrar seu juramento de segredo e não revelar nada que seja da Maçonaria. Se, por um lado, Hipólito manteve sua palavra em nome de sua honra, por outro, vale lembrar que isto era uma estratégia de sobrevivência em Portugal, um país pautado nas tradições católicas e do Antigo Regime, e que tinha o tribunal da Inquisição como elemento

---

[186] COSTA, 2004, p. 163
[187] Ibidem, p.189.
[188] Ibidem.
[189] DOURADO, 1957, p. 77. Aparentemente Mecenas Dourado também foi maçom e conseguiu, através da fraternidade maçônica internacional, localizar, no arquivo da loja, o registro de Hipólito. Ainda assim, temos essa informação de forma especulativa, pois tal documento, segundo o próprio autor, já foi destruído.

regulador da moral e da disciplina pública: logo, ele se valeu do bom senso ao omitir informações.

Hipólito estava compartilhando com o espírito do homem público e ilustrado da época, no qual a Maçonaria tinha grande relevância como espaço de difusão das Luzes. Nesse sentido, a aproximação de Hipólito com a Maçonaria não foi uma exceção, senão uma tendência natural da época, principalmente nas nações com maior tolerância religiosa.

A seguir, adentraremos nossa investigação pela política editorial praticada em Portugal na virada do século XVIII para o XIX, momento no qual sobressai a Casa Tipográfica do Arco do Cego, local onde se reuniram ilustrados e pessoas historicamente célebres, num encontro extraordinário.

7. Política Editorial, Casa do Arco do Cego e Imprensa Régia

Se no Brasil acontecia uma coleta sistemática de informações sobre a terra e sua gente, em Portugal ocorria a divulgação e proliferação do saber técnico-científico relativo às riquezas exploradas, concentradas nas áreas da agricultura, manufaturas e mineração[190]. Nesse sentido, D. Rodrigo contou com a ajuda de um aliado capacitado e entusiasta: *Fr. José Mariano da Conceição Veloso que, depois de realizar várias expedições botânicas em S. Paulo e no Rio de Janeiro*[191] estabeleceu-se em Lisboa. D. Rodrigo dinamizou o mundo editorial português, principalmente com a atuação da Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, órgão régio criado por D. Rodrigo em 10 de agosto de 1799, e dirigido pelo frei e botânico José Mariano da Conceição Veloso, natural do Brasil[192].

A casa editorial do Arco do Cego reunia letrados para o desenvolvimento das publicações com finalidade pedagógica. Esses letrados foram sujeitos a uma política de viés clientelístico e de mecenato. Nesse sentido, Villalta nos chama atenção, a partir de Diogo Ramanda Curto, para o fato de que essa prática era: *uma forma de arregimentar intelectuais que, de outro modo, poderiam ter comportamentos sediciosos* [193]. O Arco do Cego, para além de suas atividades literárias, também desenvolvia uma atividade de controle e vigilância de uma pequena parcela de homens cultos de Portugal. Esses

---

[190] SILVA, 1999, p. 187.
[191] Ibidem, p. 187.
[192] VILLALTA, 2009, p. 28.
[193] CURTO, *Apud* VILLALTA, 2009, P. 38.

homens cultos eram potencialmente perigosos, uma vez que poderiam criticar, à luz da cultura revolucionária, a tradição política de época.

Alguns desses letrados que compunham o quadro da referida casa editorial chamaram a atenção pelo comportamento não convencional e pelo envolvimento com questões que, no mínimo, são polêmicas. Como exemplo, há o padre Manuel Rodrigues da Costa, que participou da Inconfidência Mineira de 1788-9, e ficou encarcerado em Lisboa de 1792 até 1801, *depois vindo a se engajar no processo de emancipação do Brasil, elegendo-se deputado na Constituinte de 1823 e metendo-se na revolta liberal de 1842*[194]. Alguns dos letrados que compunham a oficina do Arco do Cego expressaram a irreligião ou defenderam as sedições em meados de 1799-1801. Dentre esses, destacam-se Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva, irmão de José Bonifácio, que, em 1794, foi denunciado por defender a Revolução Francesa e proferir proposições heréticas sobre a fornicação e o Inferno. Depois, ele veio a exercer cargos de magistratura no Brasil e tomou partido da Revolução Pernambucana de 1817 e da Independência, em 1822[195]. Outro destaque foi o médico pernambucano Manuel Arruda da Câmara, formado pela Universidade de Montpellier. Enquanto estudante de Coimbra, ele foi perseguido por ser favorável à Revolução Francesa. Deixou então Coimbra e migrou para Montepellier. Foi sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa desde 1793. Envolveu-se, em 1802, no Areópago de Itambé, provavelmente uma instituição para-maçônica[196]. Outros dois nomes de destaque que estavam reunidos no Arco do Cego foram os poetas Manoel Maria Barbosa Du Bocage e o padre José Agostinho de Macedo. Em 1797, Bocage, poeta e libertino, respondeu à Inquisição pela acusação de libertinagem[197]; em 1802, novamente respondeu à Inquisição pelo crime de ser maçom[198]. Já o padre José Agostinho Macedo era conhecido por seu apreço pelas mulheres e por gosto por furtar livros[199], acusações essas feitas pelo seu opositor Bocage. Ambos travaram uma guerra de escritos públicos, com várias acusações, na qual se evidenciou a vida íntima e profissional dos dois envolvidos.

Estes foram os colegas que Hipólito José da Costa encontrou quando ele também atuou na Oficina da Casa do Arco do Cego, logo após seu regresso a Lisboa[200], quando

---

[194] VILLALTA, 2009, p. 38
[195] Ibidem, p. 39.
[196] Ibidem, p. 39
[197] COSTA, 2004, p. 41.
[198] Ibidem, p. 42.
[199] Ibidem, p. 41.
[200] Ibidem, p. 38.

chegou de sua viagem à Filadélfia. Possivelmente, Hipólito atuou na casa editorial em seus momentos finais, isto é, de 1800 a 1801. Já em 1801, foi nomeado deputado da Junta da Impressão Régia, da qual foi um dos diretores.

As publicações saídas da Oficina da Casa do Arco do Cego funcionavam principalmente em dois sentidos. Tinham uma finalidade pedagógica, pois visavam a instruir pequenos e médios proprietários nas novas técnicas agrícolas e, também, instruir os artesãos em seus processos de fabricação. Ao mesmo tempo, as publicações da casa editorial funcionavam como ferramenta de propaganda para o Estado, ao se adequarem ao gosto das elites por assuntos relacionados às ciências[201].

Ao estabelecer a Casa Literária do Arco do Cego, D. Rodrigo de Souza Coutinho tinha em vista a política colonial. Nela realçava o papel do Brasil e da Índia, o que faz sentido pensar, pois, nesse contexto, a colônia americana era responsável por uma parcela grande da prosperidade comercial da metrópole.

Em seu quadro de funcionários, também podemos observar certa preferência pelos nascidos no Brasil, cifra que atingiu os 40%[202]. A Casa do Arco do Cego encerrou suas atividades aos 7 de dezembro de 1801, momento em que foi incorporada à Impressão Régia[203].

O frei José Mariano da Conceição Veloso, diretor da Casa do Arco do Cego, era também natural do Brasil. Ele comandou as publicações das edições da casa literária. E fez isso com um passe-livre da censura, pois seu funcionamento escapava dela: ela funcionava sob ordens superiores, advindas da própria coroa.

A censura em Portugal, desde 1794, era uma censura tríplice, feita pelo Desembargo do Paço, pela Inquisição e pelos tribunais eclesiásticos das dioceses, sendo o Desembargo do Paço o maior na hierarquia.

No modelo de censura adotado em Portugal nos finais do século XVIII, há uma notável predominância da monarquia no que se refere à censura. Foi nessa conjuntura que a Oficina da Casa do Arco do Cego recebeu o direito de publicação de seus livros *Com licença de Sua Majestade*, ou *Por Ordem Superior*[204], o que, na prática, se transpunha na autocensura, ou seja, uma censura privativa, sobre cuja concessão não há nenhum registro formal.

---

[201] VILLALTA, 2009, p. 33.
[202] Ibidem, p. 49.
[203] Ibidem, p. 45.
[204] Ibidem, p.14.

8. O Grande Oriente Lusitano

A fim de consolidar a Grande Loja de Portugal, as dirigentes da Maçonaria obtiveram do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, também maçom, a promessa de não mais haver perseguição aos trabalhos maçônicos no reino. Os dirigentes eram Hipólito José da Costa, protegido de D. Rodrigo, e diretor da Junta de Impressão Régia, o sacerdote e bacharel em leis José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, e o prior da freguesia dos Anjos (Lisboa), José Ferrão de Mendonça e Sousa. O ministro D. Rodrigo garantiu a intercessão dele junto ao Príncipe Regente para assegurar os trabalhos maçônicos. O processo de regularização e organização da Grande Loja de Portugal contava também com um aliado de peso internacional, o inglês duque de Sussex, filho do rei inglês Jorge III, que residiu em Portugal entre 1801 e 1805, em uma espécie de autoexílio[205]. O duque de Sussex, chamado Augustus Frederick, foi o sexto dos sete filhos de Jorge III. Ele se tornou amigo íntimo de Hipólito da Costa e, devido às suas relações consanguíneas – filho de Jorge III, irmão de Jorge IV e de Guilherme IV – , desempenhou um papel de grande importância na vida de Hipólito, ao protegê-lo das várias tentativas de ataque por parte do governo português e também, por supostamente, ter ajudado a patrocinar o *Correio Braziliense*. Augustus Frederick foi uma personagem muito importante na vida maçônica. Em Portugal, ajudou na estruturação de uma obediência lusitana. Na Inglaterra, quando assumiu como Grão-mestre da Grande Loja de Londres e Westminster, Frederick conduziu a união com a loja maçônica rival, a *Ancient Grande Lodge of England*. Segundo Isabel Lustosa: "Na história da Maçonaria inglesa também ele aparece como o responsável pela união dos Antigos aos Modernos, a partir de 1813, quando se tornou grão-mestre da Loja unida de Inglaterra, posto que ocuparia até morrer em 1843"[206]. Augustus Frederick foi um homem que se ocupou das artes e ciências. Entre 1830 e 1838, ele foi presidente da Royal Society; a partir de 1816 até 1843 com sua morte, Frederick presidiu a Society of Arts.

Autorizado pelos Veneráveis das principais lojas portuguesas em atuação e, possivelmente, apoiado pelo duque de Sussex, Hipólito José da Costa foi a Londres em abril de 1802, a fim de negociar com a Grande Loja da Inglaterra o reconhecimento de uma Grande Loja em Portugal. A. H. de Oliveira Marques afirma que os textos

---

[205] MARQUES, 1982, p. 79.
[206] LUSTOSA, 2001, p. 17.

britânicos mencionam quatro lojas estruturadas em uma Grande Loja, sendo a ida de Hipólito a Londres se dado em busca de reconhecimento para uma organização já existente. A Grande Loja de Portugal, oficialmente chamada de Grande Oriente Lusitano, dataria, assim, de 1802[207].

Hipólito da Costa, após remeter o tratado reconhecido a Portugal, deteve-se ainda em Paris, em possível negociação com o Grande Oriente da França, para o qual *se achava igualmente credenciado* [208]. Oficialmente, Hipólito havia ido a Londres comprar equipamentos para a Imprensa Régia[209]. Sua prisão ocorreu de forma muito peculiar, pois seu protetor, D. Rodrigo, havia mandado recados para que Hipólito não regressasse a Lisboa, recados esses que foram ignorados. Existe a hipótese de que, nas disputas de poder relativas aos ministérios, D. Rodrigo, para não ser ameaçado diretamente em um momento de fraqueza política, justamente por seu vínculo com a Maçonaria, sacrificou Hipólito no propósito de se assegurar[210]. Ao regressar a Lisboa, foi preso em finais de julho, poucos dias depois de desembarcar. Com ele, foi apreendida toda a documentação referente às negociações de reconhecimento da Grande Loja de Portugal.

9. Exílio na Inglaterra

Hipólito ficou por três anos na prisão, até que conseguiu fugir, com o auxílio da "mão invisível" da Maçonaria. Possivelmente, o duque de Sussex foi o principal colaborador para a fuga, tendo Hipólito recorrido ao autoexílio em Londres para sua sobrevivência. Em Londres, onde ficou até o final de sua vida, foi prontamente protegido pelo Duque de Sussex. Nos três anos de prisão de Hipólito nos cárceres da Inquisição, pelo motivo de ser franco-maçom, ele viveu sob condições deploráveis, tendo sua saúde fragilizada, o que o atormentou até seus momentos finais.

Hipólito dedicou seu livro, *Narrativa da perseguição,* ao príncipe regente Jorge IV, como prova de gratidão ao apoio e proteção. O livro foi escrito para denunciar os abusos e as atrocidades do Tribunal da Inquisição, e, uma vez mais, carrega sua marca de combater o fanatismo religioso e de defender a liberdade religiosa, característica esta tão bem trabalhada por Hipólito e de grande harmonia com o espírito das Luzes.

---

[207] MARQUES, 1982, p. 80.
[208] Ibidem, p.81.
[209] COSTA, 1974, p. 24.
[210] DOURADO, 1957, p. 90.

Sobre a vida pública de Hipólito propomos um marco: a Maçonaria. Esse caráter fica claro na dedicatória, logo nas primeiras páginas da *Narrativa da Perseguição*, Hipólito agradece:

> À Nação Britânica em geral, e mais particularmente a antiguíssima e venerabilíssima Sociedade dos Reconhecidos Pedreiros-Livres, que tem a honra presentemente e a tem tido pelo espaço de vinte anos de possuir a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente por seu Grão-Mestre, nesta obra humilde e respeitosamente dedicada como um sinal de veneração por sua constituição. E um Penhor de gratidão pela sua reconhecida filantropia que se não limita meramente à Europa, antes bem se estende a todas as partes conhecidas do globo [211].

Por dezoito anos, Hipólito José da Costa viveu na Inglaterra. Lá, teve várias ocupações, além de editar o *Correio Braziliense* que, segundo ele, não lhe dava o lucro necessário para as exigências de sua vida, que muitas vezes, rodava a alta sociedade e a Corte. Hipólito chegou a Londres em 1805, contando com o socorro dos *irmãos* maçons. Entre os anos de 1805 e 1808, data da primeira publicação do *Correio Braziliense*, teve como fonte de rendas o ofício de tradutor comercial, de jornalista, além de aulas da língua portuguesa para as damas inglesas[212]. Quando publicou o *Correio Braziliense* entre 1808 e 1822, Hipólito tinha nele parte de suas rendas, mas não todas. Como ele mesmo afirma em 1819:

> Todo o incansável trabalho da redação, edição, correspondência, etc., deste periódico tem recaído sobre um só indivíduo, que aliás está carregado de outras muitas e mui diversas ocupações, que se lhe fazem necessárias, já para buscar os meios de subsistência, que não pode ter nos escassos lucros da produção literária deste jornal, já para manter a sua situação no círculo público em que as circunstâncias o obrigaram a viver [213].

Já em 1818, Hipólito possuía fundos do Banco da Escócia, o que o credenciava a ser cidadão inglês, e lhe dava o direito de ser eleito para o Parlamento Britânico[214].

A relação de Hipólito com o Duque de Sussex foi de amizade e confidência. Foi a Hipólito que o Duque confiou o cargo de Secretário para assuntos estrangeiros, quando este foi eleito Grão-Mestre da Grande Loja Inglesa. É conhecido que Hipólito filiou-se à loja *Antiguity* no ano de 1808. Até o ano de 1815, Hipólito não foi Grão-Mestre[215] de

[211] COSTA, 1974, p. 8.
[212] RIZZINI, 1957, p. 16.
[213] COSTA, 2001, Volume XXIII, p. 174.
[214] Idem, Volume XXI, p. 558.
[215] Possivelmente, o cargo de Grão-Mestre referente à loja seria o equivalente, hoje, a Venerável Vigilante.

nenhuma loja. Porém, devido à sua dedicação à causa maçônica, ele veio a se tornar, posteriormente, grão-mestre[216].

Imerso na prestigiada rede social da alta sociedade inglesa, que possivelmente foi impulsionada pelos contatos maçônicos (dentre eles, o próprio duque) e também dispondo de ótimas relações políticas, Hipólito se envolveu comercialmente na luta pela independência da América Hispânica. Ele recrutava mercenários em território britânico e guarnecia de armamentos e munições os rebeldes, em lugares como a Colômbia e o Chile.[217] Dessas agências provieram a amizade com Francisco Zéa, vice-presidente da Colômbia. Zéa foi encarregado por Bolívar de tratar um empréstimo na praça de Londres, tendo Hipólito como intermediário. Hipólito, por sua vez, deu a notícia do êxito do empréstimo no *Correio Brasiliense*[218]. Os negócios com os estrangeiros eram uma das várias atividades que Hipólito tinha para tirar seu sustento.

A relação desenvolvida com os revolucionários e agitadores políticos da América foram íntimas. Em Londres, conheceu o general Francisco Miranda, patriota Venezuelano e precursor da emancipação.[219] Em sua casa, funcionava a famosa loja maçônica *Gran Reunión Americana*, mãe das lojas *Lautaro*, de Cádis, e de Buenos Aires[220]. Segundo Rizzini, *Na "Gran Reunión" representavam-se as lojas das colônias espanholas e "as portuguesas do Brasil"* [221].

Outro agitador que também conheceu foi Domingos José Martins, brasileiro do Espírito Santo, que morava no Recife e que em Londres comerciava. Com Martins, Hipólito viajou brevemente a Paris e, em 1812, ambos fundaram a loja *Lusitana 184*[222]. Em 1817, Martins, em ligação com academias, clubes secretos e lojas maçônicas, atuou na Revolução Pernambucana. Quando solicitado o apoio, Hipólito negou, pois sustentava a convicção do Império Luso-Brasileiro, sendo então contrário à ruptura do Brasil com Portugal.

Da vida doméstica de Hipólito em Londres é conhecido seu casamento com Mary Ann Troughton, filha de um rico funcionário aduaneiro. O duque de Sussex foi uma das testemunhas de seu casamento. Com Mary Ann, Hipólito teve três filhos: duas moças e

---

[216] COSTA, *Apud*, DOURADO, 1957, p. 120.
[217] Ibidem, p. 115.
[218] COSTA, 2001, Volume XVIII, p. 307.
[219] RIZZINI, 1957, p. 8.
[220] A loja *Gran Reunión* foi fundada por Miranda e O´Higgins em 1800. Foram iniciados na Gran *Reunión* ou na *Lautaro* os revolucionários Bolívar, Marino, Alvear, San Martin, Zapiola, Moreno, Carrera e Servando.
[221] RIZZINI, *Op. Cit.*, p. 9.
[222] Ibidem.

um rapaz. Seu filho que se chamava Augusto Frederico recebeu o nome em homenagem ao duque.

10. A Maçonaria e a constituição da esfera pública brasileira

Na América Portuguesa das duas primeiras décadas do século XIX, ocorreu a consolidação de uma determinada forma da esfera pública, entendida nos moldes de Habermas, como vimos no capítulo anterior. Com o estabelecimento de novos espaços de sociabilidade ilustrada, tais como as academias e Maçonaria, isto é, "esfera de pessoas privadas reunidas num público" [223], a vida política ganhou também ali o espaço para ser debatida. No desenvolvimento deste capítulo, observamos como a Maçonaria se inseriu na sociedade portuguesa, principalmente na última metade do século XVIII. Segundo Lúcia Maria B. P. das Neves:

> (...) instituições como a própria Universidade, a Academia Real de Ciências de Lisboa, os círculos de aristocratas, como o de d. Rodrigo, as lojas maçônicas, e também as sociedades literárias, os salões, os clubes, os cafés converteram-se em instâncias de sociabilidade, nas quais exercitou-se um discurso propriamente político, porquanto público. No entanto, velado pela sombra dos agentes de Pina Manique, pela tradição das Luzes mitigadas e pelos próprios acontecimentos, esse discurso dito propriamente político, permaneceu latente até 1820, quando a eclosão do movimento constitucional revelou sua extensão e intensidade, graças à liderança assumida pelo Sinédrio, exemplo típico de uma instância de sociabilidade [224].

Com o vazio deixado pela transferência da Corte para o Brasil, em 1807, em Portugal floresceu um ramo distinto dentro das instituições de sociabilidade, que foram as sociedades secretas. Pereira das Neves ressalta que estes foram espaços "no qual elementos da nobreza, do exército, do clero e da burguesia começaram a discutir as ideias liberais e a lutar por uma nova imagem política e ideológica de Portugal". Ainda segundo Pereira das Neves, o objetivo último desta ideologia era regenerar o reino e sair da opressão inglesa e francesa. Pereira das Neves destaca que: "Embora fossem proibidas as discussões políticas nas lojas maçônicas, conversas desse teor ocorriam, "sobretudo, fora das sessões e resultavam do convívio e da solidariedade entre pessoas política e ideologicamente afins"[225]. Neste sentido, afirma Pereira das Neves: "Além disso, a Maçonaria obrigava-se a instruir os seus filiados, não só em assuntos

---

[223] HABERMAS, 1984, p. 42.
[224] PEREIRA DAS NEVES, 2003, p. 32.
[225] MARQUES, *Apud*, PEREIRA DAS NEVES, 2003, p. 33.

maçônicos, como também em "luzes e conhecimentos" segundo afirmava sua Constituição de 1806. Daí, a grande importância na difusão das ideais constitucionais". Neves conclui que ocorreu um longo caminho para "que estes espaços de sociabilidade alterassem as suas funções" [226].

A atuação política da Maçonaria no Brasil nunca passou despercebida na historiografia. Há por muito, vários historiadores citam a atuação dos Pedreiros-Livres no processo de Independência. Porém, uma análise profunda sobre este fenômeno começou apenas recentemente e ainda há muito a ser investigado.

Existem vários desafios a ser enfrentados para este trabalho. O primeiro é relativo a fontes documentais, pois poucos arquivos públicos detêm o material necessário para uma análise. O segundo é o monopólio dos arquivos pelas lojas maçônicas. Eles podem nem mesmo existir, uma vez que tais documentos podem ser extraviados por particulares[227]. Marco Morel afirma o seguinte:

> É possível que parte do acervo maçônico referente ao século XIX no Brasil se tenha dispersado ou perdido em mãos de particulares, colocando-se o desafio para os pesquisadores que trabalharem com documentos (manuscritos e impressos) dos arquivos públicos que, mesmo sem caráter serial, não são tão escassos como se pode supor à primeira vista [228].

O terceiro ponto são as falhas no dimensionamento do objeto da Maçonaria. Se, por um lado, existiu um resguardo por parte da academia, que só recentemente busca responder essa questão, por outro lado, ocorre um exagero na interpretação da Maçonaria por parte da literatura maçônica, o que contribui para formar um labirinto de informações fantasiosas. Nesse sentido, nosso intuito é buscar estabelecer quais foram as funções adotadas pela Maçonaria. Observamos que, em seu sentido original, a Maçonaria não atende à questão política, mas que, ao longo do século XVIII e XIX, as lojas maçônicas adotaram compromissos políticos, como no caso brasileiro, tal como veremos adiante. A Maçonaria, não sendo a-histórica nem mesmo homogênea, se transformou com a mudança das sociedades e se adaptou às realidades nacionais.

Marco Morel coloca uma interessante discussão entre os termos Maçonaria, singular, e Maçonarias, plural. Ao observar a pluralidade das instituições maçônicas,

---

[226] MARQUES, *Apud*, PEREIRA DAS NEVES, 2003, p.34
[227] Em várias entrevistas realizadas com maçons de Ouro Preto, Mariana, Belo Horizonte e Divinópolis, pude perceber que muitos arquivos já estavam em mãos de particulares, sendo alguns apresentados para minha pessoa.
[228] MOREL, 2005, p. 241.

dos Ritos e Obediências, ("-mais de trezentos!-"),[229] Morel escolhe a forma plural para tratar a Maçonaria. Neste ponto, ele demonstra que não há um centro unificador da Maçonaria, ou também, um único centro regulamentador. Da grande corrente universal da cultura maçônica, existem inúmeras aplicações particulares, relativas às atividades concretas de cada loja. Porém, neste estudo, não buscamos perceber as formas institucionais em si, mas o discurso comum que todo o maçom compreende, independente do Rito ou da Obediência, isto é, a tradição maçônica com seu simbolismo universal na cultura maçom. Assim, utilizamos, neste texto, a Maçonaria no singular, mas, ao tratar da aplicação concreta dos conceitos maçônicos, distinguimos as Lojas. Dos símbolos maçônicos, observamos como um ponto comum o discurso no que toca à Razão, à Perfeição e à busca pelo progresso humano. Isso poderia compor um "ideário" maçônico[230].

A Maçonaria, em sua função política, foi decisiva para a difusão da prática democrática no Ocidente. Já nas constituições de Anderson, observamos o pleno direito a voto entre os irmãos, caracterizando uma igualdade na escolha, no intuito de escolher o novo Grão-Mestre por maioria. Todos os irmãos, aprendizes, companheiros e mestres têm o direito de serem ouvidos nas lojas.[231] Segundo Morel: "A atividade maçônica (como também a das academias ilustradas e instituições congêneres) está na origem da efetivação de práticas políticas democráticas contemporâneas".[232] Estas associações, principalmente a Maçonaria, tiveram papel central no momento histórico de reação e crise dos sistemas absolutistas, seja no contexto europeu ou nas independências nacionais Américas.

A Maçonaria regular formou, no Brasil, sua primeira loja em 1801, segundo o relato de José Bonifácio[233]. Anteriormente a esse período, possivelmente existiram maçons na América Portuguesa e, talvez, até mesmo lojas irregulares. Segundo Alexandre Mansur Barata, nos finais do século XVIII, a Inquisição já havia recolhido informações de alguns luso-brasileiros que haviam sido iniciados no Reino, sendo a grande maioria deles estudantes brasileiros advindos da elite colonial.[234] A loja regular, fundada em 1801, foi estabelecida em Niterói, com o nome de *Reunião*. Dois anos depois ela veio a se vincular ao Grande Oriente Francês. Em 1802 foi instalada na Bahia

---

[229] MOREL, 2005, p. 242.
[230] Ibidem, p.243.
[231] ANDERSON, 2009, pp. 187-188.
[232] MOREL, *Op. Cit.*, p.241.
[233] BARATA, 2006, p.71.
[234] Ibidem, pp. 56-70.

a loja *Virtude e Razão*.[235] No período anterior à chegada da Corte Portuguesa no Rio, as atividades maçônicas desenvolveram-se em ritmo constante, com poucas lojas sendo instaladas, porém com muitas denúncias sendo feitas ao tribunal da Inquisição. [236] Porém, com a chegada da Corte, o ritmo de instalação de lojas aumentou consideravelmente.

> No Rio de Janeiro, no período posterior à chegada de D. João, tem-se notícia do funcionamento das lojas Emancipação, São João de Bragança, Beneficência, Comércio e Artes. Já na Vila de Campos, teriam sido fundadas as lojas Firme União, União Campista, Filantropia e Moral [237].

Pernambuco e Bahia também foram importantes centros maçônicos. Num momento imediatamente anterior da revolução de 1817, em Pernambuco, funcionavam cinco lojas regulares,[238] que aparentemente tiveram participação na revolução. Com o fracasso da revolução pernambucana, ocorreu uma onda de perseguição aos maçons, levando D. João a decretar a proibição das atividades das sociedades secretas em 1818. [239]Porém, mesmo na clandestinidade, algumas lojas maçônicas continuaram o trabalho, pois, em 1822, as lojas brasileiras, sobretudo as do Rio de Janeiro, vieram a instalar o Grande Oriente do Brasil, ou Grande Oriente Brasílico, sendo reconhecido formalmente pelo Grande Oriente da França.[240] Segundo Barata:

> Consolidar o Grande Oriente do Brasil como um centro da ação dos maçons, sob a liderança prática de Joaquim Gonçalves Ledo, era estar coadunando com um projeto político que, apesar dos reveses, não abria mão de pensar a independência em relação a Portugal, a partir da construção de um novo "pacto político" baseado na união das províncias, tendo o Rio de Janeiro como Centro político-administrativo, e na opção pela monarquia constitucional, sem romper com a legitimidade dinástica [241].

Neste momento, com a criação do Grande Oriente do Brasil, percebemos já uma primeira separação com Portugal, pois as lojas maçônicas estabeleceram uma Potência independente e não procuraram aderir a centro lusitano. Um segundo aspecto é que foi definido um princípio de adesão à Maçonaria, para além da tradicional condição moral:

> (...) o de ser defensor da "causa do Brasil e sua Independência", o que deveria ser entendido, em função do juramento que se prestava ao ser

[235] BARATA, 2006, p. 71.
[236] Ibidem, p. 74
[237] Ibidem, p.75.
[238] Ibidem, p. 76.
[239] Idem, 1999, p. 60.
[240] Idem, 2006, p. 78.
[241] Ibidem, p. 222.

> iniciado, como a "defesa do Brasil e da sua Independência sob os auspícios de seu Augusto Defensor" [242].

Este aspecto demonstra um ponto em relação à Maçonaria brasileira que, naquele momento, assumiu uma função política que rompia com o conceito de Koselleck, do poder político indireto. Ao assumir a causa da independência, a Maçonaria assumiu também uma posição política direta, num momento no qual sua força estava em evidência. Nesse mesmo momento, o próprio príncipe herdeiro, D. Pedro, pediu para ser iniciado na Maçonaria, a fim de não perder o apoio essencial para a conservação de sua soberania política e dos domínios da casa de Bragança.

A fundação do Grande Oriente Brasileiro e a determinação da Maçonaria pela causa da independência levaram-na a adentrar num quadro de tensão interna, que culminou no seu fechamento em 2 de novembro de 1822, sob as ordens de D. Pedro, executadas por Bonifácio[243]. O percurso que levou D. Pedro a dar tal ordem foi movido pela disputa entre dois grupos preponderantes, que possuíam visões antagônicas para o futuro político do Brasil. Um grupo era liderado por Joaquim Gonçalves Ledo. Ele assumia uma visão de governo representativo. Já o outro, liderado por José Bonifácio, tinha como orientação a monarquia centralizadora, mesmo que fosse uma monarquia constitucional[244]. Bonifácio foi aclamado Grão-Mestre, mas pelas necessidades de sua função política, como ministro do Reino e dos Estrangeiros, ele, de fato, não exerceu o cargo, ficando, assim, a grão mestria nas mãos do Grão-Mestre adjunto, Ledo. O grupo de Ledo lançou o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que possuía como redatores o próprio Ledo e o também maçom o cônego Januário da Cunha Barbosa. Era um jornal de "cunho essencialmente político" [245]. O Revérbero logo se tornou um dos principais jornais engajados na causa da independência. O jornal foi lançado "entre setembro de 1821 e outubro de 1822. Era escrito por dois brasileiros amigos da Nação e da Pátria". [246] Segundo Lúcia Neves, o *Revérbero* "representava uma tendência mais radical quanto ao liberalismo, ligada às lojas maçônicas. Transcrevia vários artigos do *Correio Brasiliense* e fazia a síntese dos trabalhos nas Cortes".[247] Para consolidar a posição do grupo do Ledo, os maçons lançaram uma estratégia de se aproximar do Príncipe Regente, D. Pedro, o que levou o próprio príncipe a se iniciar, como já dito. D.

---

[242] BARATA, 2006, p 223.
[243] Ibidem, p. 237.
[244] Idem, 1999, p.62.
[245] PEREIRA DAS NEVES, 2003, p. 44.
[246] Ibidem.
[247] Ibidem.

Pedro logo virou Grão-Mestre da Maçonaria brasileira. Porém, ele se voltou contra a própria Maçonaria no momento em que o grupo de Ledo pressionava, cada vez mais, pela convocação de uma Assembleia Constituinte. D. Pedro mandou encerrar os trabalhos maçons em 1822, ordem esta executada por Bonifácio, que promoveu uma perseguição contra seus irmãos e inimigos maçons.[248] Só com a abdicação de D. Pedro, em 1831, que a Maçonaria voltou a regularizar-se no Brasil.

No próximo capítulo, analisaremos a trajetória do *Correio Braziliense* e, em especial, suas relações com o Brasil. Buscaremos perceber como Hipólito se utilizou da cultura maçônica para compor seu pensamento expresso no *Correio Braziliense*. Para tanto, analisaremos o vocabulário maçônico presente no jornal, de modo a perceber como Hipólito, de forma consciente, se utilizava do *Correio Braziliense* como veículo de inserção na Esfera Pública, como ilustrado e como maçom.

[248] BARATA, 1999, p.64.

O *Correio Braziliense* e o vocabulário maçônico

1. Hipólito da Costa e a esfera pública na América Portuguesa

Hipólito da Costa é tido por muitos pesquisadores como o fundador da imprensa no Brasil, sendo O *Correio Braziliense* o primeiro periódico regular a circular na América Portuguesa. Hipólito lançou o *Correio* no intuito de travar uma longa guerra pública, na qual enfrentaria um potencial inimigo: o despotismo do Estado português. Hipólito já havia servido ao Estado português e também já havia sido vítima do mesmo quando preso pela Inquisição sob o crime de ser maçom. Em sua luta contra o despotismo, ele utilizou o conhecimento que adquiriu servindo ao próprio Estado, seja como erudito ou como viajante naturalista, seja como redator.

Hipólito estabeleceu seu *front* na opinião pública. Por meio da moral, ele chocou-se violentamente com o Estado, tecendo críticas à administração governamental, à intolerância religiosa e à censura na imprensa. Livremente, ele revisou as estruturas sociais e administrativas do mundo luso-brasileiro, uma vez que se encontrava em seu exílio londrino. Ao longo de sua carreira, adquiriu admiradores, aliados, seguidores e inimigos. E, de maneira indireta, contribuiu para a derrota político-moral do Estado português em sua figuração absolutista.

A Ilustração rendeu frutos no mundo luso-brasileiro de uma forma peculiar, quando impulsionou a elaboração do que Antônio Candido, na literatura, chamou de "Gênero Público", ou seja, o engajamento dos homens de letras nos problemas públicos. Hipólito da Costa foi um dos personagens que mais contribuiu para a formação intelectual das elites letradas no mundo luso-brasileiro. Sua atuação ilustrada foi fundamental para uma gradativa conquista da consciência política das elites sociais que participaram do movimento de emancipação do Brasil. A Ilustração ganhou espaço e força nas sociabilidades, nos círculos privados, em locais que ofereciam proteção contra o Estado. Segundo Antônio Candido: "Sabemos, pelo testemunho dos contemporâneos que nas lojas maçônicas, nas sociedades político-literárias, a inteligência oprimida do colono se expandiu largamente por esta forma" [249].

O jornalismo praticado por Hipólito carregou uma marca própria que foi sua erudição. Antonio Candido denomina o estilo de escrita de Hipólito como Jornalismo de

[249] CANDIDO, 2009, p. 255.

Ensaio. A escrita de Hipólito, segundo sua autocrítica, era moderada, porém inabalável, pois defendia um pensamento coerente, através de uma argumentação rica e lúcida. Os textos de Hipólito destoaram com o com a literatura política oficial do luso brasileiro. Seu mérito de ser o primeiro redator era engrandecido, ainda mais, por sua erudição, pela pertinência de sua escrita e, principalmente, por ser uma voz crítica e autônoma do governo. Segundo Antonio Candido: "Do refúgio de Londres, encastelado na cidadania inglesa, Hipólito educou as elites brasileiras segundo os princípios do liberalismo ilustrado, moderado mas firme".[250]

O *Correio Braziliense* circulou entre 1808 e 1822. Na Inglaterra, de onde Hipólito editou o *Correio*, em Portugal e no Brasil, seu jornal foi recebido por um público que, em sua maioria, estava inserido na elite letrada e econômica da sociedade. No começo da década de vinte do século XIX, um exemplar do *Correio* no Rio de Janeiro custava 1280 réis, o que, segundo Sérgio Goes de Paula, era "quase o preço de uma arroba de açúcar mascavo colocado no porto de Londres em 1808"[251]. O *Correio Braziliense*, no total, compreendeu "175 fascículos mensais com 123 páginas em média, constituindo 29 volumes e totalizando, a coleção, 21.525 páginas".[252] Isabel Lustosa demonstra que o jornal e o livro carregavam grandes proximidades ao longo do século XVIII e XIX. Segundo Lustosa:

> Na Londres do século XVIII, o livro e o periódico não eram considerados objetos culturais completamente diferentes, e, sendo os jornais publicados pelos mesmos editores de livros e compostos da mesma forma, eram vistos, na verdade, como "fragmentos de livros" [253].

Ainda, segundo Lustosa:

> No Brasil, são o melhor exemplo desse formato de jornalismo o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, e o *Revérbero*, de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Ambos adotavam uma numeração de páginas que continuava nos números seguintes, indicativa de que se tratava de uma sequência, uma obra fechada. Eram impressos em formato in-oitavo (o tamanho tradicional dos livros), vendiam-se nos mesmos lugares em que se vendiam os livros e, tanto na forma quanto no conteúdo, não tinham o caráter ligeiro e descartável que vieram a adquirir depois [254].

---

[250] CANDIDO, 2009, p. 264.
[251] PAULA, 2001, p.18
[252] Ibidem.
[253] LUSTOSA, 2000, p. 28.
[254] Ibidem, p. 29.

Nos quinze anos de sua publicação, para seus contemporâneos e compatriotas, ele foi a maior referência em literatura política, quando tratou das questões públicas no mundo luso-brasileiro. Segundo Antonio Candido:

> Num livro de história literária, cabe não apenas como representante dum momento em que a literatura pública domina em qualidade e quantidade, mas como prosador de qualidade, como o primeiro brasileiro que usou uma prosa moderna, clara, vibrante e concisa, cheia de pensamento, tão despojada de elementos acessórios, que veio até nós intacta, fresca e bela, mais atual que a maioria da que nos legou o século XIX e o primeiro quarto deste. Além de ser o maior jornalista que o Brasil teve, o único cuja obra se lê toda hoje com interesse e proveito, foi um escritor e um homem de pensamento, exprimindo melhor que ninguém os temas centrais da nossa época das luzes.
>
> Dele provém um modo de pensar e escrever que, através dos grandes publicistas da Regência e do Segundo Reinado, contribuiu até os nossos dias para dar nervo e decoro à prosa brasileira, contrabalançando o estilo predominante que lhe corre paralelo e, definido naquele mesmo tempo pelos oradores sacros, veio contorcendo-se até a perigosa retoriquice dum Rui Barbosa [255].

Ainda segundo Candido, o legado de Hipólito é riquíssimo: “no conjunto, é o maior documento da nossa Ilustração e o mais agudo comentário à política joanina” [256].

Quais seriam então os objetivos de Hipólito com seu jornal?

> No campo administrativo, participação das Câmaras no governo da Capitania por meio de representantes eleitos, quebrando o arbítrio dos governadores; quanto à Coroa, respeito à lei por meio de um funcionalismo consciente, ministros responsáveis e fim do arbítrio soberano. No campo econômico, as suas principais ideias visavam evitar o monopólio de fato sobre o comércio por parte de nações estrangeiras, notadamente a Inglaterra, e transformar a agricultura numa grande fonte de riqueza, por meio sobretudo da abolição progressiva da escravidão e o recrutamento de mão-de-obra qualificada, pela imigração de europeus [257].

Aqui, faremos uma análise distinta sobre a obra de Hipólito. Estabeleceremos a Maçonaria como um marco de sua vida e obra. Com base na referência da cultura maçônica, analisaremos sua presença no vocabulário político de Hipólito.

2. O exílio de Hipólito: a fuga da Inquisição e a edição do *Correio Braziliense*

---

[255] CANDIDO, 2009, p. 259.
[256] Ibidem, p. 263.
[257] Ibidem, p. 261

Em meados de 1805, Hipólito fugiu dos cárceres da Inquisição. Ao se estabelecer em Londres, em seu autoexílio, Hipólito contou com o socorro da fraternidade maçônica. Na Inglaterra, ele foi protegido pelo Duque de Sussex, seu amigo e figura notável dos grandes círculos maçônicos da capital britânica.

No ano de 1808, três anos depois de se estabelecer em Londres, Hipólito começou o trabalho de redator do *Correio*. Lançou o primeiro número em Junho do mesmo ano e, até 1822, com a Independência brasileira, ele lançaria seu jornal regularmente com uma edição por mês. Seu trabalho contou com a sólida ajuda da influente Maçonaria inglesa e também de membros da Corte britânica, em especial seu amigo Augustus Frederick duque de Sussex.

A primeira edição do *Correio Braziliense* aconteceu num momento propício. Nos fins de 1807, as forças francesas, ordenadas por Napoleão Bonaparte, invadiram e ocuparam Lisboa, fazendo com que a família real buscasse refúgio nas terras brasileiras, chegando ao Brasil em Janeiro de 1808. Atento a essa importante mudança, o *Correio Braziliense* publica a cópia do decreto que anunciou a mudança da corte, intitulado "*Decreto do Príncipe Regente de Portugal pelo qual declara a sua intenção de mudar a corte para o Brasil, e erige, uma regência, para governar em sua ausência*". A atuação do *Correio* foi justamente durante este determinante intervalo de tempo que conduziu à formação do Estado Nacional brasileiro, no qual o país deixou o jugo colonial e despontou rumo à autonomia política. Neste contexto, o papel do *Correio* foi crucial ao contribuir na formação uma nova consciência política, junto às antigas elites coloniais.

Em princípio, Hipólito foi contrário à ideia da Independência brasileira, porém, nos movimentos finais do processo de emancipação, aderiu à causa da separação. Tal postura não é contraditória, pois considerou uma concepção política para o Brasil embasado em seus direitos conquistados após o estabelecimento da Corte. O retorno à condição de colônia era inaceitável. Hipólito, já desde sua formação, aderiu ao projeto de um Império Luso Brasileiro e defendeu essa proposta política em várias ocasiões. Mesmo sendo um liberal progressista, era um homem formado no Antigo Regime. Seu desejo foi unir as elites em torno de uma monarquia reformada por uma Constituição, onde o soberano acatasse as leis. Deste modo, Hipólito foi um fiel súdito da coroa portuguesa, e um defensor da monarquia. Por mais que atacasse a administração pública, na qual via muitos erros, jamais atacou o sistema monárquico. Porém, não defendia o despotismo, mas, sim, uma monarquia aos moldes britânicos, com uma

constituição. No *Correio*, ele utilizou vastamente da noção tacitista[258] do despotismo, o que observou "como a causa da decadência das civilizações" [259]. Existe um discernimento no pensamento de Hipólito no qual ele separa o absolutismo do despotismo. O despotismo era visto como o ato da tirania, e nunca poderia ser tolerado. Já o absolutismo, segundo os historiadores Valdei Araujo e Flávia Varella, "não seria incompatível com a existência de Cortes e Parlamentos, e sua degeneração em despotismo aconteceria quando os aduladores e ambiciosos insuflam no monarca a ideia de um poder ilimitado" [260].

Sendo um dos pioneiros na imprensa na América Portuguesa, Hipólito também inaugurou, de forma bem consciente, a ideia de um jornalismo focado na opinião pública, que emergia em moldes modernos[261]. Seu argumento moral delimitou o Estado e a coisa pública, criando, pela primeira vez, uma diferença entre os dois. O Estado absolutista português se confundia com a própria monarquia. A opinião pública, concebida em termos modernos, foi a defesa pública de um projeto político. Assim, observamos através do foco da utilidade pública a melhor proposta de governo, o que colocava limites para o Estado, uma vez que as críticas tecidas contra o Estado eram racionais e convincentes. A delimitação moral do Estado demandou também uma diferenciação entre o espaço público e a política. O espaço público seria uma criação da sociedade civil, que possuía a legitimidade moral para atuar em favor de seu próprio beneficio, porém, a política despótica da monarquia, através do Estado, se transformou numa barreira para a economia civil, o que afetava o interesse da sociedade burguesa. O foco das críticas de Hipólito seria justamente a administração pública, o Estado em si, que intermediava a sociedade civil e a política. Ele buscava reformar o Estado. A intenção do *Correio* era uma: o melhoramento das instituições públicas do Brasil. Segundo Hipólito:

> (...) ninguém tem atacado mais os defeitos da administração do Brasil do que o Correio Braziliense. Começou este periódico a mais de onze anos só para esse fim, sendo acidentais as outras matérias e para isto se foram ajuntando nesta coleção todas as notícias oficiais pertencentes à época em que escrevemos, posto que nisso tenhamos tido grandes dificuldades, já porque escrevemos em país estrangeiro, mais distante do nosso, já porque escrevendo contra os defeitos da administração, todas as pessoas em autoridade principalmente as em

---

[258] Tácito é conhecido por sua crítica aos governos tirânicos.
[259] ARAUJO; VARELLA, 2009, p. 245.
[260] Ibidem, p. 252.
[261] Para mais, ver a dissertação de André Pedroso Becho: Em nome do "Império" e da "Ordem".

> que se fala diretamente, devem ser inimigos desta obra e embaraçar-lhe os meios de obter informações autênticas[262].

Os inimigos da obra não eram poucos. Havia a mesa de censura régia, os ministros, em especial D. Rodrigo de Souza Coutinho, e o embaixador de Portugal em Londres, D. Domingo de Souza Coutinho, irmão do ministro. Também os atritos não foram poucos. Porém, pela primeira vez, a administração pública portuguesa se viu na situação de ter de prestar conta de sua conduta a uma nova força social, a opinião pública. Essa crítica era feita de modo aberto, porém fora da esfera dos domínios portugueses, visto que o Correio era impresso em Londres e, via contrabando, chegava aos portos brasileiros e portugueses, num momento em que a Inglaterra era o principal parceiro comercial do mundo luso-brasileiro.

Hipólito da Costa sabia dos benefícios da liberdade de imprensa, e dela se serviu muito bem, pois, ao mesmo tempo em que colecionava inimigos notáveis, também adquiriu respeito, enquanto sábio, e distinção em sua opinião política. Em 1810, Hipólito escreve a seguinte passagem ilustrando sua escolha pela Inglaterra para poder redigir o Correio:

> Propusemos escrever na Inglaterra para poder, à sombra de sua sábia lei, dizer verdades, que é necessário que se publiquem, para confusão dos maus, o esclarecimento dos vindouros, verdades que não se podem publicar em Portugal, e nunca nos perdoaríamos a nós mesmos, se omitíssemos o comunicar aos portugueses, desta maneira que nos é possível, alguma porção dos grandes benefícios que a Inglaterra recebeu de sua liberdade de imprensa[263].

O *Correio Braziliense* foi dividido em seis partes pelo seu redator. A primeira e maior era Política, com publicações de documentos oficiais, abarcava negócios nacionais e estrangeiros. A segunda parte era Comércio e Artes, na qual ganhava destaque o comércio nacional e internacional. A terceira era Literatura e Ciências, que dava notícias de novas publicações em Portugal e Inglaterra. A quarta parte era Miscelânea, espaço reservado a matérias de variadas ordens. A quinta intitulava-se Reflexões sobre as novidades do mês, a qual abordava os acontecimentos notáveis no Brasil e em Portugal. A sexta e última parte era Correspondência, na qual havia a comunicação do próprio Hipólito e de outros autores, às vezes anônimos, às vezes assinados com pseudônimos (que poderiam ocultar o próprio Hipólito).

---

[262] COSTA, 2001, Volume XIX, p. 206.
[263] Idem, Volume IV, p. 211-212.

A escrita do periódico era centralizada em Hipólito e muito pouco se sabe a respeito de eventuais colaboradores. Com o tom queixoso, Hipólito, em 1820, desabafa:

> Agora é essencial ao nosso argumento o declarar aqui que todo o incansável trabalho de redação, edição, correspondência etc. etc, deste periódico tem recaído sobre um só indivíduo que, aliás, está carregado de muitas e mui diversas ocupações, que se lhe fazem necessárias, já para buscar os meios de subsistência, que não pode ter nos escassos lucros de produção literária deste jornal, já para manter a sua situação no circulo público em que as circunstâncias o obrigam a viver[264].

Anteriormente, em maio de 1810, Hipólito já anunciava: "Deseja-se um sujeito que entenda as línguas inglesa e portuguesa, bem recomendado, capaz de escrever, etc. Aplique-se ao impressor desta obra..."[265]. Esse anúncio, possivelmente, seria para o auxílio no próprio *Correio Braziliense*, o que nos permite pensar no cargo de revisor do jornal. Esse pequeno anúncio reflete o peso da responsabilidade com a escrita sistemática do periódico e o encargo, talvez excessivo, que Hipólito havia assumido.

A função assumida por Hipólito, com a redação do *Correio Braziliense*, cumpria com dois deveres: o primeiro, e mais óbvio, era com seu papel de homem ilustrado e visava a reformar o Estado arruinado do qual se exilou. Já o segundo, e talvez o principal, seria *estender um ponto de vista moral ao mundo luso-brasileiro* e colaborar para a causa maçônica, na qual estava imerso. A Maçonaria via a si mesma como escola de virtudes, e eram justamente essas virtudes que Hipólito defendeu em seu jornal. A Maçonaria inglesa, juntamente com os maçons do outra porção do Atlântico, eram seus principais patrocinadores e seus potenciais assinantes do jornal. Já em seu primeiro escrito no jornal, percebemos o ponto de vista virtuoso, essencial aos princípios maçons.

> Introdução.
> **O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela**; e cada um deve, segundo suas forças físicas, ou morais, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral de uma sociedade, vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas, ou da ilusão, aqueles, que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inércia, e do engano. Ninguém mais útil pois do que aquele que se destina a mostra, com evidência, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redatores das folhas públicas, quando estes, munidos de uma crítica sã, e de uma censura

[264] COSTA, 2001,Volume XXIII, p. 174.
[265] Idem,Volume IV, p. 550.

> adequada, representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado, e as solidas conjecturas sobre o futuro [266].

Hipólito destinou a primeira linha da primeira página a uma alusão do trabalho maçom. No seu longo trabalho moral de esclarecer o público "braziliense", destacamos a função de educar a sociedade brasileira. Sua educação, à primeira vista política, não ficou restrita apenas a este campo, mesmo que fosse o principal. Hipólito propunha algo maior. Enquanto maçom, ele estabeleceu uma educação moral. Como ilustrado, Hipólito dedicou seus escritos à questão político-administrativa, já como maçom, no sentido do trabalho de Koselleck, seus escritos visam a estabelecer o *front* moral, porém, ambas as percepções recaíam no mesmo homem. Na questão moral, Hipólito lutou por uma sociedade culta, sem as restrições que o fanatismo religioso impunha. Seu *front* moral utópico, que constituía o horizonte de expectativas da ação maçônica, segundo Koselleck, seria suprimir o Estado pela utilização do mundo virtuoso, regido pelo bom senso[267]. Se a longo prazo a virtude deveria imperar no mundo, a curto prazo a solução encontrada por Hipólito para as emergências do Estado seriam as reformas. Ao longo de seu trabalho, o redator do *Correio* utilizou um argumento próprio do homem ilustrado de sua época: a História. Assim, ao continuar sua Introdução, Hipólito faz referência a um trabalho pioneiro da imprensa portuguesa, no momento da guerra de Restauração. Segundo Hipólito:

> Devem-se à Nação Portuguesa as primeiras luzes destas obras, que, excitam a curiosidade pública. Foi em Lisboa, na imprensa de Craesbeck, em 1649, que este Redator traçou, com evidencia, debaixo do nome de Boletim os acontecimentos da aclamação de D. João o Quarto. Neste folheto se viam os fatos, tais quais a verdade os devia pintar, e desta obra interessante se valeu, ao depois, o Conde de Ericeira, para escrever a história da aclamação com tanta censura, e acertada crítica, como fez.
> É de admirar que, **sendo Nós os primeiros promotores dos jornais públicos, na Europa**, e sendo certo, que estas publicações excitaram tanto o entusiasmo público da Nação Portuguesa nas guerras da aclamação, que vários oficiais de ofícios mecânicos se prestaram voluntariamente a ajudar a tropa nas diferentes batalhas de linhas d`Elvas, Ameixial, e Montes Claros, recolhendo se depois da vitória ao seio das suas famílias, e ao seu lavor ordinário, até que uma nova ocasião de defesa nacional pedisse outra vez o socorro das suas armas, para a exterminação do inimigo comum. **Sendo também Nós aquela Nação, que comprou a sua liberdade, e independência com estes jornais políticos**, seremos agora a única, que se há de achar sem estes socorros, necessários a um estado independente o qual poderá algum

[266] COSTA, 2001, Volume. I, p. 3. Negrito nosso.
[267] KOSELLECK, 1999, p. 78.

> dia rivalizar, pela sua situação local, em que a natureza por **o vasto Império do Brazil**, ás primeiras potências do mundo?[268]

Curiosamente, Hipólito apresentou as linhas gerais pelas quais ocorreria a Independência do Brasil, em um quase prognóstico da atuação decisiva dos jornais na questão da emancipação nacional. Consciente do papel do jornal na conscientização política do público e, principalmente na condução da união das elites, numa causa nacional, Hipólito escreveu esta primeira "introdução", sob a perspectiva de um português que vivia no Brasil. Chamamos a atenção para esta questão essencial para o entendimento, uma vez que aqueles que moravam ou nasciam no Brasil reconheciam-se como portugueses, pois, assim como os reinóis, também eram súditos do monarca lusitano. A referida independência de Portugal do jugo espanhol recebeu esta valiosa contribuição da imprensa nacional. Quase dois séculos depois, o mesmo aconteceria com o Brasil, que Hipólito propunha como um "império". O Brasil era então o nome genérico das muitas capitanias que a monarquia portuguesa tinha em sua porção americana. Mas, aqui, Hipólito arrisca outro bem sucedido prognóstico, a unidade brasileira em torno de um império, o que veio tornar seu contorno real quinze anos mais tarde.

> Levado destes **sentimentos de Patriotismo**, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este projeto, o qual espero mereça a geral aceitação daqueles a quem o dedico.
> Longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião pública nos fatos, que excitam a curiosidade dos povos, quero, além disso, traçar as melhorias das ciências, das artes, e numa palavra de tudo aquilo, que pode ser útil a sociedade em geral. Feliz eu se posso transmitir a uma Nação longínqua, e sossegada, na língua, que lhe é mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta Parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empresa todas as minhas forças, na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança, a que me propus.
> Londres, 1 de Junho, de 1808 [269].

A referência ao "Sentimento de Patriotismo" será outra característica da escrita de Hipólito. O patriotismo de Hipólito, o valor dado a sua terra natal, não é algo natural de ser pensado num contexto exclusivamente ilustrado. O patriotismo, no entanto, é uma referência direta a uma virtude maçônica, que possui um estímulo moral nas lojas

[268] COSTA, 2001, Volume I, p.4. Negrito nosso.
[269] Ibidem.

maçônicas. Sem correr o risco de estabelecer um anacronismo com o nacionalismo, conceito esse que será abordado ao longo deste capítulo, o patriotismo é o sentimento de valorização da terra natal, que não se confronta com uma visão cosmopolita. Isto é, para os maçons, a virtude do patriotismo complementaria um objetivo de um mundo sem as fronteiras que o Estado impõe. Para uma visão ontológica da Maçonaria, segundo a interpretação de Koselleck sobre os escritos de Lessing, o mundo utópico seria aquele sem as fronteiras nacionais, no qual cada cidadão cuidasse de sua terra natal, sem a distinção da religião e sem a quebra dos estados sociais[270]. Nos artigos que serão analisados neste capítulo, perceberemos como Hipólito estabelecerá uma associação entre a defesa da Maçonaria e o patriotismo.

3. O público do *Correio Braziliense*

Com as invasões francesas e a mudança da Corte para o Brasil ocorreu certas mudanças de sentido político das elites sociais. Foram essas elites que atuaram no processo de Independência e, segundo Lúcia Maria B. P. Neves, essas elites poderiam ser divididas em dois grupos. O primeiro grupo era composto predominantemente por indivíduos com formação em Coimbra e que tinham servido ao Estado em Portugal ou Brasil. Era composto por nomes como José da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Hipólito da Costa, entre outros. Eram homens em contato com as Luzes e que "procuravam adaptar a Ilustração europeia às condições do meio." Segundo Lúcia Neves:

> Imbuídos de um ideal reformador, esses jovens estavam mais identificados com a ideia de um grande império luso-brasileiro do que com o separatismo político. Na mesma linha de d. Rodrigo de Souza Coutinho, buscavam mudanças inovadoras, mas ao mesmo tempo queriam conservar o espírito das antigas estruturas econômico-sociais. Considerados por alguns como conservadores, temiam o curso que adotara a França, mas não deixavam de simpatizar com o ideário de um liberalismo moderado que conservava a figura do rei como representante da Nação, mas negava que a soberania pudesse residir no povo[271].

Utilizando o termo cunhado por Hipólito da Costa, o segundo grupo era constituído pela elite brasiliense. Segundo Lúcia Neves: "Era formada quase exclusivamente pelos que haviam nascido no Brasil, e que, quase sempre, tinham na

---

[270] KOSELLECK, 1999, p. 77.
[271] PEREIRA DAS NEVES, 2003, p. 51.

palavra impressa o único contato com o mundo estrangeiro" [272]. Devido à debilidade da terra, tais homens não possuíam estudos universitários, salvo alguns poucos que estudaram em Universidades francesas, mas que, no geral, frequentaram aulas régias e seminários. "Comportavam um grande número de sacerdotes, como Januário da Cunha, Diogo Antônio Feijó (...), alguns médicos, como Francisco de Arruda Câmara, (...) e mesmo uns poucos que frequentaram Coimbra, mas não chegaram a graduar-se, como Joaquim Gonçalves Ledo e Cipriano Barata." [273]. Neste sentido, conclui Lúcia Neves:

> Homens de ação, mais abertos às novas ideias do pensamento francês assimilado com a leitura dos livros proibidos, porque menos doutrinados por vias formais, defendiam posturas mais radicais, acabando por transformar-se, em finais de 1821, naqueles que identificaram a pátria com o lugar em que tinham nascido, ao qual deviam prestar a principal lealdade, ao invés de fazê-lo ao império luso-brasileiro. Foram os ideólogos do separatismo brasileiro. [274]

Para estas elites chegou o *Correio Braziliense*. Hipólito da Costa de forma alguma passou despercebido por seus iguais. A repercussão da obra de Hipólito foi grande. Podemos mensurar a recepção do *Correio* pelos relatos de contemporâneos, marcados pela aclamação ou pelo repúdio. S. G. de Paula afirma:

> Essa "terrível invenção de um jornal português em Inglaterra", como chamou o conde de Funchal, embaixador em Londres e seu inimigo pertinaz, foi a mais influente publicação brasileira da época, com o que até mesmo seus inimigos concordavam [275.]

O pitoresco Pe. José Agostinho de Macedo, escritor lusitano que, como já destacado no segundo capítulo, era dono de uma reputação extravagante – marcada pela discussão pública repleta de insultos e sarcasmos – e foi o principal antagonista de Hipólito. Carlos Rizzini enfatiza, na seguinte passagem, o perfil dos ataques públicos do padre para Hipólito:

> Pe. José Agostinho de Macedo, combatendo-o todo tempo e de todos os modos, em prosa e verso, apelidando-o, ora de mono de Goiás, ora de papagaio da margem esquerda do Prata, pintando-o "ético pigmeu, com o recente pêlo do mato"[276], não escapou a reconhecer o seu domínio nas classes lidas do Reino, inclusive entre juízes e clérigos: "O *Correio Armazém*....tem causado mais perturbações na sociedade que os mesmos franceses causaram com suas pérfidas invasões"[277]. Indignado, depões ter ouvido a um médico esta heresia: "*O Correio Braziliense* é a lanterna que os soberanos levam na mão pela difícil

[272] PEREIRA DAS NEVES, 2003, p. 51.
[273] Ibidem.
[274] Ibidem.
[275] PAULA, 2001, p. 20.
[276] MACEDO, *Apud*, RIZZINI, 1957, p. 26.
[277] Ibidem.

> estado do Governo". Resmungou não ser tal estrada assim tenebrosa. Desanca os leitores correspondentes e seguidores do *Correio* em Lisboa, que dele esperavam remédios para todos os males, chamando-lhes "Hipolitinhos"[278].[279]

O Pe. Agostinho se utilizou do poema satírico, sua mais poderosa arma, contra Hipólito, a qual já havia disparado contra outros inimigos, como Bocage. A fim de brindar Hipólito, Agostinho escreveu "Os Burros", poema que, segundo Rizzini, "dá a Hipólito a ponta na récua".

> Qual de tantos heróis, primeiro, ó Zanga,
> Me mandas celebrar? Teu guincho escuto.
> Hipólito imortal, das trolhas mestre,
> Com teu Correio capataz te aclamas
> Da turba jumental, que o Tejo assombra.
> Tu, redentor político te dizes,
> Do triste Portugal, que os teus quiseram
> Ir por, sem mais, nas mãos do corso.
> Em teu miolo dessorado, um trono
> Se quis erguer (alva democracia)
> Que o cetro desse à pedreirada infame
> Que a Europa quis encher de sangue e ferros![280]

Joaquim Ferreira de Freitas publicou o *Padre Amaro*, outra publicação portuguesa em Londres, editado entre 1820 e 1829 que, por muito, se ocupou de combater o *Correio*. Segundo Rizzini:

> Joaquim Ferreira, que tanto o insultou no *Padre Amaro*, fez-lhe um dia o justo elogio: Saber, talento, atividade, tudo se acha reunido em grau eminente na pessoa do redator do *Correio Braziliense*. Ajunta a todas estas perfeições a graça superabundante de uma longa série de sofrimentos, injustiças e perseguições, que necessariamente o devem tornar humano, justo e defensor dos oprimidos. Assim, quando os seus folhetos apareceram no Estado Português, foram vistos com um astro luminoso de bom presságio para os povos e de mau agouro para os que abusavam do poder para os oprimir".[281]Soltando fogos à revolução do Porto, proclama "ter sido o *Correio Braziliense* quem lançara os primeiro alicerces da restauração portuguesa, e quem foi, por assim dizer, a causa remota do que agora (outubro de 1820) está sucedendo em Portugal"[282] [283].

A regência em Portugal, enfastiada com a turbulência do jornal de Hipólito, pela primeira vez ficou a mercê de uma pesada crítica à administração e ao governo, que "primeiro mandou refutá-las, também pela imprensa, e depois proibiu a introdução e a

---

278 MACEDO, *Apud*, RIZZINI, 1957, p, 26.
279 RIZINNI, *Op. Cit.*, p. 27.
280 PAULA, 2001, p. 22.
281 FERREIRA, *Apud*, RIZZINI, 1957, p.27.
282 Ibidem.
283 Ibidem.

leitura dessa gazeta em Portugal" [284]. Como os resultados não foram os esperados, o governo português arriscou mais uma medida: cooptar o *Correio* por meio de um suborno, revestido em assinaturas, que, talvez, Hipólito tenha aceitado[285]. É interessante notar que, mesmo podendo ter aceitado estas assinaturas do governo português, Hipólito abrandou sua crítica a alguns aspectos da diplomacia,[286] em especial aos irmãos Souza (Conde de Funchal, embaixador em Londres, e o Conde de Linhares, ministro na Corte no Rio de Janeiro), não interrompeu suas críticas de caráter administrativo. Logo após 1810, Hipólito voltou a atacá-los.

De seus antagonistas, o Pe. Agostinho de Macedo talvez fora o que mais gastou energia na luta contra o *Correio Braziliense*. Em 1816, foi lançado o *Espectador Português*, tendo o Pe. Agostinho como seu redator, o objetivo do jornal foi combater os maçons.[287] Vinte e sete dos cinquenta e dois números do *Espectador* se ocuparam de atacar Hipólito. No ano seguinte, em 1817, como destaca Carlos Rizzini, "todos se ocupam quase que somente dele" [288].

Entre 1810 e 1811, uma avalanche de panfletos apareceu a fim de atacar o *Correio* e reduzir sua influência na sociedade luso-brasileira. Deles, destaca Mecenas Dourado: "Quase todos aqueles opúsculos saíram em 1810, e foram mais ou menos, pela ordem cronológica: *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*", em seis fascículos, produzidos pela Imprensa Régia. Continua M. Dourado: "*Exame dos artigos históricos e políticos, que se contém na coleção periódica intitulada Correio Brasiliense, ou Armazém literário, no que pertence somente ao Reino de Portugal*". Publicado com a licença do Desembargo do Paço, no formato de cartas, que ao todo somavam 13, contendo no total 375 páginas. M. Dourado prossegue: *Apologia do periódico que tem por título Reflexões sobre o Correio Brasiliense caluniosamente atacado pelo autor do mesmo Correio no seu número XIX*. Publicados em Lisboa em dois volumes, o primeiro com vinte e uma páginas e o segundo, com trinta e duas, a edição contou com a aprovação da Mesa Desembargo do Paço. Outro opúsculo, segundo M. Dourado, foi: *Provas da falsidade, e injustiça com que o Editor do Correio Brasiliense intentou desacreditar Antônio de Araújo de Azevedo e algumas reflexões acerca desse jornal oferecidas aos seus leitores*. Publicado em Lisboa, com licença da Mesa de Desembargo

---

[284] FERREIRA, *Apud*, RIZZINI, 1957, p. 28.
[285] Não há consenso sobre se Hipólito aceitou ou não. Os principais biógrafos, Carlos Rizzini e Mecenas Dourado, entram em discordância sobre a questão.
[286] RIZZINI, *Op. Cit.*, p. 33
[287] DOURADO, 1957, p. 265.
[288] Ibidem, p. 26.

do Paço, contava com vinte páginas. Em 1811, *Aviso aos portugueses sobre o Correio Brasiliense,* folheto de vinte páginas, foi publicado pela Imprensa Régia. Hipólito noticiou a chegada dos opúsculos no *Correio*, porém respondeu apenas aos dois primeiros e ao último [289].

Em 1811, findaram-se os folhetos, porém o governo português patrocinou a criação de um jornal que tinha como objetivo ofuscar o brilho do *Correio*, o *Investigador Português em Inglaterra*, que foi publicado até 1819. O *Investigador* foi um periódico mensal e contou com um quadro mais ampliado de redatores. Primeiramente, começaram como editores os doutores "Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Bernardo José de Abrantes e Castro, médico, também, como o Dr. Nolasco, pela Universidade de Coimbra".[290] A partir de 1814, contou com seu principal redator, José Liberato Freire de Carvalho, que passou então a dirigir o *Investigador*[291]. O *Investigador* foi atribuído à figura do embaixador português em Londres, D. Domingos de Souza Coutinho e, quando este foi destituído de seu cargo, o *Investigador* adotou o posicionamento político de seus redatores. Com o fim do *Investigador*, em 1819, Liberato Freire fundou em Lisboa o *Campeão Português*, que continuou rivalizando com o *Correio* de Hipólito e teve grande aceitação durante a Revolução do Porto. É interessante notar que vários dos redatores do *Investigador* também eram maçons. Dr. Nolasco, em 1809, chegou a ser preso pela Inquisição pelo crime de ser maçom, e Liberato Freire fez uma carreira dentro da Maçonaria, na qual assumiu em 1804 o posto de Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano. Em 1834, foi dirigente interino da Maçonaria do Sul, uma dissidência do Grande Oriente Lusitano [292].

Mecenas Dourado também destaca outras testemunhas contemporâneas, "como o Barão d`Eben", e diz que:

> (...) em 1810, informa que o jornal era largamente lido em Londres por todo português que aí morava, ou que vinha a negócios, e que os comerciantes ingleses, que tinham correspondentes no Brasil e em Portugal, assinavam o periódico para enviá-lo como presente a seus amigos [293].

Carlos Rizzini aponta outros registros da difusão do *Correio* em Portugal e no Brasil. Segundo o mesmo, em "1813 – anotou Luccock – circulavam largamente o

[289] DOURADO, 1957, pp. 296-297.
[290] Ibidem, p. 317
[291] Ibidem, p. 322.
[292] Ver o site oficial do Grande Oriente Lusitano: http://www.gremiolusitano.eu
[293] DOURADO, *Op. Cit.*, p. 268.

Braziliense e o *Patriota*, difundindo entre o povo melhores conhecimentos sobre ele e o mundo" [294]. Continua Rizzini:

> Em 1817, Tonellare viu números do mensário na Biblioteca da Bahia e por isso elogiou a tolerância do Governo.[295]Segunda carta do Pe. Gonçalo Mororó, apareciam exemplares do *Correio* e do *Portuguez* por Campo Maior no Ceará.[296] Um contemporâneo atribuiu o motim fluminense de 26 de fevereiro "à caixeirada que se nutre com a leitura dos folhetos de Londres"[297].

Muitos periódicos apareceram para confrontar o *Correio*, porém Hipólito resistiu a todos eles e manteve sua distinção na vida pública. Porém, existiram periódicos que exaltaram o *Correio*. No contexto lusitano na Inglaterra, emergiram dois jornais de um mesmo redator, que veio, em muitas ocasiões, concordar e apoiar Hipólito. O redator foi outro médico, o Dr. João Bernardo da Rocha, "bacharel pela Universidade de Coimbra, o qual chegara a Londres em princípios de 1813".[298] Dr. Bernardo, em 1813, primeiramente redigiu o *Espelho* com edição semanal, destinado ao público português que residia em Londres, mas que, no ano seguinte, em 1814, foi transformado no mensário *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*. As obras de Dr. Bernardo eram tidas como protegidas de Hipólito, e o mesmo *Correio* noticiou o início de suas publicações [299]. Porém, o *Português* foi tido como politicamente radical e talvez o mais sedicioso periódico lusitano, o que causou certo distanciamento de Hipólito, por não concordar com a opção política do jornal. Em dezembro de 1821, o *Português* encerrou suas publicações, "com o volume XXIII" [300]. Na edição anterior ao fechamento do jornal, Dr. Bernardo prestou reverência ao Correio Brasiliense.

> Relembrando a morte do investigador e do Campeão e a iminente do Português, diz: ... Só o Correio Brasiliense que os viu nascer, e até se pode dizer que foi seu pai, está gozando perfeita saúde, e promete durar longos anos. Bem se pode comparar o Correio Brasiliense a um pai, que em sua vida, como Luís XIV, vê o fim dos muitos filhos que gerou. Deus lhe conserve amparado para que possa advogar a causa da verdadeira liberdade [301].

---

[294] LUCCOCK, apud, RIZZINI, 1957p. 29.
[295] Notas dominicais, in. Ver. Inst. Hist. Bahia. XVI, 83, *Apud* RIZZINI, *OP. CIT* p. 29.
[296] Inst. Hist. Ceará, t. esp. 1924, p. 568, *Apud*, RIZZINI, *OP. CIT.*, p. 29.
[297] FUNCHAL, *Apud*, RIZZINI, *OP. CIT.*, p. 29.
[298] DOURADO, 1957, p.349.
[299] Ibidem.
[300] Ibidem, p.357.
[301] ROCHA, *Apud*, DOURADO, *OP. CIT.*, p. 357.

4. O livre pensamento de Hipólito e a guerra na opinião pública

A liberdade de imprensa foi um das propostas inovadoras que Hipólito da Costa fez com o *Correio Braziliense* para o mundo luso-brasileiro. Após conhecer nações onde a prática da liberdade de imprensa era permitida pelos governos, tais como Estados Unidos e Inglaterra, Hipólito levou essa discussão também para o mundo luso-brasileiro, mesmo que de forma clandestina. A clandestinidade do *Correio* foi um trunfo para Hipólito, pois, assim, infiltrava o jornal nas terras do Brasil e de Portugal sem passar pela censura oficial. De toda forma, a lógica nos permite afirmar que um jornal que se propunha a atacar o tradicional governo português não passaria pela censura. O periódico era, então, embarcado nos navios ingleses, e o jornal chegava às terras de destino. Por sua vez, o governo português pouco ou nada podia fazer a respeito para impedir essa prática.

Um das frases mais emblemáticas dessa percepção de Hipólito sobre a liberdade de impressa diz: “A discussão livre fará sempre sucumbir o erro”.[302] Para seu ponto de vista, mergulhado no pensamento ilustrado de sua época, a discussão livre era o meio pelo qual se favorecia a razão. Assim, os melhores argumentos venceriam, e não o peso da autoridade governamental, ou dos nomes atrás das propostas. Para Hipólito, a opinião pública era o meio de melhoria do governo, com o qual poderiam se erradicar os vícios e a corrupção. Nesse sentido, afirma:

> Se em governos livres, aonde cada indivíduo pode, sem perigo, expressar as suas opiniões é útil o discutir pela imprensa as questões de público interesse, esta medida vem a ser de suma necessidade em países onde particulares têm dificuldade para expressar seus sentimentos, manifestar suas necessidades, ou declarar os vexames que lhes fazem [303].

Assim, em 1810, Hipólito lança a defesa de seu ofício, assim como também expõe uma das principais linhas de seu pensamento, no que toca à opinião pública. Segundo ele: “Quando uma nação louva e aprova tudo quanto fazem os ministros públicos está chegando ao ponto de depravação, em que não pode esperar mais do que a sua ruína”[304]. Alinhada na defesa de seu oficio, Hipólito também defende sua própria ação e afirma: “a nação que não possui indivíduos capazes de arriscar-se pelo bem da pátria está

[302] COSTA, 2001, Volume XXV, p. 570.
[303] Idem, Volume XIX, p. 206.
[304] Idem, Volume IV, p. 313.

corrompida e finalmente arruinada"[305]. Essa frase, repleta da retórica do patriotismo, demonstra também a construção de sentidos para sua tarefa. O patriotismo com Hipólito, antes de ser uma tendência romântica do nacionalismo, era o reflexo de uma vida imersa na Maçonaria, no qual a valorização da pátria foi proposta com uma virtude a ser praticada.

Essa linha de pensamento em que se juntam a opinião pública e o patriotismo já havia sido praticada anteriormente por Hipólito. E nela Hipólito insistiria, pois essa afirmação contava com legitimação de sua experiência própria, o que dava o louvor, além de prover a defesa de sua opinião. Nesse sentido, ele afirma:

> Todo individuo particular que se esforça, pelos meios que tem ao seu alcance para ilustrar e instruir seus compatriotas, nas verdadeiras ideias de governo e das formas que mais podem contribuir para a felicidade pública, faz um bem real à sua nação, porque são essas medidas outros tantos passos para os melhoramentos que se desejam introduzir [306].

O livre pensamento de Hipólito agradou a tantos, porém desagradou a muitos. Várias reações aconteceram a fim de atacar o Correio e Hipólito. Nos ataques nos quais a ofensa pessoal e o embate político se confundiam, ele muitas vezes veio a ser chamado de jacobino e revolucionário, termos esses associados muitas vezes aos maçons. Nesse sentido, Hipólito tece sua defesa e afirma sua posição, de forma bem distinta:

> Quando nós narramos circunstâncias existentes pelas quais se desacredita a administração do Brasil, também os do partido do governo nos acusam de fomentar revoluções. Esta é a sorte de todos os escritores moderados: serem atacados por ambos extremos; **mas quando narramos os fatos, nem pomos rei, nem tiramos rei; só mostramos qual é a opinião pública e quais são as fatais consequências que se deve esperar seja da parte dos que governam, seja da parta dos que intentam inovações de querer ir contra a torrente da opinião pública** [307].

Hipólito considerava a si próprio como um moderado. Seus pensamentos eram embasados na percepção das reformas. Ele sempre se pensava como um progressista, pois enxergava, nos males da administração pública, a oportunidade de melhoramento do governo.

De seus inimigos, contra os quais disputava a opinião pública, Hipólito destaca dois periódicos que eram impressos em Londres e Lisboa, eram eles o *Investigador*, do

---

[305] COSTA, 2001, Volume IV, p. 314.
[306] Idem, Volume XXIII, p. 52.
[307] Idem, Volume XXIII, p. 279.

Dr. Nolasco e o *Espectador,* do Pe. Agostinho. A eles Hipólito, em 1816, dedicou um artigo muito esclarecedor, não apenas por rebater as críticas e mostrar o combate público, mas principalmente por demonstrar a consciência moral de seu papel como elaborador da opinião pública. Seu artigo começa carregado de ironia, tal como utilizou constantemente para contra argumentar contra seus oponentes. Esse seu traço estilístico, cabe destacar, constitui, em seu discurso, uma ferramenta para ridicularizar as obras opostas ao *Correio*. Assim:

> O investigador, e o Espectador.
>
> Estes dois campeões do sistema de corrupção, estes dois formidáveis oponentes do Correio Braziliense, aparecem de novo em campo com todo o ar de triunfo; cantando vitória, antes de verem o fim da peleja. Hesitamos sobre qual deles deveria ter preferência, na nossa resposta, pois ambos são igualmente dignos do caráter que o público lhes atribui. Um escreve em Londres outro em Lisboa, mas ambos convém em sentimentos, ambos entretém as mesmas ideias, **e ambos estão persuadidos da necessidade de combater e derrotar as perniciosas opiniões do Pedreiro-livre, do Jacobino Correio Braziliense. Virtuosa empresa, a destes religiosos patriotas** [308].

Consciente do poder que a opinião pública exercia sobre a nação, sobre o governo e sobre as multidões, Hipólito continuou a defender o seu ofício e fez uma exposição muito interessante sobre esses mesmos temas. Aqui, destacaremos o ponto central de seu discurso que expõe uma reflexão de sua própria função como redator que trabalha com a opinião pública:

> Sem atentar a esta todos os esforços são vãos, porque a força está de parte da multidão, **e esta força tanto moral quanto física é dirigida pela opinião; sem mudar esta opinião não há poder do mundo que induza mudança no governo das nações**; e neste escolho têm esbarrado todos os governantes e todos os sediciosos, que se têm lisonjeado de estabelecer sistemas políticos não análogos aos sentimentos dos povos, seja para melhor seja para pior [309].

A consciência política de Hipólito, assim como também sua clareza de seu dever, permitiu que ele observasse bem sua própria função pública. Sua linha de pensamento era coerente com sua formação ilustrada. Ele sempre procurou manter a razão como filtro político. Hipólito, num exercício crítico de sua função pública, refletiu sobre o dever da opinião pública e sobre o dever desempenhado pelos escritores públicos. Assim, ele argumentou:

---

[308] COSTA, 2001, Volume XVII, p. 472.
[309] Idem, Volume XXIII, p. 279.

> As medidas de um governo não são boas ou mas, porque sejam ou deixem de ser populares. Bem popular foi em Portugal a perseguição contra os judeus, mas porque aqueles horrores eram convenientes aos frades e ex-frades, que lhes procuravam a popularidade nem por isso se segue que tal perseguição fosse justa, ou política.
> Se infelizmente a torrente popular vai contra alguma medida justa, ou política, do governo, é o dever dos escritores público guiar a opinião pública, e nunca favorecer os erros ou prejuízos da nação, e alegar com eles para fazer desviar o governo de seus bons propósitos. **O governo tem a obrigação de promover o bem público, mas não o de fomentar e seguir a falsa opinião do povo. Os demagogos e os revolucionários são que lisonjeiam em todos os casos os prejuízos e a opinião do público, para tirarem disso partido, pescando nas águas turvas.** Promover o bem público e fomentar os prejuízos do povo são coisas mui diferentes[310].

Essa exposição de Hipólito condensa os princípios da Maçonaria segundo a sua ótica. Em seu discurso, ele separa a política do Governo, a moral do Estado. Seu ponto de vista moral ergue-se para além da fronteira da bondade e da maldade à medida que se considera justo. A proposta de combate contra as medidas populares incorretas, porém estimuladas pelo Estado, criou um paradoxo lógico pelo qual a moral política subjuga o próprio governo. A separação das ações populares decorrentes de uma política demagógica criou um aprofundamento na interpretação do conceito de política, uma vez que, em seu discurso, Hipólito separou a política em si da ação do Estado, isto é, a política moralmente autêntica da ação governamental injusta. A política em si, devendo ser justa, carrega uma ação moralmente aceita que, por sua vez, é conduzida pela opinião pública. Nesse sentido, Hipólito dissocia sua interpretação de Política de seu conceito de Estado. A opinião pública seria, assim, a responsável para estabelecimento do julgamento moral do próprio Estado. Por isto, a opinião pública é um mecanismo de excelência em defesa de uma posição política, que quanto mais racional, mais legítima. A opinião pública deveria estabelecer o foco da razão civil como referência para o julgamento filosófico, e buscava, em sua função ontológica, controlar a própria política.

A retórica de Hipólito seguiu uma tendência na qual vários valores da ilustração e da Maçonaria se entrelaçam e se complementam. Para ele, a opinião pública, conduzida pelos escritores, era um mecanismo eficaz de guiar as massas em razão da justiça. O dever do escritor era zelar pelo melhoramento da nação, ou seja, utilizar da crítica filosófica, e cumprir, assim, seu papel de cidadão e de patriota. No fundo desse argumento utilizado por Hipólito, também percebemos uma diretriz bem cara aos maçons: a filantropia. Neste sentido, a filantropia seria o valor imbuído na escrita do

---

[310] COSTA, 2001, Volume XVII, pp. 472-485.

Correio Braziliense e, por meio dele, Hipólito tentou conduzir e formar a opinião pública para levar aos seus concidadãos a ideia da justiça moral, num esforço para contribuir com o progresso da pátria. O progresso defendido por ele tem uma relação direta com a concepção maçônica do homem: o homem não está pronto, na verdade ele tem que passar por um polimento moral, pelo qual deve renunciar aos vícios do mundo e desenvolver as virtudes, isto é, "abrandar e humanizar o coração". Em uma escala maior, Hipólito aplicava esse princípio à sociedade, aliando-lhe a ideia do progresso, ou do melhoramento, que deveria ser aplicada por paulatinas reformas político-administrativas. Assim, seu discurso imbricava os valores ilustrados com os maçônicos, sob a roupagem moral do patriotismo, como se observa, em sua primeira linha do *Correio*, conforme já mostramos: "O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela".

5. A elevação social da Maçonaria: nobres e príncipes na Sociedade dos Pedreiros Livres

A relação de amizade entre Augustus Frederick e Hipólito da Costa nos permite inferir que Hipólito frequentava a alta sociedade inglesa e que tinha acesso à Corte britânica, o mais alto nível daquela sociedade. Tal relação foi decisiva para que fosse convidado a ser o cônsul do Brasil na Inglaterra[311]. A amizade entre os dois homens foi estimulada pela fraternidade maçônica. Este vínculo foi o que permitiu o acolhimento de Hipólito na sociedade inglesa, sob a proteção do Duque, e não raro com acesso à própria Corte.

Num dos seus raros discursos no *Correio Braziliense* sobre a sociabilidade inglesa, Hipólito une as informações necessárias para uma análise reflexiva, em um momento oportuno, que mostra a Maçonaria como espaço de sociabilidade, estimulada pelo aspecto da fraternidade. O artigo "Festividades dos Framassoens em Obséquio de Lord Moria" descreve uma festa maçônica da qual Hipólito participou e que tinha como convidados presentes todos os príncipes britânicos, além de outros vários nobres. Este artigo contribuiu para formar uma propaganda positiva da Maçonaria. Num mesmo espaço, numa narrativa testemunhada pelo próprio autor, Hipólito descreveu uma reunião do que seria a alta sociedade londrina. Num país de maior tolerância religiosa,

[311] Hipólito não chegou a assumir o posto, visto que veio falecer antes do reconhecimento oficial.

como a Inglaterra, ser maçom era também um traço para ascensão social e, de forma implícita, Hipólito demonstra este aspecto da propaganda maçônica. A festa maçônica foi um jantar oferecido ao nobre britânico, o Conde de Moria. Nela, encontramos elementos sofisticados, tais como orquestras, discursos etc, elementos de vida cultural intensa que, numa dimensão social maior, relacionava o princípio de cortesia ao ideal de civilização.

A festa tinha como intuito parabenizar publicamente o Conde de Moria, por seus 25 anos de serviço à Maçonaria. O Conde de Moria, Sir Francis Rawdon, foi um homem público britânico que se destacou na carreira e militar. Nascido na Irlanda, ele atuou em várias partes do império britânico. Teve destaque em sua carreira militar na luta contra os revolucionários norte-americanos durante a guerra da Independência, onde defendeu os interesses britânicos. Também comandou tropas britânicas contra os contingentes revolucionárias franceses, durante a Revolução Francesa. Entre os anos de 1806 e 1808 foi Grão Mestre da Maçonaria Inglesa. No momento das comemorações, descrito no artigo de Hipólito, o Conde havia assumido o cargo de Governador Geral na Índia britânica, cuja boa administração lhe rendeu, anos mais tarde, o título de Marques de Hastings. Sir Francis Rawdon foi amigo íntimo de príncipe real, o Duque de York.

Na particularidade da festa maçônica pública em homenagem a Lord Moria, Hipólito destaca um presente especial que o Conde recebeu de seus irmãos ingleses, que era "uma rica jóia, composta de brilhantes, e representando emblemas maçônicos". Na festa, segundo Hipólito:

> O Duque de Sussex, como deputado Grão Mestre tomou a cadeira da presidência, e estava acompanhado por Suas Altezas Reais o Duque de York, o Duque de Cumberland, Duque de Gluceste, o Embaixador Sueco, que vai para America, Mr. De Kantzow, os Grão-Oficiais da Grande Loja, e um ajuntamento de maçons de perto de 600 pessoas, que são as que podiam acomodar para jantar sem constrangimento naquela magnífica sala [312].

Nesse relato, percebemos um ajuntamento da elite social da Inglaterra em torno da Maçonaria, que reunia ilustrados, nobres, ricos comerciantes, oficiais do governo, grandes militares e estrangeiros, todos eles presentes de forma independente do credo religioso, ou do segmento social e político. Neste evento específico, os herdeiros diretos do trono britânico tinham participação central. Todos esses sujeitos estavam reunidos pelo segredo relativo aos trabalhos maçônicos. Aqui, percebemos o poder de nivelamento social da Maçonaria, o que permitiu o funcionamento da Igualdade, um dos

---

[312] COSTA, 2001, Volume X, p. 99.

pontos centrais do segredo. Esta singular reunião só foi possível dentro de uma instituição com sua própria legislação, onde a virtude ocupava o poder central. Neste sentido podemos afirmar que a moral foi o elemento de persuasão do próprio segredo maçônico.

No mesmo artigo, Hipólito continuou descrevendo o evento. Afirmou que o arranjo da festa foi tal, que permitia o uso da função pública da Maçonaria, ou seja, que um público não iniciado na Maçonaria também esteve presente. Segundo o autor: "e isto com o fim de admitir a presença de Senhoras, e grande número de belezas entre as quais se achava a mesma Condessa de Moira". [313] Essa passagem nos traz a reflexão sobre o caráter excludente da Maçonaria em relação às mulheres, visto que elas não podiam ser iniciadas na sociedade [314]. O segredo, neste sentido, carregava a função de rejeição do mundo externo. Não apenas as mulheres eram excluídas da Maçonaria, mas todos aqueles que não eram iniciados. Assim, percebemos as duas funções sociais básicas do segredo: a proteção e a exclusão.

Hipólito segue a narrativa do evento e afirma que, durante o jantar, ocorreu a apresentação da "famosa orquestra do Duque de Kent", juntamente com "os melhores cantores". Nesta afirmação de Hipólito, percebemos uma tendência de época. A sociabilidade maçônica, assim como as demais formas de sociabilidade à época da Ilustração, carregava o gosto pela arte, pela música e pela literatura, marca tão característica do período das Luzes. Foi justamente o apreço pelas artes que incentivou a união do mundo civil. Um traço relevante desta passagem do *Correio* é que demonstra uma situação de transição, onde está presente uma aristocracia culta e também uma burguesia intelectual. Aqui, vemos o ponto de encontro entre estas classes sociais distintas, mas que se uniam pela admiração artística. Para Habermas, é justamente este traço da "aristocracia elegante" que a burguesia assimilou.

Assim, depois do jantar, Hipólito continua:

> deram-se brindes segundo o costume, e S.A.R. o Duque de Sussex propôs os seguintes "El Rey – O Príncipe Regente – O Duque de York e o Exercito, - o Duque de Clarence e a Armada – Os Duques de Kent, de Cumberland, e de Gloucester" e os três primeiros desta ilustres personagem deram os agradecimentos em apropriadas falas.

Na festa, o Duque de Sussex, ao propor a saúde do Conde de Moira, fez um resumo dos serviços do Conde na qualidade de soldado. Porém, o autor enfatizou que

---

[313] COSTA, 2001, Volume X, p. 99.

[314] Existem várias exceções, como o caso mais conhecido da Madame Blavatsky, que, já no final do século XIX, influenciou profundamente na compreensão da questão esotérica maçônica.

ainda não fora feito na qualidade de maçom: "porque isso ficava reservado para a fraternidade somente, depois que as visitas se retirassem". Seguindo o pronunciamento de Duque, o Conde de Moira falou ao público e agradeceu à saúde "em uma fala eloquentíssima". Segundo Hipólito, neste discurso do Conde Moira ficou demonstrada:

> (...) a influencia dos princípios da Maçonaria, em abrandar e humanizar o coração, nomeou os Reais Duques, que se achavam presentes como exemplos viventes da benignidade, sensível interesse, e amor fraternal, que a Maçonaria inculca, e já mais deixa de inspirar nos homens honrados, e sensíveis. O que o Duque Real fora servido atribuir-lhe era somente uma emanação destes princípios, que se originam nesta tão boa instituição. O maior favor, e aquele porque se sentia mais obrigado ao Príncipe, de todos quantos dele tinha recebido, era o tê-lo nomeado para este encargo em que tinha servido por vinte e um anos, nesta instituição, cujos preceitos tinha gravados em seu coração, porém que tinha recebido de tantos homens virtuosos, expressões de afeição de confiança, estima e aprovação, que faziam mais afeiçoado aos deveres que tinha de preencher, e a expressão manifestado no dia de hoje, quando ele era chamado para exercitar outros deveres na outra parte do mundo, era em sua estimação a maior honra que se lhe podia conferir, ou ele receber. A lembrança dela só acabará com o ultimo suspiro de sua alma [315].

Hipólito segue sua narrativa e diz que, depois disso, "retiraram-se as senhoras para um esplêndido refresco, que lhes estava preparado em outra sala". Ele continua a narrativa, já agora na particularidade do segredo maçom, rompendo com o costumeiro silêncio frente às questões internas da ordem, e diz que o Conde foi presenteado com "a magnífica joia que lhe estava destinada, fazendo o Duque de Sussex, ao seu nobre irmão, a mais brilhante e impressiva oração Maçônica, que se pode considerar, em que capitulou os sérvios do Conde à Ordem". E segue Hipólito cumprindo seu juramento à ordem maçônica: "Sobre isto, porém e o mais que se passou na loja, o silêncio é o único dever" [316].

Alguns pontos deste relato nos permitem aprofundar nosso olhar sobre as práticas maçônicas durante as primeiras décadas do século XIX, como também observar como elementos aparentemente antagônicos se comportam com harmonia na instituição maçônica. Primeiramente, a Maçonaria funcionou como centro de união de diversas camadas sociais. Porém salta aos olhos como o status social colaborava para a união. Era inerente o status ou o prestígio social à instituição, uma vez que um cidadão comum poderia estar com contato direto com os príncipes britânicos devido à sociabilidade, tal como ocorreu com o próprio Hipólito. O status era condizente com a união da sociedade

---

[315] COSTA, 2001, Volume X, p. 100.
[316] Idem, p.101.

civil em uma esfera que atingia a camada social elitizada, mesmo que ela não fosse exclusivamente da elite, mesmo que a condição financeira fosse observada para o ingresso nas lojas, condição que mudava de loja para loja, nas lojas eram praticadas certas taxas. Chamadas de joias (que visavam à manutenção e ao amparo da filantropia), que permitiam que segmentos intermediários, isto é, pequenos comerciantes, militares, funcionários públicos e profissionais liberais adentrassem as lojas, e não exclusivamente os ricos.

Uma segunda percepção imediata que temos sobre as práticas maçônicas deste período é a relação aparentemente antagônica entre o público e o segredo, abordagens estas tão bem trabalhadas pelo autor. Se, por um lado, a existência da Maçonaria é pública e de conhecimento de todos, por outro lado, as resoluções internas da instituição são restritas aos maçons. Os edifícios que abrigavam as lojas maçônicas sustentavam de forma aberta e pública os símbolos da ordem, em especial o compasso e o esquadro. Nos cemitérios, as lápides eram também ornamentadas com estes símbolos maçônicos. A Maçonaria aparecia em livros e revistas, e era de conhecimento público o nome de alguns maçons notáveis, como os príncipes herdeiros, os Grão-Mestres, dentre outros. O silêncio era guardado para as questões específicas do funcionamento das lojas, isto é, quem era admitido, quem era recusado, os trabalhos de filantropia, o socorro de algum irmão necessitado, os jantares e as confraternizações, como na festa noticiada por Hipólito. O silêncio também era utilizado na interpretação dos símbolos maçons, contidos nos graus filosóficos e até mesmo na composição iconológica das lojas.

No relato de Hipólito sobre a festividade, cabe destacar que a loja maçônica em questão não era uma loja qualquer, mas sim a principal do mundo, ou, a Grande Loja Inglesa. Essa foi a loja mãe das instituições maçônicas, em âmbito não apenas inglês, como também de abrangência mundial. A ela, todas as lojas regulares deviam reverência, devido principalmente ao seu peso simbólico. A relação entre público e segredo referente ao funcionamento da loja fica evidente na exposição de Hipólito. Mesmo as mulheres dos maçons não poderiam participar da reunião regular da loja, mas poderiam estar presentes nos jantares da Maçonaria, tal como participaram nesta ocasião.

Outra questão de muita importância apresentada nas transcrições que Hipólito fez dos discursos realizados na festividade de Lord Moria foi a observação dos valores maçônicos, ou o esoterismo moral. Das virtudes cultuadas pela tradição maçônica, ficou clara a observação geral de "abrandar o coração do homem", o que também é chamado

simbolicamente de “polimento da pedra bruta”, em outras palavras é a Arte Real. Percebemos no discurso maçônico a preocupação de um constante melhoramento do homem que se supre no segredo, ou seja, o cumprimento da Arte Real. Para Hipólito, tal princípio se coaduna com os sentidos, em escala maior, do melhoramento social e do progresso. Para os maçons, de todas as práticas que um maçom pode desenvolver com o intuito de favorecer o mundo, a Filantropia é a mais evidente. A nosso ver, a publicação do próprio *Correio* colabora com essa visão muito específica que os maçons desenvolveram, no que toca ao polimento do homem, sua busca pela melhoria interna e o progresso social, via a filantropia.

Um último aspecto a ser observado neste artigo de Hipólito é o caráter místico da própria Maçonaria. O mistério, que a princípio está vinculado ao segredo maçom, possui também um caráter religioso pois, como foi relatado pelo autor, foi conduzida uma oração maçônica, e não qualquer uma, mas sim “a mais brilhante e impressiva oração”. Novamente, percebemos o segredo e sua atuação em uma dimensão específica dos maçons. O segredo era a prática do esoterismo moral em si. Seu princípio místico era incorporado no cotidiano do maçom. O maçom, em observação ao segredo, deveria abrandar seu próprio coração, isto é, dominar suas paixões. No entanto, o elemento místico era também o elemento moral. O maçom, na prática da Arte Real, deveria transpor essa atitude para o mundo exterior, para a sociedade que o cerca. O aprimoramento moral do maçom não deveria ser apenas nele próprio, mas também deveria recair na sociedade da qual participa. Assim, seu esoterismo era a interpretação virtuosa do mundo. Isto, segundo a Maçonaria, era aplicado ao mundo subjetivo da própria consciência do maçom, desdobrando-se no mundo particular, no próprio lar e, por fim, num nível maior, alcançava a própria sociedade. Era a apropriação de uma visão integral da própria virtude.

6. *Os mais Secretos Arcanos*: a defesa da Maçonaria, sua relação com a monarquia e o temor de ataque contra o *Altar e Trono*

Hipólito, ao longo de seu extenso trabalho do *Correio Braziliense*, sempre deixou clara a defesa da Maçonaria. Na maior parte das citações diretas que ele fez à sociedade maçônica, manteve-se discreto. Além do artigo singular “Festividades dos Framassoens em obséquio de Lord Moria”, Hipólito dedicou aos maçons outros quatro artigos. Essas quatro análises foram a resposta dada a um folheto que circulou em Lisboa degradando

a Maçonaria. A resposta aconteceu de forma dividida, em números distintos do jornal e em anos separados. Porém, nesse conjunto de artigos, vemos que foi a exposição mais ampla que Hipólito fez da Maçonaria, momento no qual ele enfrenta certos preconceitos e defende, com energia, a Maçonaria frente ao ataque na opinião pública, principalmente a que vinha da intolerância de certos setores portugueses.

Os artigos em questão são todos nomeados da mesma forma: "Análise do folheto intitulado – os pedreiros livres e Iluminados, que mais propriamente deveriam denominar os tenebrosos, de cujas seitas se têm formado a pestilencial Irmandade, a que hoje se chama jacobinismo, Lisboa 1809". Os artigos de Hipólito contra este folheto foram apresentados na seguinte ordem: o primeiro, no *Correio Braziliense* de agosto de 1809, na seção Literatura e Ciências, que ocupou as páginas 141 a 149 e prometeu continuar. O segundo, no mês seguinte, em setembro de 1809, também na seção de Literatura e Ciências, ocupando as páginas 269 a 276, e que finalizou o primeiro ciclo de artigos. O terceiro artigo foi composto em maio de 1812, quase três anos depois, já na seção Miscelânea, e preencheu as páginas 635 a 647, prometendo também a continuação. O quarto e último artigo foi publicado no mês seguinte, em junho de 1812, e ocupou as páginas 733 a 745[317] e com ele tiveram fim as análises de Hipólito sobre o determinado folheto.

No primeiro artigo, Hipólito tece uma ácida crítica contra o autor anônimo dos panfletos e generaliza sua crítica ao âmbito da sociedade portuguesa, ao atestar "a falta de ideia que está a nação".[318] No início do artigo, Hipólito julga o autor do panfleto incapaz de se pronunciar publicamente sobre a Maçonaria, considerando que ele não assina o panfleto e se mantém oculto. Para nós, isso gera uma incerteza de quem é o referido autor, uma vez que Hipólito afirma que o "o opúsculo remetido à Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, o que contudo não podemos afiançar".[319] Já o pesquisador Carlos Rizzini afirma que o autor dos panfletos foi o padre Agostinho de Macedo[320] que, por muito tempo, foi um inimigo público de Hipólito e, também, opositor declarado da Maçonaria. Como veremos nas páginas que se seguem, o autor do panfleto, segundo Hipólito, não detinha conhecimento da organização ou dos princípios da Maçonaria, característica esta que havia sido demonstrada pelo padre. Assim, mesmo

---

[317] As referidas contagens se dão à edição Fac-similiar referentes aos Volumes III, e VIII.
[318] COSTA, 2001, Volume III, p. 141.
[319] Idem, Volume VIII, p. 635.
[320] RIZZINI, 1957, p. 33.

não podendo comprovar a autoria do panfleto, temos uma inclinação a aceitar a hipótese de que Agostinho de Macedo seja o autor do folheto.

Hipólito continua o artigo aprofundando a ridicularização do autor anônimo e diz que ele, "sem saber ao menos o que há público sobre os framaçons, tanto a favor, como contra"[321]. Essa estratégia retórica em seu discurso contribui para esvaziar o crédito do panfleto. Continuando esse argumento muito persuasivo, Hipólito diz: "lembrarei os autores mais notáveis que tem falado contra a Maçonaria, para que tenha materiais com que dizer alguma coisa consequente, se quiser continuar escrever". E, como veremos a diante, de fato, ele o faz.

Nessa abordagem, na qual percebemos nitidamente uma guerra de opinião pública, em que cada qual defende sua noção de moral e de sociedade, o uso da razão e da erudição foi determinante para a persuasão do público. Em Portugal, havia uma confusão, estabelecida pela censura oficial, entre os sentidos de maçom, libertino e jacobino. Para a censura oficial e as instituições que visavam regulamentar a moral da sociedade, dentre elas a Inquisição, estes três termos tinha significação muito próximos. O primeiro passo para Hipólito rebater o panfleto foi demonstrar a falta de conhecimento do autor, uma estratégia eficaz para desqualificar o panfleto e também, para se autolegitimar, uma vez que Hipólito demonstra dominar o tema da Maçonaria.

A retórica de Hipólito, no *Correio Braziliense,* ao rebater o folheto, nos permite observar vários aspectos da Maçonaria. Em uma exposição pioneira, o autor leva o conhecimento panorâmico da Maçonaria, expondo os traços gerais de organização e dos valores que foram disseminados pelos Pedreiros Livres. De forma rápida, ele toca no princípio geral da Maçonaria: mística. Ao citar o folheto, Hipólito afirma que o panfleto em questão é formado por uma apresentação do pensamento de seu autor e:

> Divide depois a obra em duas partes; a primeira desenvolve, ao seu modo de pensar, **os mais secretos arcanos da sociedade dos pedreiros-livres**, a segunda dá a saber ao Mundo o que é a intricada seita dos Iluminados [322].

Essa passagem em questão é intrigante, pois observamos Hipólito, ao mesmo tempo, admitindo os "secretos arcanos" e desqualificando aquilo que foi exposto pelo autor do folheto. De fato, essa visão mística dos maçons, na qual o segredo existe imbuído nos arcanos, constitui o ponto chave da acusação de heresia aos maçons pela

---

[321] COSTA, 2001, Volume III, p.141.
[322] Ibidem, p. 142.

Inquisição. Os arcanos, aquilo que não é falado ou escrito pelos maçons, é uma interpretação mística do mundo, a qual, segundo o discurso maçônico, permite que os pedreiros-livres tenham um conhecimento mais apurado da natureza do homem, chave essa essencial para o culto das virtudes que, segundo as palavras de Hipólito, permitiu "abrandar o coração". Nesse sentido, o segredo foi o elemento chave da organização maçônica. No primeiro capítulo observamos como Koselleck analisou a relação do segredo com a Maçonaria num nível essencial, quando afirma que o "silêncio" e o "segredo" eram obrigatórios para os maçons a ponto de "determinarem a natureza da sua sociedade" [323].

Logicamente, essa interpretação singular dos maçons é discrepante com a doutrina católica. Nesse contexto, de forma sutil, há uma disputa pela razão religiosa. O ponto esotérico é a questão chave do entendimento da Maçonaria. Uma vez que os maçons adotaram o esoterismo como prática moral e religiosa, eles dispensaram a proposta básica das demais religiões, não apenas a católica, mas qualquer religião cristã. O esoterismo vem do princípio que a divindade manifesta-se dentro do próprio homem, já as religiões mundanas afirmam que a divindade está fora do homem, no paraíso.

Hipólito segue o artigo alternando transcrições do panfleto com sua análise crítica sobre o mesmo. Na sequência, ele aborda um ponto chave do panfleto, a relação estabelecida entre a Maçonaria e os ataques contra o "Altar e o Trono". Para o autor do panfleto, a Maçonaria seria a causa das revoluções naquele período, que estava cada vez mais tirando os monarcas do poder e diminuindo a obediência religiosa. Para o autor do panfleto, ainda a Maçonaria reunia as "piores" mentes da época, os Iluminados, e concentrava em suas lojas os filósofos Montesquieu, Voltaire e Rosseau. Historicamente, a afirmação do autor anônimo não pode ser comprovada, mas algumas tradições orais na Maçonaria admitem a iniciação deles em lojas maçônicas.

A relação dos princípios de organização da Maçonaria não é antagônica à monarquia ou à religião. O segredo maçônico criou uma separação entre moral, política e religião. A Maçonaria, como instituição, abomina a política, o que deixa claro até mesmo em sua constituição. Assim, a Maçonaria teria um posicionamento apolítico na sociedade, uma vez que ela se retira do poder político. No entanto, sobressai o princípio da virtude, que seria a única subordinação do maçom, o que estabelece a ação política indireta.[324] Neste sentido, o segredo influencia a atitude dos maçons perante a

[323] KOSSELECK, 1999, p. 63.
[324] Ibidem, p. 75.

sociedade, mas não na tomada de decisão política via um partido, ou uma facção. O segredo permitiu ao maçom agir moralmente, ele poderia apoiar ou não uma reivindicação social, uma revolta, ou até mesmo uma revolução. Segundo Koselleck, as lojas eram obrigadas até mesmo a dar refúgio ao revolucionário moralmente íntegro, mesmo que não pudessem participar da revolução [325]. Assim, a Maçonaria carregava duas funções: *ela era diretamente apolítica e indiretamente política*.

A relação da Maçonaria com a religião é mais complexa, pois envolve uma disputa de doutrinas espirituais. A Maçonaria não condena qualquer religião, e tão pouco estimula qualquer uma. Como vimos no segundo capítulo, as primeiras lojas em Portugal agremiavam pessoas de um mesmo credo, ou eram protestantes ou católicos e, só depois de décadas, passaram a existir lojas que uniam pessoas de várias religiões. Para isto, a tolerância religiosa foi orientação preciosa, visto que a persuasão moral visava a inibir as discrepâncias religiosas que dividiam o mundo. Porém, os maçons participavam do segredo, uma ação mística que superava a própria religião. Uma vez que são esotéricos, os maçons partem do princípio da crença em Deus, o que configura um pré-requisito para a iniciação no segredo. A questão é que o esoterismo é uma religião interna, do próprio homem para com ele mesmo, e isso dispensa um intermediário para com a divindade. Este aspecto permitiria, segundo o discurso da Maçonaria, que o maçom fosse ao mesmo tempo seu próprio sacerdote e sua própria Igreja. Ainda sob o ponto de vista religioso, a moral e a virtude configurariam seu esoterismo. Isto é, segundo Koselleck, o esoterismo moral, segundo a alegoria maçônica, poliria sua pedra bruta [326].

Hipólito destaca uma passagem escrita por autor anônimo, em que demonstra a leitura do livro *O Espírito das Leis* de Montesquieu, dando ênfase à “preferência ao Governo representativo, etc.” Interessante nesta passagem é a defesa que Hipólito faz do filósofo quando afirma:

> A questão, sobre qual das formas de governo é a mais adequada para promover a felicidade dos povos, não pertence a este lugar; mas seguramente a decisão de Montesquieu, que a França respeita pelo seu mais profundo político, e que toda a Europa considera como um autor de primeira ordem, não pode ter mais conexão com os planos das sociedades particulares, de que se trata do que a decisão de

---

[325] KOSSELECK, 1999, p. 75.
[326] Ibidem, p. 64.

> Aristóteles, ou de outros escritores, que se ocuparam da exposição das diferentes formas de Governo[327].

Hipólito não toma a defesa do Governo Representativo, tal como a proposta de Montesquieu, tão pouco condena o filósofo, se não, o exalta entre os povos da Europa, que em relação a Portugal estavam culturalmente à frente. A fim de quebrar a concepção que liga a Maçonaria às repúblicas, ou às correntes revolucionárias, Hipólito lança um argumento embasado no exemplo dos príncipes europeus que estavam à frente da Maçonaria. O primeiro príncipe a ser utilizado como exemplo foi o rei Frederico da Prússia, quando diz Hipólito:

> (...) sendo bem sabido, que Frederico de Prússia era Framaçon, e se correspondia com algumas lojas. Como é pois crível que um Soberano iluminado, perspicaz, e político fosse o fautor de uma sociedade, que se propunha a destruir os tronos?[328]

Frederico da Prússia foi um dos monarcas que abertamente aderiu à Maçonaria. Hipólito cita uma carta pública do rei Frederico bendizendo a Sociedade dos Pedreiros Livres que, segundo Hipólito, fora dirigida à loja Amizade de Berlim. Nesta carta, a qual possivelmente ele teve acesso[329], "o Rei mostra a sua mais decidida aprovação aos princípios desta Sociedade". Este exemplo foi amplamente usado por Hipólito, que continuou seu discurso dizendo:

> É logo necessário, para desfazer este argumento, mostrar, ou que o Rei de Prússia era tão estúpido, que pertencendo a esta sociedade não sabia o que ela era; ou que era um inimigo de si mesmo, pois favorecia e louvava uma sociedade que tinha por objeto o destruí-lo [330].

7. *"Para ser Framaçon é necessário crer em Deus":* a Maçonaria e a acusação de ateísmo

O artigo no *Correio*, que contra-ataca o folheto anti-maçom, segue a exposição da Maçonaria e adentra novamente no caráter místico da ordem. Hipólito transcreve uma pequena passagem do folheto, no qual o autor anônimo acusa os Pedreiros-Livres de serem "fanfarrões da filosofia" e ateus, além de prestarem juramento civil maior que o

---

[327] COSTA, 2001, Volume III, p. 142.
[328] Ibidem, p. 143
[329] No final da página do jornal, Hipólito transcreve o final da carta, de 7 de fevereiro de 1778, mantendo-a na língua francesa. Segundo Hipólito, a referida carta foi publicada na Gazeta de literária de Berlim, na folha 726, em 23 de Fevereiro de 1778.
[330] COSTA, *Op. Cit.*, p. 143.

religioso. Por sua vez, Hipólito contra-argumentou e declara um aspecto sigiloso da ordem maçônica: que, para pertencer à ordem, era requisito prévio a crença em Deus. Segundo ele: "segue-se que para ser Framaçon é necessário crer em Deus, e por tanto os Framaçons não podem ser ateus"[331]. Cabe destacar que, para os princípios maçons, o credo em Deus não significa uma obediência religiosa específica e que, no interior da Maçonaria, a prática da tolerância religiosa era de caráter obrigatório, cabendo assim, em tese, pessoas de todas as religiões. Nesse sentido, Hipólito diz que o princípio do juramento que compromete os maçons entre si e os vincula à instituição tem por "[...] essência do juramento a persuasão da existência de Deus" [332].

Como já dito anteriormente, o autor anônimo do panfleto vincula e mistura os iluminados, maçons e jacobinos na mesma esfera, sendo que Hipólito, por sua vez, destaca que "nem o autor, nem o anotador certamente podem entender o que dizem" [333]. Essa confusão delatada por Hipólito seguramente é causada pelo pouco conhecimento da Maçonaria nas terras portuguesas, e não necessariamente do segredo dos arcanos e ritos da ordem. Em Portugal, a situação da desatualização em relação às letras europeias era impulsionada pelo não incentivo governamental e pelas restrições da censura, o que causava, em termos de informação geral entre as pessoas comuns, uma mistura de fanatismo e ignorância. Essa situação foi fomentada pela desatualização do saber juntamente com o caráter oculto da Maçonaria. Por outro lado, nos países europeus favorecidos pela liberdade de imprensa, os impressos sobre a Maçonaria eram vastos e muito se difundia sobre a Ordem dos Pedreiros-Livres, como alega Hipólito. Ao mesmo tempo em que havia publicações oficiais, feitas a mando das Lojas, havia também uma contra opinião composta de críticas sobre a mesma.

Nesse sentido, Hipólito dá seu testemunho do que ocorre nas terras inglesas, que é muito revelador para se ver a sutil barreira entre a dimensão pública da Maçonaria e sua dimensão privada, na qual está encerrado o segredo:

> Se o autor tivesse saído do seu país, e visto o que há público da sociedade do framaçons concluiria daí o que há de particular nela; com alguma propriedade. Por exemplo; em Inglaterra é agora Gão-Mestre dos Framaçons o Príncipe de Gales, que é o herdeiro da Coroa; e há entre os oficiais da grande Loja os nomes dos mais respeitáveis Senhores Ingleses. Para saber isso não precisa ser Framaçon; porque os almanaques maçônicos, que se imprimem todos os anos, acham-se

[331] COSTA, 2001, Volume III, p. 144.
[332] Ibidem.
[333] Ibidem.

> de venda em Londres, em qualquer livreiro; e tanto o príncipe de Gales, como as demais personagens Inglesas, que tem empregos na grande Loja dos maçons, unem esse titulo aos outros que são condecorados; fazendo assim declara nos almanaques da Corte; tal é o príncipe de Gales que se intitula, entre as mais graduações, Grão Mestre dos Maçons. Se quem escreveu o papel de que se trata tivesse o trabalho de examinar isto que está patente, não diria que uma sociedade, presidida pelo príncipe herdeiro da Inglaterra, tem unicamente por fim conspirar contra os Príncipes [334].

A relação entre a Maçonaria e a esfera pública pode ser bem observada nesse exemplo de Hipólito. Na Inglaterra, o absolutismo havia sido superado, o que permitiu a participação da sociedade civil no parlamento. Dessa forma, a Maçonaria ganhou certa dimensão pública. Os símbolos e os dirigentes eram retratados em almanaques que foram vendidos no comércio local, como testemunha Hipólito. As lojas maçônicas ostentavam abertamente os símbolos nos edifícios onde estavam os templos maçônicos. Porém, o público não era iniciado e, por isto, não conhecia o significado dos símbolos maçônicos. Ainda assim este não é o campo de privilégio do segredo. O segredo ocorria na reunião das lojas, no ritual e nas deliberações. O segredo ocorria também na ação prática do maçom, no seu cotidiano. Neste sentido, o segredo existia na ação moral em si, o que permitiu seu contínuo ocultamento.

8. O progresso da civilização e as associações particulares: a hipótese de Hipólito sobre o desenvolvimento da sociedade

A denúncia da fantasia e da ignorância efetuada por Hipólito sobre o folheto toma evidência de que o autor anônimo, entre sua proposta de escrita, intentava o condicionamento da opinião pública da sociedade lusitana, a fim de legitimar a onda de perseguição contra os maçons, e que, de fato há décadas acontecia oficialmente. O radicalismo religioso oficial, praticado nos países ibéricos, já há muito chamava a atenção das mentes cultas que se aproximavam das correntes das Luzes. A sombra da Inquisição e dos autos-de-fé ainda pairava sobre as primeiras décadas do século XIX, o que discrepava da proposta do progresso social e dos avanços científicos que, cada vez mais, adentravam no mundo ocidental.

Hipólito da Costa estava atento a esses movimentos. De forma privilegiada, em Londres, ele conseguia acompanhar as inovações da época, pois suas condições

[334] COSTA, 2001, Volume III, p. 145.

permitiam essas observações, seja por estar no centro financeiro e cultural do mundo, seja por ser um ilustrado com grandes inquietações filosóficas. Ele desenvolveu uma argumentação muito peculiar e sofisticada sobre a forma com que as sociedades se desenvolvem. No centro de seu pensamento progressista e civilizador, está a vinculação entre as associações particulares e o desenvolvimento da sociedade.

De forma sutil e direta, está a vinculação da Maçonaria e seu papel social naquele tempo, em especial para o progresso da cultura, da política, da moral e das ciências. A contraparte se dá, aos olhos de Hipólito, justamente na perseguição às associações, motivadas, sobretudo, pelo fanatismo religioso. Este ponto essencial, o fanatismo ou a intolerância religiosa, tem uma implicação maior para ele, pois, ao mesmo tempo em que se aproxima intelectualmente dos grandes pensadores de sua época, tal como Montesquieu, Hipólito também vivenciou pessoalmente o sofrimento causado pelos três anos nos cárceres da Inquisição. A perseguição contra os "hereges", por estarem vinculados às corporações ou associações, tem grande recorrência histórica. Foi justamente nos exemplos históricos que Hipólito se baseou para ilustrar seus argumentos contrários às perseguições. Segundo ele:

> As acusações que agora se fazem, em Lisboa, contra os Framaçons, não são novas; porque o mesmo se tem dito deles em outras partes, quando os perseguiam; e o mesmo se tem imputado a outras muitas corporações; por exemplo, quando em Portugal se reputava um ato de religião perseguir os judeus, e queimá-los vivos, ficando-lhes com os bens, disse-se que eles nas suas sinagogas só se ajuntavam para cometer abominações; que furtavam crianças para as matar e crucificar, na celebração da sua Páscoa; que tramavam conjurações contra todas as pessoas que não seguiam a sua seita; e outras coisas desta qualidade, que se podem ver em uma obra, que se imprimiu, e reimprimiu muitas vezes em Lisboa, intitulada Sentinela contra Judeus. Quando se extinguiram os Templários, disse-se outro tanto contra eles ou ainda mais. No tempo da perseguição dos Cristãos, em Roma, também espalharam os ignorantes, ou malévolos, que esses cristãos faziam as suas assembléias ocultas para nelas cometer incestos, matar crianças, e fazer bruxarias; e toda a pureza de costumes, que os cristãos primitivos tinham, não bastava para justificar as continuas imputações que lhes faziam; atribuíram lhe os incêndios, os roubos, em uma palavra tudo quanto acontecia de mau; até mesmo as tempestades [335].

Hipólito tinha na História o grande exemplo vivo do mal que as perseguições religiosas haviam causado à sociedade. Para ele, os exemplos históricos eram fundamentais para manter seus argumentos e, muito mais, pois da história ele retirava a própria essência da razão, que fazia chocar-se com as mentiras praticadas,

---

[335] COSTA, 2001, Volume III, p. 145.

sistematicamente, no intuito de justificar as perseguições religiosas. Da razão observada nos exemplos históricos, Hipólito aprofundou sua crítica, pois a própria justiça de seus escritos dependia disso. Sob seu ponto de vista, a disputa extrapolava a questão moral, quando a própria noção de verdade estava em jogo. Nesse mesmo sentido, a intolerância, sob sua perspectiva, era a matriz da ignorância. Assim, diz Hipólito:

> Muitos outros exemplos de perseguições, se acham na história, dirigidas contra diversas corporações; e em todas há sempre acusações sobre pontos, que firam o governo, ou ataquem os bons costumes; para indispor contra os acusados as pessoas de probidade. Depois disso sempre essas acusações são vagas, sem que se provem fatos particulares, o que era absolutamente necessário para fazer a acusação crível; é também de notar que tais acusações nunca foram acreditadas pelos homens sensatos de nação alguma; os quais se não refutam as opiniões do vulgo, era por se não exporem ao seu ataques; porque os instigadores das perseguições costumam chamar cúmplices aos que pretendem disputar a verdade de tais acusações, e disto se não pode dar melhor prova, do que o discurso de Plínio a favor dos Cristãos [336].

Ao continuar sua argumentação, Hipólito se aprofunda em sua principal tese que vincula as perseguições aos maçons à ignorância fomentada pelo fanatismo religioso. Para ele, a consequência direta da perseguição era o atraso das ciências. Seu principal exemplo foi a Inglaterra, país que havia superado as perseguições aos maçons e que desenvolveu um elevado patamar no desenvolvimento das ciências e no progresso. O desenvolvimento científico, por sua vez, era percebido como fator fundamental para o progresso da nação e o melhoramento social. Assim, afirma o autor:

> As acusações, e perseguições contra os Framaçons têm seguido estes passos de todas as outras; porque sendo fundadas na ignorância, acabaram já em Inglaterra, e em todos os países, onde as ciências têm feito progressos, e assim, em Portugal, será talvez a última parte onde estas perseguições acabem; porque o atraso dos conhecimentos naquela infeliz nações é tão proverbial na Europa; que se julga andarem os portugueses três séculos atrás das mais nações. É verdade que falta nestas acusações agora, em Portugal, seria mui calvo [337].

A associação estabelecida por Hipólito entre Maçonaria e nobreza, como já demonstrado em páginas anteriores, aparece com frequência nas páginas do *Correio Braziliense*. A Maçonaria caiu no gosto da nobreza de época, de forma pública como na Inglaterra e na Prússia, ou de forma clandestina como em Portugal e Espanha. Os nobres

[336] COSTA, 2001, Volume III, p. 145.
[337] Ibidem, p. 146.

tinham um lugar especial nas fileiras maçônicas. Alguns argumentos podem ser arrolados a este respeito. O primeiro é a defesa da própria Maçonaria, pois os nobres, mesmo que afastados do poder político direto, exerciam grande influência nos meios sociais e nas instituições políticas. Desta forma, os nobres contribuíam para a proteção da própria loja. Um segundo aspecto seria a elevação do *status* social da instituição que, por muito tempo, esteve reclusa no segredo. Apesar de o Príncipe Herdeiro da Inglaterra utilizar, dentre seus títulos, o de Grão-Mestre Maçom, observamos que o espaço da Maçonaria, organizado dentre os princípios de Ordem de Cavalaria, era, antes de tudo, um espaço plural do ponto de vista social. A participação dos príncipes e dos nobres doava certa distinção aos maçons, e não só contribuía, como também legitimava as honorabilidades da própria Maçonaria. Assim, percebemos uma contínua assimilação dos valores aristocráticos dentro da Maçonaria, quando, paulatinamente, foram incorporadas à Sociedade dos Pedreiros Livres determinadas características das antigas Ordem Militares, em especial a organização das Ordens de Cavalaria. Já no começo do século XIX, os maçons adotaram as honras dos Cavaleiros e faziam alusões diretas a eles, em especial aos Cavaleiros Templários, fato este que o próprio Hipólito, por tantas vezes, relata. Percebemos um processo, que já havia sido iniciado anteriormente, no qual as honras fortalecem a construção de uma identidade coletiva dos maçons.

O fato do príncipe ostentar o título de Grão Mestre, juntamente com seus outros títulos, conferiu uma distinção e prestígio aos maçons não possuídos anteriormente. Essa característica, uma vez que foi inaugurada, passou para outros mestres maçons, que não necessariamente eram de origem nobre. Para os burgueses, a grande maioria dos maçons, foi algo positivo, pois a honorabilidade da Maçonaria contribuía enormemente para o sentido de igualdade social dentro e fora da Maçonaria.

Hipólito da Costa aborda a aristocracia durante sua exposição da Maçonaria, ao mesmo tempo em que utiliza a experiência histórica como exemplo. Na passagem destacada abaixo, percebemos que ele buscou estabelecer uma distinção da Maçonaria com a aristocracia e também continuou desfiando a crítica à perseguição. De forma interessante, também tece uma rápida crítica à ideia política da democracia, como veremos a seguir:

> Durante o entusiasmo republicano, ou para melhor dizer mania democrática, que padeceu a França nesta revolução, foram proibidas as Lojas de Framaçons; e muitos foram guilhotinados por esse crime, asseverando-se que o ser Framaçon e Aristocrata, era a mesma coisa.

> A morte de Robespierre, trazendo mais alguma ordem ao interior da França, deu sossego aos Framaçons [338].

O ponto de vista da razão adotado por Hipólito, sob uma perspectiva jurídica, leva-o a criticar duramente as perseguições contra as "corporações". Segundo ele: "(...) essas acusações contra cristãos, Judeus, Templários, ou Framaçons, todas igualmente contraditórias e alegadas sem prova".[339] Para ele, essas perseguições ocorreram devido à "inveja e ao interesse", provocados pelo sucesso das mesmas corporações.

O pensamento de Hipólito desenvolveu uma série de conexões distintas, ao interpretar o desenvolvimento da sociedade em relação às associações particulares. Para ele, as ciências e a sociedade civil eram diretamente afetadas pelo grau de desenvolvimento das associações particulares e, certamente, nesta categoria, entrava a Maçonaria. De forma a encerrar seu primeiro artigo, que foi tecido para rebater o folheto anti-maçom, ao mesmo tempo em que defende entusiasmadamente a Maçonaria, Hipólito revela seu argumento principal:

> A sociabilidade dos homens é quase nenhuma entre os selvagens; estes somente se congregam para guerrear algum inimigo comum, e quando muito, ajuntam-se algumas vezes para celebrar as suas festividades públicas, que são tanto mais raras quanto a nação é menos culta, e mais remota do estado de civilização. Esta falta de hábito de contrair amizades faz até enfraquecer os vínculos do parentesco; [...] A proporção que a nação se adianta em graus de civilização, aumentam-se também as associações particulares, e assim vemos, que as pequenas tribos de Americanos, que tem saído do primeiro estado selvagem, e tem adquirido alguma civilização pela vizinhança das colônias Europeias, fazem já entre si suas associações para comerciar, caçar os animais, cujas peles vendem aos Europeus, etc. [340].

Esse argumento que Hipólito levantou sobre os indígenas é demasiado complexo para essa análise, pois exigiria recuperar as teorias dos estágios civilizatórios desenvolvida por diversos autores no século das luzes. Aparentemente ele teve pouco ou nenhum contato com esses grupos nativos da América e suas afirmações advém de suas leituras. Novamente percebemos que, para ele, o argumento histórico é essencial. Continua seu argumento nos exemplos da Europa:

> **As nações mais civilizadas da Europa são também as que mais abundam em associações particulares;** e por isso se vê, na Inglaterra, por exemplo, raro é o homem que não esteja unido a uma ou mais sociedades particulares; principalmente falando da classe mais bem educada da nação. Estas associações particulares não só são úteis as nações incultas, por que **as trazem pouco a pouco ao Estado**

[338] COSTA, 2001, Volume III, p. 147.
[339] Ibidem.
[340] Ibidem, p. 148.

> **de civilização**, mas são também mui interessantes ás nações já mais provectas; porque nestas sociedades particulares necessariamente se habituam os homens à virtude da condescendência, que tanto contribui para manter a tranquilidade entre os homens. O uso destas sociedades ensina também praticamente a necessidade das leis e estatutos; e mostra que sem a existência e observância das leis não podem os homens viver em comum; e é certo que os homens se convencem mais pela prática do que pela teoria. Os membros destas sociedades passam alternativamente adquirir o conhecimento pratico de manter a ordem, e sossego público na sociedade civil [341].

Hipólito defende a Maçonaria com uma argumentação amparada pelo pensamento civilizador, que tinha grande importância nos contornos de sua época. A ideia do progresso da civilização, vinculado ao desenvolvimento das sociedades particulares, foi resumida por ele, na última passagem de seu primeiro artigo, na qual afirma: “Donde se segue que proibir ou desanimar as sociedades particulares, é por obstáculos aos progressos da civilização, e destruir diretamente os fundamentos da sociabilidade” [342].

9. O conceito de *Patriotismo*, em Hipólito da Costa

No segundo artigo, publicado em Setembro de 1809, Hipólito continua a análise do folheto antimaçônico como prometido na edição de Agosto do mesmo ano. A defesa da Maçonaria, objetivo principal do artigo de Hipólito, é desenvolvida à medida que o autor expõe certas particularidades da Ordem. Ao continuar a linha de raciocínio que liga os benefícios das sociedades particulares à prosperidade da nação, ele aprofunda seu ponto de vista, e diz:

> Nenhum governo, em nação alguma, se poderia encarregar da administração imediata de todas as coisas que contribuem para a prosperidade nacional; isto é, se o governo de uma nação quisesse cultivar por sua conta todas as terras de cultura; fazer só por sua conta todo o comércio; possuir a propriedade de todas as fabricas, etc, essa nação cairia em tal apatia, que os homens viveriam mais como carneiros em um rebanho do que como cidadãos industriosos. Há porém muitos ramos, que não podendo ser bem administrados por indivíduos, nem sendo conveniente que o governo se encarregue deles, f**azem que as sociedades particulares sejam, neste caso, de absoluta necessidade, para a prosperidade nacional** [343].

---

[341] COSTA, 2001, Volume III, p. 148. Negrito nosso.
[342] Ibidem, p. 149.
[343] Ibidem, p. 269. Grifo nosso.

Em sua exposição, Hipólito continua a relacionar os ramos de benefícios trazidos pelas associações particulares, como o desenvolvimento do comércio, da agricultura e das ciências. Assim, ele continua:

> As sociedades particulares servem além disto para aumentar as relações de amizades, e parentescos, aumentando assim, no cidadão; o amor da Pátria, de que dependem os serviços que ele deve esperar dos indivíduos [344].

O amor à Pátria é uma questão chave no argumento de Hipólito, pois é relativa aos próprios princípios maçons e também à consciência política ilustrada. A Maçonaria, mesmo sendo uma instituição cosmopolita e internacional, difundiu essa virtude. Porém o amor à pátria é diferente do entendimento do nacionalismo que, nos séculos seguintes, iria se disseminar pelo mundo a partir do centro europeu. Gopal Balakrishnan elucidou bem a questão do nacionalismo. O nacionalismo participa de uma construção cultural, cuja raiz está associada à imaginação da semelhança nacional. Segundo Balakrishanan, "a sociedade é, necessariamente, uma estrutura social e um artifício da imaginação". [345] Benedict Anderson, em sua conhecida tese, afirma que a nação é uma comunidade imaginada possibilitada pelo capitalismo editorial que, por meio da imprensa, consegue conferir identidade a partes tão distintas da nação, por meio de uma língua comum, oficial, mesmo que não seja praticada por todos da nação.[346] Os historiadores István Jancsó e Andréa Slemian definem bem a questão do patriotismo de Hipólito. Para estes historiadores, Hipólito participa da questão do "patriotismo imperial", isto é, a defesa do lugar de nascimento associada a uma questão maior na "participação e gestão da coisa pública" [347].

O patriotismo de Hipólito, revestido no *Correio Braziliense*, foi uma resposta eficaz para a crise do Antigo Regime, uma vez que defendeu um mesmo projeto ao longo de todo o *Correio*: a unidade das elites políticas espalhadas pelos vastos domínios da Coroa portuguesa em torno de uma reforma da monarquia.[348] O único ponto que mudou deste projeto foi quando se deu a inflexão das Cortes de 1820, em relação aos direitos políticos conquistados pelo Brasil, o que levou Hipólito a aderir à causa da Independência. Em seu projeto de união das elites na causa de uma monarquia reformada, Hipólito lançou um olhar renovado sobre a tradição das divisões político-

---

[344] COSTA, 2001, Volume III, p. 270
[345] BALAKRISHNAN, 2000, p. 216.
[346] ANDERSON, 2008, p. 82.
[347] JANCSÓ; SLEMIAN, 2001, p. 609.
[348] Ibidem, p. 611.

administrativas coloniais da América Portuguesa, ou dos “Brasis”, uma vez que ele propôs a unidade política.

> (...) desde 1808, Hipólito insistia, com rigorosa perseverança, em retratar o Brasil como entidade política que transcendia às suas muitas partes, aquelas a partir da cuja justaposição mais ou menos instável ele era até então reconhecido. A natureza, escreveu nas páginas do mensário, já fez a sua parte no tocante ao “vasto Império do Brasil” [CB, 1:4] [349].

Rebatendo a acusação de que a Maçonaria fosse prejudicial, ou sem utilidade, Hipólito expõe certos elementos particulares da instituição que, de forma geral, formam a fachada da Maçonaria, isto é, os benefícios que os maçons detêm de socorro mútuo e de ajuda entre os sócios. No seguimento que veremos abaixo, ele aborda a questão da utilidade da Maçonaria em dois sentidos distintos, o primeiro, o beneficio da ordem para a nação, e o segundo, o benefício da Maçonaria para os seus membros. Assim, afirma Hipólito:

> Se considerarmos pela utilidade que dela pode resultar à nação; não pode chamar-se inútil; visto que fica provado que todas as sociedades particulares, que não são para os maus fins, são úteis; porque aumentam a sociabilidade entre os homens, **pulem os costumes, e fomentam as virtudes patrióticas, e ainda algumas morais**; Quanto a utilidade dos sócios em particular; ainda que somente um Framaçon posso avaliar ao justo as utilidades que lhe resultam de pertencer à sua ordem, contudo ainda quem não sabe do interior da sociedade pode ajuizar que os sócios tiram dela proveitos imediatos: é público, por exemplo, que a sociedade se encarrega da educação e arrumação dos órfãos dos seus membros, que necessitam deste amparo; e que os membros mais ou menos se entre socorrem uns aos outros, logo isto são proveitos imediatos, e mui atendíveis [350].

Essa passagem é muito rica do ponto de vista da cultura maçônica. O vocabulário utilizado pelo autor ilustra o intuito principal da Maçonaria: o desenvolvimento moral do homem. Para os maçons, o homem tem que se tornar seu próprio arquiteto. Dentro do simbolismo maçom, para que o homem atinja as Luzes e adentre aos mistérios, ele deve subir de grau em grau filosófico. Cada grau carrega em si seu arcano, que o iniciado maçom deve atingir. Este arcano é relativo ao processo de polimento pelo qual o homem deve passar, um polimento, segundo Hipólito, de “costumes e do coração”. Nesse sentido, as Luzes da Maçonaria, escondidas nos mistérios da ordem, correspondem a um processo de educação interna de todos os maçons. Assim, as virtudes morais e o sentimento do patriotismo são uma consequência deste processo. É

[349] JANCSÓ; SLEMIAN, 2001, p. 609.
[350] COSTA, 2001, Volume III, p. 270. Negrito nosso.

interessante destacar que a experiência das Luzes, na Maçonaria, não é relativa à questão do letramento, mas, sim, a um tipo de conhecimento da própria natureza humana.

Nessa exposição feita por Hipólito, fica claro também que a Maçonaria carrega características de sociedade, de ordem e de fraternidade. Ela transita bem por todas essas organizações sociais e delas se apropria de acordo com o interesse. Como ordem, ela carrega uma organização interna que faz referência às ordens de cavalaria medieval, em especial duas: a inglesa Ordem da Jarreteira e a internacional Ordem dos Templários. Ambas surgiram no contexto das cruzadas, porém cada qual teve seu destino. Como sociedade, Hipólito transcreve bem os beneficios imediatos da afiliação à Maçonaria, tal como exposto pelo autor: o socorro mútuo e a garantia da educação dos órfãos, no caso do falecimento de um irmão. O terceiro aspecto, que aparece de forma mais sutil na exposição dele, é a questão da fraternidade. Os maçons se chamam de “irmãos”, uma expressão muito semelhante ao cristianismo, mas que possui um costume mais radicalizado na Maçonaria. Ali, via as convivências internas da sociabilidade, os maçons buscam desenvolver a amizade entre si, e é com base nessa amizade, nesse espírito fraterno, que sustentam os princípios do socorro mútuo. O exemplo vivente dessa característica foi o próprio Hipólito. Tanto na fuga dos cárceres da Inquisição, quanto em sua vida em Londres, ele se beneficiou da proteção do Príncipe Real, o Duque de Sussex. Este benefício estava ligado diretamente a essa virtude, tão bem vista pelos maçons.

Na sequência, Hipólito desenvolve a ideia do segredo, essencial à Maçonaria. O oculto dentro da Maçonaria é um tema complexo, pois ao mesmo tempo em que é relativo aos procedimentos internos das lojas, carrega também uma dimensão particular da experiência pessoal dos maçons, em relação aos arcanos, ou graus filosóficos. Como expresso por Koselleck e analisado no capítulo anterior, quanto mais graus filosóficos, mais próximo da Luz, a fonte do próprio Iluminismo. Porém, neste aspecto, Hipólito nada diz e contenta-se a explicar o porquê do silêncio da ordem. Assim, de forma dissimulada ele afirma:

> Os procedimentos de todas as sociedades são sempre mais ou menos ocultos para as pessoas estranhas; isto é que não pertencem à corporação; e não há coisa mais vulgar nem mais racionável [sic] do que a exclusão de pessoas estranhas, quando os membros de qualquer sociedade, se ajuntam para tratar negócios, que são relativos à mesma sociedade; acontece isso até nas confrarias ou irmandades devotas, que há em todas as igrejas; e, ainda mais, **em todas as sociedades há**

> **certos negócios, em que não intervém todos os sócios**; tal é por exemplo em uma companhia muito numerosa de comercio, como a das Índias em Inglaterra, ou de Holanda, onde o estado atual dos fundos costuma ser um segredo, que nunca sai para fora do pequeno número dos sócios, que são os diretores da companhia. E sendo isto tão comum só a falta de reflexão pode fazer entranhável nos Framaçons o que é praticado por todas as corporações. É verdade que umas sociedades são mais escrupulosas que outras em ocultar os seus negócios, e **a sociedade dos Framaçons parece ser a mais escrupulosa neste artigo;** em se em geral o costume se não reputa mau, também o grau não pode alterar a moralidade da ação. Até um pai de família não trata os negócios de sua casa ante estranhos, e esta cautela só lhe chama crime a vizinha curiosa, que se ofende desta prudência, sem outro motivo que o de não poder satisfazer à sua impertinente curiosidade [351].

Segundo a leitura de Hipólito, a principal questão levantada pelo autor do folheto anti-maçom contra o segredo é a vinculação às conspirações. Para o autor anônimo, o segredo beneficiava os conspiradores, num momento em que a Europa encontrava-se frente às ondas revolucionárias. A conspiração ganhava um tom antimonárquico especial, principalmente por estar vinculada a Portugal, num período de sua monarquia absolutista. Rebatendo este argumento, Hipólito afirma:

> Todos sabem que a maior parte dos Estados da Europa, mais consideráveis, são regidos por governos monárquicos; e é igualmente manifesto, que em todos eles há Framaçons estabelecidos, e com as suas assembleias determinadas; em umas partes aprovadas expressamente pelo monarca, em outras pública e manifestadamente toleradas; só se excetuam desta regra Portugal, Espanha, e a pequena porção de Itália que ocupa o Estado eclesiástico. Como é logo possível, que todos os Monarcas das mais iluminadas Nações da Europa consentissem e até aprovassem, nas suas monarquias respectivas esta sociedade, se os seus princípios fossem antimonárquicos? [352].

Nesta separação que Hipólito estabelece entre os princípios da ordem maçônica e as acusações de serem antimonárquicos, ele adentra em uma percepção curiosa, pela qual afirma que a perseguição, por muitas vezes, "tem produzido maior crédito a esta sociedade"[353]. E conclui seu raciocínio afirmando que os monarcas, ao consentirem os maçons em seus Estados, o fazem não por "descuido ou falta de prevenção, mas com conhecimento de causa" [354].

A separação estabelecida pelo segredo entre política e moral não conduz necessariamente a uma ação antimonárquica. Mesmo sendo diretamente apolíticos, os

---

[351] COSTA, 2001, Volume III, p 272.
[352] Ibidem, p. 274.
[353] Ibidem.
[354] Ibidem.

maçons constituem uma ação política indireta que foi fulminante para o aspecto despótico da monarquia. Mesmo Hipólito, fiel súdito da casa de Bragança, propunha uma constituição para a monarquia. A força moral do segredo não era antimonárquica, mas era necessariamente contrária ao despotismo.

Ao traçar essa linha de argumentação, Hipólito recorre mais uma vez ao exemplo histórico e busca, no passado inglês, uma prova para seu raciocínio. Desta vez, ele utiliza uma presumida perseguição que os maçons teriam sofrido na Inglaterra, "em tempo de Henrique I", isto é, entre 1100 a 1135:

> (...) e se acha em um celebre manuscrito conservado na biblioteca Bodleyana, em Oxford. Este manuscrito que mereceu ao celebre filósofo Locke, um comentário mui erudito; prova que depois de um circunspecto exame judicial de um Framaçom, perante El Rei, ficou a sociedade permitida. (...) Esta inquirição foi tanto mais útil aos Framaçons, quanto foi exata, e circunspecta, porque desde esse tempo, nunca mais foram inquietados os Framaçons em Inglaterra; há mais de seis séculos [355].

Não temos meios para averiguar a veracidade do fato narrado por Hipólito. Como já destacado neste trabalho, os indícios concretos que temos para estabelecer a fundação da Maçonaria regular é o ano de 1717, com a criação da Grande Loja Inglesa, porém existem documentos relativos à Maçonaria desde a quarta década do século XVII. Essa afirmação de Hipólito nos faz imaginar que talvez o que ele chame de Maçonaria nos tempos do Rei Henrique I fosse outra instituição, da qual pode ter surgido a Maçonaria regular, como desdobramento, real ou, mais provavelmente, imaginado. De toda forma, a cultura maçônica se reconhece em diversas formas do passado, e se apropria delas, para tecer sua própria identidade, ao mesmo tempo em que se legitima. Mesmo que não fosse a intenção de Hipólito falar do passado da Maçonaria, esta linha de pensamento é muito pertinente para compreender a forma como os maçons se identificam.

Hipólito termina a primeira série de artigos dedicados à defesa da Maçonaria frente ao ataque do folheto antimaçônico cumprindo com sua palavra, ao recomendar certas leituras de críticos da Maçonaria, como também de defensores dela. O primeiro título que recomenda é as "Instituições Políticas", do Barão de Bielfeld, cujo autor "faz um decidido elogio" à Maçonaria [356]. Continua Hipólito, "as melhores obras que se tem publicado contra os Framaçons, são o *Framaçon ecrasée*; e Robertson, *Proofs of a*

---

[355] COSTA, 2001, Volume III. p. 274.
[356] Ibidem, p. 275.

Conspiracy". Já a "favor dos Framaçons", Hipólito recomenda Preston, *Ilustrations on Masonry* e Banier, *Moeus religieuses de touts lês peuples du monde*[357].

10. Os artigos de 1812 em defesa da Maçonaria

Os últimos artigos escritos para a defesa da Maçonaria foram publicados em maio e junho de 1812 por Hipólito. Esses dois artigos, escritos possivelmente juntos, mas publicados separados, são interdependentes: no final do primeiro, o redator promete continuidade, o que cumpre no segundo artigo. Esses dois artigos são, novamente, uma resposta ao mesmo folheto de propaganda anti-maçônica, e circulou, possivelmente, em Portugal a partir de 1809. A resposta de Hipólito ao panfleto foi dura, porém o redator do *Correio Braziliense* utilizou-se de uma retórica diferente dos primeiros artigos. No discurso desses artigos, chama atenção a abordagem religiosa, cristã, da qual Hipólito utiliza para desmerecer o panfleto e o autor anônimo. O redator do *Correio* utiliza-se também dos axiomas da Maçonaria, como os lemas da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que publicamente foram incorporados ao contexto da Revolução Francesa. A abordagem de Hipólito sobre os temas de maior conhecimento relativos à Maçonaria é bastante interessante, pois, para além de trabalhar com os princípios mais palpáveis, ele também adentrou na dimensão mítica da Maçonaria, pelo que vincula a ordem a um passado remoto. Nesse sentido, Hipólito evocou novamente os Cavaleiros Templários, mas não como um antepassado direto, mas como uma instituição que também sofreu a perseguição religiosa, fruto, segundo Hipólito, do "fanatismo" e da "ignorância".

No primeiro artigo, Hipólito foca sua atenção em demonstrar que o autor anônimo pouco ou nada sabe a respeito da Maçonaria e, com isto, visa a retirar o crédito do folheto. Neste sentido, o redator do *Correio* é duro ao dizer que a única coisa que fez o autor foi mentir a respeito de algo que ele não conhece. Nas palavras de Hipólito: "Vós vos servis de calunias, de injúrias atrozes, armas próprias para um desatinado fanatismo, para atacar uma sociedade a mais respeitável, que tem existido, e que existe sobre a terra." [358] A persuasão de Hipólito começa, primeiro, por demonstrar que o autor mente e, depois, o redator afirma que não seguirá com as práticas utilizadas pelo autor do panfleto, da mentira, da crueldade e da maldade, pois, afirma Hipólito: "Não me servirei da mesma linguagem, apesar do Direito Natural, que nos faculta o repelir a força contra

[357] COSTA, 2001, Volume III, p. 276.
[358] Idem, Volume VIII, p. 635.

outra força".[359] A resposta ao folheto, segundo Hipólito, é por misericórdia ao homem (o autor do folheto) "que caiu em estado tão deplorável". Este ponto focado pelo redator é importante, pois, ao mentir, para Hipólito, o autor anônimo teria perdido sua própria honra, situação indesejada tanto no Antigo Regime quanto na sociedade maçônica.

Na réplica ao folheto, Hipólito vai se servir dos valores cristãos, em especial, da caridade e da tolerância. Sua argumentação, amparada por estas características religiosas, tem como função convencer que a ignorância, fomentada pelo fanatismo religioso, nada tem a ver com as práticas cristãs autênticas e que a mentira, vinculada ao folheto, dissemina a ignorância e fomenta o fanatismo, afastando seus praticantes da mensagem bíblica. Assim, a resposta de Hipólito ao folheto, que busca a defesa da Maçonaria, carrega também um caráter pedagógico muito próprio do redator do *Correio*, que é educar uma nação culturalmente atrasada. Sua resposta, imersa na lógica religiosa, encontra um forte amparo numa das máximas cristãs, quando o redator cita a "lei de Jesus Cristo que nos ensina a amar nossos inimigos" [360]. Hipólito continua a deslegitimar o folheto e ironiza o mesmo ao afirmar que, se o autor conseguiu descobrir os segredos dos maçons, como ele afirma, por que ele não assinou o folheto para receber a glória de seu feito e se imortalizar? Segundo Hipólito: "sereis um objeto de louvores, e de aclamações, todos susprimirão [sic] por conhecer um sujeito tão celebre, tanto por ter descoberto o segredo dos Pedreiros Livres, quanto por sua vasta erudição e profundos conhecimentos" [361].

11. Apontamentos de Hipólito sobre a relação da Maçonaria com a política revolucionária e a filosofia das Luzes. Um breve debate sobre os conceitos de *Liberdade e Igualdade*

Hipólito continua seu artigo, após ironizar o folheto, procurando distinguir maçom, jacobino e iluminado, que aparentemente o autor anônimo havia reunido numa mesma coisa. Neste sentido, o redator afirma: "O que pois me enche de espanto e indignação é que confundais a venerada sociedade dos Pedreiros Livres, que existe há tantos séculos, com essas, que se existem, são diferentes, e não tem relação alguma com

[359] COSTA, 2001, Volume VIII, p. 635.
[360] Ibidem, Volume XVIII, p. 635.
[361] Ibidem, p. 637.

a sociedade em questão".[362] Esta confusão entre maçom, jacobino e iluminado sustenta um clima de conspiração recorrente nos países contrários à Maçonaria, em especial Portugal, uma vez que a junção destes termos cria um pensamento, quase paranóico, de conspiração de "abominável plano de subverter o trono e o altar" [363]. Neste sentido, Hipólito adentra a questão dos iluminados, isto é, dos filósofos que refletiram sobre a política moderna, notadamente Montesquieu, o qual defende. O redator cita as "Cartas Persanas" e rebate as acusações de que Montesquieu era "deísta" e "spinozista", e aponta que o mesmo era um dos mais respeitados escritores políticos da Europa culta.[364]

Ao dissociar a Maçonaria dos jacobinos, Hipólito fez uma explanação de conceitos centrais da ordem, que são a igualdade e a liberdade. Num esforço retórico, primeiramente ele aproxima a Maçonaria das práticas cristãs, para depois adentrar nas máximas maçônicas. Sobre a igualdade, Hipólito diz:

> A igualdade consiste que cada um na sua classe tenha a proteção das leis. A autoridade pública deve por em segurança o mais fraco dos cidadãos contra a força e violência, dos grandes, e poderosos. O crime punido, e a virtude premiada, derivam-se desta igualdade. Devereis considerar esta igualdade nos diferentes estados e relações. [...] Mas seria uma rematada loucura não considerar os homens desiguais, nas diferenças das instituições e governos políticos. A igualdade na repartição das honras, e das riquezas é ideia quimérica. A força irresistível das paixões humanas faria logo perder o equilíbrio. **Na sociedade maçônica a igualdade e a fraternidade são vocábulos idênticos**. Dissolvido o congresso, são os sócios os que eram antes [365].

Sobre a liberdade, Hipólito afirma:

> Passemos a liberdade. Outro fantasma, que infundiu grande terror, mas terror pânico, na vossa atrabiliaria [sic] imaginação. Esta liberdade, como vos a considerais nunca existiu, nem pode existir. Tendes por liberdade o que cada um pode, e quer obrar. Semelhante liberdade só há por abstração, considerando o homem no estado da natureza. Este estado não tem existência real. O homem apenas nasce depende do progenitor que lhe deu o ser. Esta dependência derriba pelos alicerces o constitutivo dessa imaginada liberdade. Montesquieu, contra o qual vibrais a espada do vosso furor, mostra, em que consiste a liberdade do cidadão. A liberdade, diz ele, **é o direito de obrar tudo o que as leis permitem**. E se um cidadão obrasse o que elas proíbem não haveria mais liberdade, porque os outros teriam igualmente este poder. Vos, dando sempre uma nova acepção às palavras, e entendendo por liberdade o viver sem pejo, obrar à toa o que sugere uma vontade corrupta, não respeitar as leis, etc, etc, estais persuadido, que na Maçonaria esta é a liberdade, que se

[362] COSTA, 2001, Volume XVIII, p. 637.
[363] Ibidem, p. 638.
[364] Ibidem, p. 640.
[365] Idem, Volume VIII, p. 640.

> acha em exercício. A calúnia é evidente, porque esta liberdade, se existe, é só na casa onde se encarceram os doidos [366].

Estes argumentos, que buscam distinguir a Maçonaria das "calúnias" das quais pregou o folheto, foram também úteis para separar os tipos de maçons que existiam. Não porque o maçom, ao se iniciar na Maçonaria, estava isento de críticas. Pelo contrário, no entendimento de Hipólito, havia maçons que entravam na Maçonaria e se punham em obrar, e havia maçons que se iniciavam na Maçonaria, mas não seguiam os princípios maçônicos. Assim, o redator do *Correio* analisou talvez o maçom mais controverso da Europa: Napoleão. Na literatura maçônica, Napoleão é conhecido por ser um maçom que se utilizou da Maçonaria para conquistar e inverter os princípios da ordem em seu proveito próprio, ao passo que conquistava os povos da Europa. Assim, afirma Hipólito: "Supondo, que Napoleão esse usurpador, e flagelo do mundo é Pedreiro Livre, e que entre ele, e os desgraçados que domina, não há nem igualdade, nem liberdade [...]" [367]. Esta distinção estabelecida por Hipólito cumpria com o objetivo de afastar a imagem da Maçonaria das revoluções, especialmente a francesa. Neste sentido, Hipólito utiliza-se de um emblema maçônico que aborda a extinção dos Cavaleiros Templários e a morte do rei frances, Felipe o Belo[368]. A réplica de Hipólito é interessante, pois ele inverte o valor da lenda, colocando-a no patamar de superstição. Segundo Hipólito: "(...) as fabulas que inventais do Duque de Orleães, os ossos na caverna do grão mestre dos templários, a efígie coroada, e degolada de Felipe Formosos Rei de França são desvarios tais, que só a muita caridade pode sofrê-los e, e mesmo perdoá-los." [369] Hipólito considerou mentiroso o folheto e viu sua propagação como um meio de incitar a violência. Seu papel, como redator e maçom, seria quebrar a

---

[366] COSTA, 2001, Volume VIII, p. 641.
[367] Ibidem, p. 641.
[368] Na lenda maçônica, o fim dos templários ocorreu quando o também templário, Felipe o Belo, rei da França, quis se apoderar das riquezas da ordem. Pressionando o papa, Felipe, o Belo, consegue o apoio para acabar com a ordem religiosa militar. Assim, ele prende todos os cavaleiros na França, inclusive o último grão mestre, Jacques DeMolay, o qual morre queimado pela Inquisição, sem ter entregado seus companheiros ou o tesouro. A lenda afirma que antes da fogueira ser acessa, DeMolay amaldiçoa o Rei, o Inquisidor e o Papa, a morte, que em no máximo um ano iria se consumar. E de fato os três morreram neste período de tempo. A maldição foi lançada na sexta-feira, dia 13, o que possivelmente formou, na consciência popular, o dia do mau augúrio. A morte de Felipe, o Belo, desenhou o fim da dinastia Capetiana, sendo que todos os seus descendentes diretos morreram de forma trágica. Interessante também o sepultamento do Rei, quando o coração do Rei foi enterrado juntamente com a cruz templária. Durante a Revolução Francesa, o sepulcro do Rei, na basílica de Saint-Denis foi profanado. No final do século XIX, o ocultista Elifas Levi, no livro "História da Magia", afirma que a execução do rei francês, Luiz XVI durante a Revolução Francesa como o último ato da vingança templária, executada pelos maçons, que então se reconheciam como seus herdeiros.
[369] COSTA, *Op. Cit.*, p.642.

superstição dos escritos ao passo que defendia a Sociedade dos Pedreiros Livres. Neste sentido, ele tece um discurso que busca a tolerância religiosa, uma vez que a Maçonaria, naquele contexto, poderia estar mais próxima de uma seita religiosa do que de uma facção política. Assim, Hipólito estabelece uma função para Maçonaria, ao mesmo tempo em que lança uma propaganda positiva dela, na nota explicativa, nas páginas 643 e 644, ele afirma que o próprio príncipe herdeiro de Portugal foi vinculado aos maçons, fato este conhecido pelos ministros de Estado. Neste sentido, Hipólito afirma:

> Esta Sociedade dos Pedreiros Livres tem por fim beneficiar a humanidade desprovida dos socorros temporais. A caridade fraterna é o laço, que os une. Cada indivíduo desta ou daquela particular corporação, que vive virtuoso, e honrado, tem nela um recurso infalível á sua indigência, e calamidade. Tem igualmente um abrigo á sua desventura, quando esta procede ou de um erro, ou de sucessos não esperados; mas o criminoso é dela logo excluído; porque a Sociedade nunca patrocinou os crimes [370].

12. Maçonaria, patriotismo e a tolerância religiosa

Na continuidade do artigo, escrito já em junho de 1812, Hipólito desenvolve mais a questão da tolerância religiosa, buscando nos exemplos históricos das perseguições contra os cristãos primitivos seu grande argumento comparativo. Dele, Hipólito volta a estabelecer uma nítida vinculação da Maçonaria com os princípios cristãos, em especial à caridade. A tolerância religiosa, a virtude antagônica ao fanatismo e à superstição, é o foco do discurso do redator. Neste sentido, Hipólito afirma: "Nesta Sociedade existem homens de diferentes profissões de fé, muitos sem fé alguma. Ela admite o Cristão, o Mouro, o Judeu, o Idolatra, o Pagão, etc.".[371] A união de todos estes povos de diferentes credos, porém, que necessariamente deveriam crer em Deus, leva a Hipólito lançar a base desta coesão: "(...) trata-se ali de fazer bem ao seu semelhante; lei que compreende todos os povos, e todas as crenças" [372].

Num último momento de seu discurso, Hipólito retorna ao tema do patriotismo, o amor à pátria, a fim de salientar que as virtudes dos maçons não são propícias aos rebeldes, ou às revoluções. Assim, Hipólito sintetiza o patriotismo:

> Entendo por amor da Pátria, aquele desejo puro, e ardente da felicidade, a glória do País, que nos tem dado o nascimento. Entendo a

[370] COSTA, 2001, Volume VIII, p. 644.
[371] Ibidem, p. 741.
[372] Ibidem.

> oferta voluntaria dos nossos talentos, das nossas forças, e da nossa vida para a defesa, e conservação do Augusto príncipe, á quem tributamos fiel vassalagem, e da nação, á qual devemos todos os sacrifícios. É um dever indispensável retribuir á Pátria o que temos recebido dela. Não é pois a nossa utilidade, e proveito, sim a salvação dela, que devemos ter sempre em vista [373].

O fim do artigo é reservado, mais uma vez, para a exaltação dos valores cristãos da piedade, da caridade e da tolerância, num momento em que se estabelece a comparação com as perseguições religiosas da época de S. Paulo e Tertuliano. Termina o artigo, evocando, mais uma vez, o caráter místico da Maçonaria, e diz: "É verdade, e eu te confesso, que segundo a Seita, que eles chamam heresia, sirvo eu ao Deus de nossos pais, e crendo todas as coisas, que estão escritas na Lei, e nos Profetas" [374].

---

[373] COSTA, 2001, Volume VIII, p. 744.
[374] Ibidem, p. 745.

Conclusão.

O *Correio Braziliense* contribuiu para a formação do debate público sobre a questão política. Hipólito da Costa propôs, em seu jornal, projetos que visavam a resolver problemas estruturais da sociedade luso-brasileira, sob uma linguagem reformista que, por sua vez, buscou corrigir a discrepância entre o Governo monárquico, com traços administrativos despóticos e uma elite social que paulatinamente tomava consciência moral e política.

A crítica política de Hipólito foi embasada numa profunda filosofia moral e legitimou o quadro da Crise do Antigo Regime que, após as ondas revolucionárias internacionais, adentrou no mundo político português, contribuindo para o colapso do mundo luso-brasileiro. O papel da opinião pública foi fundamental na defesa de novas propostas políticas que agiram de forma poderosa na própria realidade social. No contexto que anunciou a Independência do Brasil, observamos como os fundamentos da monarquia foram revisados e como a própria organização política foi reconfigurada, dando lugar a uma forma política nova, na qual a corte foi reestabelecida no reino de Portugal e um novo Império surgiu no Brasil. Nesse processo, o *Correio Braziliense* foi fundamental, uma vez que nutriu uma constante crítica ao antigo modelo político praticado no mundo luso-brasileiro.

Hipólito da Costa foi um dos personagens centrais para estabelecer esta nova ordem política no mundo luso-brasileiro. Sua opinião política foi fomentada por traços consistentes do esoterismo moral proposto pelo segredo maçônico. O vocabulário político de Hipólito foi fomentado por uma visão de mundo virtuoso, moralmente justo e que estabeleceu contornos bem específicos para a organização da sociedade e do Estado. A Maçonaria aparece, neste sentido, como um tema central na vida e obra de Hipólito. Assim, cabe salientar as múltiplas funções que a Maçonaria assumiu e os vários sentidos que percorriam as lojas maçônicas. Originalmente formada como uma escola esotérica que buscava estabelecer a propagação da virtude ao homem, a Maçonaria assumiu outras funções no desencadeamento do processo histórico do mundo ocidental. Estabeleceu, assim, o sentido da propagação das Luzes científicas, através de um pensamento progressista, e, posteriormente, assumiu também a função política, ocupando-se muitas vezes da difusão moral pública, que se chocou violentamente com o Estado absolutista, e, muitas vezes, assumiu caráter revolucionário. O pensamento de

Hipólito buscava contornar os traços mais radicais, como a revolução, e para isso propunha o progressivo implemento de reformas na sociedade brasileira. O processo de difusão das Luzes teve uma relação com o processo de desenvolvimento da Maçonaria e, no caso brasileiro, percebemos a colaboração do *Correio Braziliense* para esse fim. Como observamos, o pensamento Ilustrado foi fomentado nas lojas maçônicas e, do encontro da filosofia moral com a conjuntura histórica, desencadeou-se um processo crítico que minou as bases morais que legitimavam o Antigo Regime. O *Correio Braziliense* atuou justamente neste sentido, ao difundir as Luzes e, ao mesmo tempo, manter uma poderosa crítica ao governo.

Das propostas de Hipólito, destacamos a preocupação em fomentar uma sociedade que não fosse embasada no fanatismo religioso, mas que fosse aberta ao livre-pensamento, à tolerância religiosa e que estimulasse a formação da sociedade civil por meio da organização privada. Hipólito foi um entusiasta das letras e do desenvolvimento científico, da propagação do ensino e da cultura, pensamento este que estava em harmonia com o pensamento Ilustrado de sua época.

Neste trabalho buscamos demonstrar como o homem histórico de Hipólito da Costa relacionou-se com sua produção literária. Seu pensamento, em muitos sentidos, correspondeu à sua formação Ilustrada, baseada no direito, na filosofia moral e no liberalismo político e econômico. Ele evidenciou a importância das leis e da constituição, e do desenvolvimento financeiro do Brasil. Sua escrita correspondeu, sobretudo, à sua intensa experiência na vida maçônica.

Apoiado no pensamento virtuoso, observamos como Hipólito se relacionou com a opinião pública. Isso gerou elogios, seguidores, mas também nutriu uma guerra pública com diversas frentes de batalhas. E não lhe faltaram opositores. O principal projeto político de Hipólito era contribuir para a melhora na administração pública luso-brasileira. Sua proposta principal condizia com aquela defendida pela geração coimbrã de 1790, que sustentava a formação de um império luso-brasileiro, buscando uma união em equidade entre as diversas unidades políticas pertencentes à monarquia de Bragança. Porém, devido à inflexão das Cortes portuguesas, Hipólito aderiu à defesa da emancipação brasileira, manteve-se mais uma vez fiel à sua proposta política, e defendeu, assim, a autonomia política brasileira. Essa posição foi mantida por uma convicção que se apoiou na virtude patriótica, tantas vezes evocada por Hipólito em vários de seus artigos.

Este trabalho buscou analisar um traço geral do processo Ilustrado que antecedeu a emancipação política brasileira, ao passo que estabelecemos uma observação do processo histórico que levou à formação da esfera pública moderna no Brasil. A relação entre o pensamento político de Hipólito e as virtudes maçônicas foi essencial para a composição de uma opinião pública autêntica, que buscou se afirmar moralmente frente à opinião das elites brasileiras e, contribuiu, assim, para a autonomia política do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

ANDERSON, James**.** *As constituições de Anderson*. Edição Inglês e Português. Texto em Inglês fac-similar. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Porto Alegre, RS: Edições URGS, 1974.

______*Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. Volumes I, III, IV, VI, VIII, IX, X, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXIII, XXV.

_____*Diário da Minha Viagem para Filadélfia* (1789-1799). Brasília, DF: Edições do Senado Federal, 2004.**_____*Sketch for History Dionysian Artificers*. Forgottenbooks:** www.forgottenbooks.org

Livros e teses

ADOUM, Jorge. *Grau do mestre eleito dos nove*. Esta é a maçonaria. 19 edição. São Paulo: Editora Pensamento, 2006

ALEXANDRE. V., *Os sentidos do Império*: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto. Afrontamento, 1993.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional***.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BALAKRISHNAN, Gopal. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822).* São Paulo: Annablume, Editora UFJF, FAPESP, 2006.

BARRETO, Célia de Barros. Ação das Sociedades Secreta. In: *História Geral da Civilização Brasileira.* O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação. Direção de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo – Rio de janeiro: Editora Difel, 1976.

BASTOS, Lúcia Maria. *Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil. In: Correio Braziliense ou Armazém Literário.* Edição Fac- Similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BECHO, André Pedroso. *Em nome do "Império" e da "Ordem"*: a imprensa e as representações da política externa no período joanino (1808-1821). UFMG, 2009.

BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. *O "Diário de minha viajem a Filadélfia"*: Impressões de um Ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799). USP, 2007.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. 12ªed, São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: elite política imperial. Brasília, UnB, 1981.

COSTA, João Cruz. As ideias novas. *In: História Geral da Civilização Brasileira.* Direção Sérgio Buarque de Holanda. O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação. São Paulo – Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976.

DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

ELIAS, Nobert. *A Sociedade de Corte.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FALCON, Jose Calazans. A época pombalina. São Paulo: Atica, 1982.

GEERTZ, Clifford,. A interpretação das culturas / Clifford Geertz. - Rio de Janeiro Guanabara, 1989.

GUERRA, François Xavier. *Modernidad y independencias.* Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. 2ª ed. México: FCE, 1993.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal. Séc. XVII. Lisboa: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Da *maçonaria ao positivismo.* In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Direção Sérgio Buarque de Holanda. O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação. São Paulo – Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976.

KOSELLECK, Reinhart*Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. De W. P. Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUCRio: Contraponto, 2006.

_____. *Crítica e crise.* Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Editora Contraponto, 1999.

LÉVI, Eliphas. *Dogma e Ritual da Alta Magia*. São Paulo: Pensamento, 2008.

_____. *História da Magia*. São Paulo: Pensamento, 1986.

LIMA, Oliveira. O *movimento da Independência*. In: *O império Brasileiro. (1821-1889)*. São Paulo: Edição melhoramentos, 1962.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos:* a guerra dos jornalistas na Independência *(1821-1823)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

LYNCH, John. *Las revoluciones hispano-americanas, 1808-1826.* Barcelona, Ariel, 2001.

MALERBA, Jurandir. (org). *A Independência Brasileira:* novas dimensões. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal:* Volume I Das Origens ao Triunfo. Lisboa, Editorial Presença, 1989.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Bahia no século XIX*: uma província no Império. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

______. *A outra independência***:** o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *Marques de Pombal*: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos:* Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo, Hucitec, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme(org.) *1822: dimensões*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1986.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais***:** A cultura política da independência (1820 – 1822). Rio de Janeiro, REVAN/FAPERJ, 2003.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808**)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata* (1808-1828**)**. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2002.

POCOCK, Jonh Greville Agard. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo. Edusp, 2003.

RIZZINI, Carlos. Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. São Paulo: Campanhia Editora Nacional, 1957.

ROSSI, P. "A força das imagens e os lugares da memória". In:_____. *A chave universal*. Artes da memorização e lógica combinatória desde Lúlio até Leibniz.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação:* intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português. 1750-1822. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-Brasileira*. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

SKINNER, Quentin. Interpretation and the undestanding of speech action. In_____. *Visions of Politics*: regardin method. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 103-127.

VILLALTA, Luiz Carlos . O Império Luso-brasileiro e os Brasis. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

YATES, Francês A. *Giordano Bruno e a Tradição Hermética.* Tradução Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Ed. Cultrix, 1987.

____. *O iluminismo Rosa-Cruz.* Tradução de Syomara Cajado. São Paulo: Editora Pensamento, 1986.

Artigos e Capítulos

ARAÚJO, Ana Cristina. “Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil”. In: JANCSÓ (org). *Independência:* história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 235- 270

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. “O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – 1815/1822”. In: *Revista de História das Ideias,* n.14, Coimbra, 1992.

ARAUJO, Valdei Lopes de, & VARELLA, Flávia Florentino. “As traduções do tacitismo no *Correio Braziliense* (1808 – 1822): Contribuição ao estudo das linguagens historiográficas”. In: GALERY, PERPÉTUA, HIRSCH (org). *Tradução, Vanguarda e Modernismos,* 2009, pp.239-259.

BERBEL, Márcia. “A retórica da recolonização”. In: Jancsó (org.) *Independência*: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 791 - 808

_____ “Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822)”. In: JANCSÓ, I. (org.) *Brasil*: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 2003.

BERNARDES, Denis A. de Mendonça. “Pernambuco e sua área de influência: Um território em transformação (1780-1824)”. In JANCSÓ, István (org.). *Brasil:* formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003.

BONILLA, Heráclio. “O impacto da Revolução Francesa nos movimentos de independência da América latina”. In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A revolução francesa e seu impacto na América latina*. Simpósio internacional. São Paulo: Nova Stella / Edusp. 1990, pp.151-158.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. "História Política". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 9, número 17, 1996.

CHIARAMONTE, José Carlos. "Fundamentos iusnaturalistas de los movimientos de independência".In*: Boletín Del Instituto de Historia Argentina e Americana "Dr. Emilio Ravignani***.** Tercera serie, nº22, 2º sem., 2000.

_____ "El problema de los orígenes de los Estados hispanoamericanos en la historiografia reciente y el caso del Río de la Plata" . In: *Anos 90 - Revista de Pós-Graduação em História,* nº1. Porto Alegre: UFRGS, maio/1993, p.49-83.

COSGROVE, Denis. "A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas". In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, pp.92-123.

COSTA, Wilma Peres. "A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850)". In SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José R. do A. (orgs.). *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Wilma Peres. "A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ (org.) *Independênci***a**: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 53 - 118

_____ "Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência", in: JANCSO, István (org.). *Brasil:* formação do Estado e da nação. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 19ªed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

______. A consciência liberal nos primórdios do império. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República:* Momentos decisivos. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIAS, J. J. da Silva. "A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes" In: PEREIRA, M. H. & outros (orgs.) *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX***.** Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1º v., p. 267-286.

DIAS, Maria Odila da Silva. "A interiorização da metrópole".In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1986.

DOLHNIKOFF, Miriam. "O projeto nacional de José Bonifácio". In *Novos estudos Cebrap* n.46, novembro de 1996, pp.121–141.

_____ "As elites regionais e a construção do Estado", in: JANCSO, István (org.). *Brasil***:** formação do Estado e da nação. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

FALCON, Francisco C. & MATTOS, I lmar Rohloff de. “O processo de independência no Rio de Janeiro”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp.292-339.

FERREIRA, João Pedro Rosa. “A proposta constitucional do Correio Braziliense”. In *Cultura, História e Filosofia.* Lisboa, 1987, vol. 6, pp. 737-770.

_____. “Jornalismo e o pensamento político”. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazén Literário.* Vol. XXX (tomo1). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp.371-402.

GODECHOT, Jacques. “Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente”. In MOTA, Carlos G. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.27-37.

GOUVÊA, M. de F. S. “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro”. In: JANCSÓ (org.) *Independência: história e historiografia.* São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005. pp. 707 -752

GUERRA, François Xavier. “La identidad republicana em la época de la Indepencia”. In SÁNCHEZ GÓMEZ, Gonzalo.& WILL OBREGÓN, María E. (comp.). *Museo, memoria y nación. B*ogotá: Museo Nacional de Colombia, pp. 253-283.

_____. “A nação na América espanhola: a questão das origens”. In *Revista Maracanan,* ano I, n.º1, 1999-2000, pp.09-30.

_____. “Nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In JANCSÓ, István (org.*). Brasil:* formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003, pp. 33-60

_____. “De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía”. In GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.). *Los espacios públicos em Iberoamerica*: ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F.: F.C.E., 1998, p.109-139.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. *In*: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta – a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.

JANCSÓ, István. “A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto”. In SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José R. do A. (orgs.). *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

JANCSÓ, István e SLEMIAN, Andréa. *Um caso de patriotismo imperial.* In: *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac- Similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

LAJOLO, Marisa. *Leitores brasilienses: um público rarefeito?* In: *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac- Similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MOREL, M. "Independência no papel: a imprensa periódica" In: JANCSÓ (org.) *Independência:* história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005. pp. 617 - 636

_____. "Em nome da opinião pública: a gênese de uma nação" . In: NEVES, Maria Lúcia P. das & MOREL, Marco (orgs.) *História e Imprensa:* Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos (Anais do Colóquio). Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998, p. 93 – 101.

_____. *Sociabilidade entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. In: Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 28, 2001-2002.

_____*Entre estrela e satélite. In: Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac- Similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

NEVES, L. M. B. das. "Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil". In: JANCSÓ (org.*) Independência:* história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005. pp. 637 – 675

_____ "A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil". *Tempo*, Rio de Janeiro, v.8, nº 4, p. 41-65, dez. 1999.

_____. "Pensamentos Vagos sobre o Império do Brasil". In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazén Literário*. Vol. XXX (tomo1). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 469-514.

PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a "experiência cisplatina" (1817 – 1828) In: JANCSÓ (org.) *Independência***:** história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005. pp. 755 – 789.

ROCHA, Antônio Penalves. "A economia política na desagregação do Império português". In: *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790 – 1822).* Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001. pp. 149 – 197.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. "Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro". In: JANCSÓ (org.) **Independência**: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005. pp. 557 – 575

VILLALTA, Luiz Carlos . Impressão em Portugal: da política régia às publicações ilegais (c. 1750-1806). In: VERRI, G. M. W.. (Org.). Memorat: Memória e cultura escrita na formação brasileira. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010, v. , p. 133-200.

_____ Romances e Leituras proibidas no mundo luso-brasileiro (1740-1802). In: Márcia Abreu. (Org.). Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado de Letras, 2008, v. 1, p. 243-274.